

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CARLOS EDUARDO MARCONI DE CARVALHO

RECURSOS NATURAIS E CONFLITO
SOCIAL NA BOLÍVIA CONTEMPORÂNEA
(1970-2003)

NITERÓI

2008

FICHA CATALOGRÁFICA

RESUMO

De forte tradição política sindical, a Bolívia enfrentou, em seu último quarto do séc. XX, um intenso quadro de mudanças institucionais e também nos padrões de organização política contrahegemônica. A COB – Central Obrera Boliviana – que co-governou junto com o MNR após a Revolução de 1952, perde influência a partir da implementação do decreto 21060 de 1985, que flexibiliza direitos trabalhistas.

Entretanto, a retomada dos movimentos sociais, a partir de inícios da década de 90, e principalmente com a Guerra da Água (2000), em Cochabamba, e a Guerra do Gás (2003) em várias cidades do país leva em conta a crítica aos sindicatos tradicionais, ao colonialismo e às recentes privatizações. Construiu-se um processo no qual o território e os recursos naturais são fatores de aglutinação. A análise aqui apresentada levará em conta o contexto mais amplo da América Latina, para então se inserir nos debates sobre as redemocratizações e conseqüentes rumos que seguem os movimentos sociais e suas possibilidades políticas na Bolívia. Enquadra-se ainda a teorização do geógrafo David Harvey no que tange ao conceito de “acumulação por espoliação”, e sua pertinência para os estudos da exploração e expropriação de bens comuns e práticas tradicionais.

Palavras-chave: movimentos sociais, América Latina, recursos naturais

RESUMEN

Being part of a strong unionist tradition, Bolivia passed through, in their last quarter of the 20th century, an intense process of institutional changes – and the patterns of counter-hegemonic political organization were changed too. The COB – Central Obrera Boliviana – which co-ruled together with MNR after the Nationalist Revolution at 1952, saw his major influence diminished after the 21060 decree (1985), that flexibilize workers rights.

Social movements could only reorganize themselves from the 90s on, mainly after the Water War at Cochabamba (2000) and Gas War (2003) at many bolivian cities. Criticizing traditional unions, colonialism and recent privatizations, this movements carried on a process where territory and natural resources are important factors of mobilization. This text intends to debate Latin America context, and then analyze the theme of re-democratizations and their consequences and possibilities open for the social movements. Furthermore, it will discuss David Harvey’s theory about “accumulation by dispossession”, and whether it is useful or not to comprehend the exploration and expropriation of the common lands and traditional ways of living in Bolivia and Latin America.

Keywords: social movements, Latin America, natural resources

RECURSOS NATURAIS E CONFLITO SOCIAL NA BOLÍVIA
CONTEMPORÂNEA (1970-2003)

Dissertação apresentada ao Curso de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal Fluminense –
PPGH/UFF, como requisito para
obtenção do Grau de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. NORBERTO FERRERAS – Orientador
UFF

Prof. Dr. HECTOR ALIMONDA
UFRRJ

Prof(a.) Dra. VIRGÍNIA FONTES
UFF/FIOCRUZ

Niterói
2008

AGRADECIMENTOS

Não dá pra encarar a seção de agradecimentos como um procedimento burocrático. Os que foram importantes são muitos. Agradeço a todos que contribuíram com minha maneira de pensar, sobretudo aos que me propuseram pensar diferente.

Há aqueles que consideram importante apenas meu texto acadêmico – ou nem isso. A estes, peço que pulem para a Introdução (página 10). Este texto vai dedicado aos seguintes:

A meus avós maternos, sinônimos de carinho: Annette e Geraldo, que, como é próprio da vida, faleceram pouco antes do início do mestrado.

A meus pais: uma mãe que vale por dez, e um pai que, apesar das nossas arestas, me deu força durante toda vida.

Aos compas do Fórum de Luta pela Moradia na UFF. Durante os anos de 2002-2004, as vivências neste espaço foram, para mim, uma iniciação e um baita aprendizado.

Aos compas do C.A. de História no ano de 2005. Embora não tenha participado ativamente desta gestão – e por isso mesmo - aprendi que de boas intenções o inferno está cheio, e que a prática é o critério da verdade.

Ao Flamengo: me deu alegrias e tristezas, e vai continuar me dando.

À música.

Aos amigos e amigas da UFF: Daniel, Dário, Rafael Dutton, Dedeco, Tiago, Godi, Andrezza, Andressa, Luiza, Mauro, Léo, Gabriel Buchmann, Flavia Stephania, Rodrigo, Carlos Evangelista, Laura, Amina, Martha, Tiago, Thiago, Gian, Guido, Rafael Negão, Rafael Barba-Ruiva, Zélú, Zé, Pedro.

Aos professores que fizeram a diferença: Almir (Antropologia), Carlos Walter, Virgínia Fontes, João (Psicologia).

Aos cachorros e cachorras: Pét, Gullit, Cruyff, Preta, Fofi. São também amigos.

Ao mico: ao tentar capturá-lo, me mordeu, o que me fez tomar vacinas semanais por mais de um ano. Por essas e outras, me obrigou, já na infância, a pensar em qual deve ser o lugar da natureza na sociedade.

Aos compas da ASSAN – Associação de Servidores do Arquivo Nacional. O intenso processo de lutas, internas e externas, amadureceu uma forte atuação coletiva na qual dá gosto de participar. Aos do Arquivo Nacional: Edu, Pablo, Fred, Carol, Nico, Mariana, Sheila, Marcus, Clóvis, Renata, Júlia, Sara, Chris, Adolfo, Juçara, Scheila.

Ao Norberto, orientador deste texto: mais do que isso, um amigo, pronto para ajudar, debater, orientar, e até acalmar, nos momentos mais tensos.

À Nina, minha namorada. Apaixonante como debatedora, companheira e mulher. Agüentou com paciência o período do mestrado, sem reclamar dos meus fins de semana na frente do computador. Para ela, beijos, flores e todos os meus carinhos.

SUMÁRIO

Índice de siglas	8
Mapas da Bolívia	9
Introdução	10
Capítulo 1 – América Latina - Redemocratizações	
1.1 – A democratizar a “democracia”	19
1.2 – Em movimento: sociedade e conflito na Bolívia (1970-1985)	30
1.3 – Da NPE à reorganização dos movimentos populares (1985-2003)	43
Capítulo 2 – Recursos naturais: a “acumulação por espoliação” e as tradições políticas bolivianas	
2.1 – <i>Capitalización</i>: privatizações para dar e vender	64
2.2 – Gestão de recursos naturais: movimentos sociais e Estratégias políticas	80
2.3 – O conceito de “acumulação por espoliação” na América Latina do séc. XXI	99
Conclusão	105
Bibliografia	107
Anexos	113

ÍNDICE DE SIGLAS

APG: Asamblea del Pueblo Guarani
ASP: Asamblea Soberana del Pueblo
CEPB: Confederación de Empresarios Privados de Bolivia
CIDOB: Confederación Indígena del Oriente Boliviano
COB: Central Obrera de Bolivia
COMIBOL: Confederación Minera de Bolivia
CONAIE: Confederación de Nacionalidades Indígenas de Ecuador
CONAMAQ: Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu
COR: Central Obrera Regional
CSUTCB: Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolivia
EUA: Estados Unidos da América
ENTEL: Empresa Nacional de Telecomunicaciones
FARC: Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia
FEJUVE: Federación de Juntas Vecinales
FMI: Fondo Monetario Internacional
FSE: Fondo Social de Emergencia
FSTMB: Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia
INE: Instituto Nacional de Estadística de Bolivia
INRA: Instituto Nacional de Reforma Agraria
LAB: Lloyd Aéreo Boliviano
LPP: Ley de Participación Popular
MAS: Movimiento al Socialismo
MIP: Movimiento Indígena Pachakuti
MITKA: Movimiento Indio Tupak Katari
MNR: Movimiento Nacionalista Revolucionario
MRTK: Movimiento Revolucionario Tupac Katari
MRTK-L: Movimiento Revolucionario Tupaj Katari de Liberación
NFR: Nueva Fuerza Republicana
NPE: Nueva Política Económica
OEA: Organização dos Estados Americanos
OIT: Organização Internacional do Trabalho
ONG: Organização Não-Governamental
ONU: Organização das Nações Unidas
OTB: Organización Territorial de Base
PEA: População Economicamente Ativa
PT: Partido dos Trabalhadores
SEMAPA: Servicio Municipal de Agua Potable y Alcantarillado de Cochabamba
SIRESE: Sistema de Regulación Setorial
UCR: Unión Cívica Radical
UDP: Unión Democrática Popular
URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID: United States Agency for International Development
VASP: Viação Aérea São Paulo S/A
YFPB: Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolivia

MAPA DA REPÚBLICA DE BOLÍVIA



Base 802148 (R00815) 11-93

Fonte: http://images.nationmaster.com/images/motw/americas/bolivia_pol93.jpg

INTRODUÇÃO

“O senhor sabe?: não acerto no contar, porque estou remexendo o vivido longe alto, com pouco caroço, querendo esquentar, demear, de feito, meu coração, naquelas lembranças. Ou quero enfiar a idéia, achar o rumorzinho forte das coisas, caminho do que houve e do que não houve. Às vezes não é fácil. Fé que não é.”

(Prosa de Riobaldo, em “Grande Sertão: Veredas”, de Guimarães Rosa)

Até que o autor desta dissertação chegasse ao presente tema, um longo caminho foi percorrido. Como Riobaldo, corri bom trecho das minhas memórias, das minhas predileções, histórias de vida. “Remexendo o vivido”. Não me ocorreu a história da Bolívia ao acaso, mas como fruto de um lento processo, inscrito – como não poderia deixar de ser – em uma biografia pessoal. “Às vezes não é fácil” – e prova disto é que a temática da dissertação surgiu, embrionariamente, ainda nos tempos de graduação, como um impedimento a se resolver. Havia programado uma viagem à Bolívia para outubro de 2003, cuja efetivação foi impedida por conflitos de rua, mortes, paros, bloqueios de estrada, greve geral e muita repressão policial nas cidades bolivianas de El Alto, La Paz, Cochabamba, Potosí e outras, por conta do projeto governamental de exportar gás natural para os EUA através de um porto chileno. Seguramente não era um destino turístico muito procurado, naqueles dias. Quis, em um primeiro momento, entender o que acontecia no país vizinho que me impedia de viajar.

Desta forma, realizei a viagem posteriormente, em março de 2004, e percebi o assunto ainda na ordem do dia, nas bocas de taxistas, *cholas*¹, engraxates, acadêmicos, sindicalistas, vendedores ambulantes, recepcionistas de hotéis. Assunto tabu, cheio de negativas e de silêncios. Nestes dias, a curiosidade já havia se transformado em tema de monografia, e a viagem foi extremamente proveitosa em matéria de pesquisa, entrevistas, resultando no texto monográfico completo e em um curta-metragem sobre a “Guerra do

¹ Chola – termo usado – em geral de forma pejorativa – para designar as mulheres indígenas.

Gás” de 2003 (os enfrentamentos e a luta pela recuperação do gás nos meses de setembro e outubro passou a ser denominada desta maneira).

Posteriormente, em 2005, com a continuação de estudos na área de História da América Latina, e após a “*Conferência Internacional Pensamento e Movimentos Sociais na América Latina e Caribe: Imperialismo e Resistências*”, pude ter contato com vários intelectuais, dirigentes e militantes do continente, possibilitando um enorme discutir de saberes, ações, estratégias, teorias e métodos. Uma série de alunos, graduandos, mestrados e doutorandos dos cursos da UFF puderam entrar em contato direto com conceitos como “subimperialismo”, “crise energética” e “integração regional”, e neste momento iniciei um período de contratado temporário em empresa terceirizada da Petrobrás – esta diretamente envolvida nas disputas territoriais bolivianas. Foi o ponto de partida para as indagações aqui presentes.

Talvez algum leitor estranhe a ausência neste trabalho de alguns famosos e honrados nomes da historiografia européia e norte-americana. Alguns destes poderiam estar aqui citados, mas não estão - e não por incompetência ou inadequação minha ou deles. Apenas por ser necessidade própria do autor desta dissertação afirmar vontades, individuais e coletivas, necessidades metodológicas e ideológicas. Ao considerar que nossa querida disciplina ainda conserva como opção certa colonialidade em suas escolhas e reverências – e isto está explícito em suas notas de rodapé – escolho não considerar como requisito para citações ou reverência a certidão de nascimento. É perfeitamente possível (e necessário) produzir e recriar um (uns) outro(s) mapa(s) dos nossos saberes e fazeres latino-americanos, em suas especificidades e generalidades. Fica proposto, como tentativa e vontade, estar longe dos chauvinismos castradores, mas igualmente distante da ditatorial onipresença eurocêntrica. Particularmente, em se tratando de América Latina, as discussões são ainda mais prementes, pois se fala de um lugar específico – não exótico, mas distinto. Quando o recorte geográfico é focado nos Andes, e na Bolívia especificamente, há uma série de apontamentos a se fazer, para uma mínima aproximação ao tema: 1) a episteme fortemente indígena, que se expressa em freqüentes conflitos de paradigmas, teóricos e práticos; 2) o lugar de um país historicamente fragilizado em relação a seus vizinhos nos campos militar, político e econômico; 3) políticas públicas e visões amplamente difundidas

no senso comum, que expressam colonialismos internos e externos (e em constante diálogo).

No cerne das ciências humanas e sociais esta questão colonial se evidencia a partir da formação inicial destas disciplinas, dos seus marcos tradicionais de nascimento, no contexto de colonizações e “gestão” da economia do outro, e, para além disso, da exploração e interferência nos âmbitos sociais da vida do “outro” – do colonizado, do índio, do negro, do nativo. São marcas e processos que transcendem o mundo moderno e o contexto científico do séc. XVIII e XIX, e invadem a sociedade contemporânea através do peso da velocidade e primazia do capital, da homogeneização das culturas e das hegemonias geopolíticas e econômicas, mas agora amplamente mundializadas. É a partir destas bases que se toma a cultura dominante como universal e a dominada como particular, como se as instituições e os saberes e modos de vida desta última fossem desaparecendo, ao que fossem sendo incorporados elementos e instituições políticas daquela outra, gerando processos civilizatórios e modernizadores (HOFFMAN et al, 2006, p. 29). Edgardo Lander salienta que as ciências que se propuseram a explicar o homem em sociedade, mesmo aquelas produzidas e pensadas a partir do mundo ex-colonial, de maneira geral,

“serviram mais para o estabelecimento de contrastes com a experiência histórica universal (normal) da experiência europeia (ferramentas neste sentido de identificação de carências e deficiências que têm de ser superadas) que para o conhecimento dessas sociedades a partir de suas especificidades histórico-culturais” (LANDER, 2006, pg. 36)

Portanto, há, além das conseqüências mais materiais, de desigualdade econômica, jurídica, política e outras, uma herança no campo do conhecimento, no qual o *“legado epistemológico do eurocentrismo [...] nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhe são próprias”* (PORTO-GONÇALVES, pp. 10).

Entretanto, não é o eurocentrismo um releu vício aristocrático das castas acadêmicas, prerrogativa exclusiva de quem cria e copia conhecimento no âmbito das universidades. Se é possível que tenha sido originado como prática das ciências européias coloniais, ou ainda com os primeiros contatos humanos e comerciais entre povos da Europa e África ou Ásia, hoje se percebe o eurocentrismo presente nas sociedades da América Latina como, mais do que tudo, um receio de auto-afirmação, de auto-liberação e de possibilidades políticas fora do *establishment* neo-liberal. São negadas, neste contexto, algumas cores da palheta de possibilidades de ação e paradigmas políticos, através do uso cotidiano e massificado dos argumentos provenientes de uma lógica civilizatória e evolucionista, vigentes nas teses de que “não há mais luta de classes”, ou ainda, “não há mais classes” - o que nivela e achata, como que por um passe de mágica, as gritantes assimetrias de poder político, militar e econômico.

A partir desta concepção linear da história – e especificamente de uma linha cujo ponto de partida, caminho e chegada é a Europa, ou o Ocidente cristão – não é difícil se chegar à conclusão dos “desvios”, “descaminhos” observáveis nos lugares e povos periféricos do mundo, uma espécie de desvio da norma. Sendo assim, as especificidades, diferenças, condições próprias daquele que não é o centro, são utilizadas, tanto no senso comum como no (senso comum do) âmbito político/intelectual/acadêmico, para explicar o subdesenvolvimento, as assimetrias políticas, as relações de poder historicamente construídas. Perdem, estas questões, seu caráter histórico e territorialmente informado, imbricado nos modos de vida e de organização social, sob a hipótese – recorrente e sempre atualizada em seus dogmas e preconceitos, de acordo com a relação de forças do momento - de que as sociedades denominadas periféricas poderiam alcançar uma estabilidade, desenvolvimento econômico e padrões de vida próximos àqueles das potências mundiais,

“...não fosse por sua composição racial inadequada, sua cultura arcaica ou tradicional, seus preconceitos mágico-religiosos ou, mais recentemente, pelo populismo e por Estados excessivamente intervencionistas, que não respondem à liberdade espontânea do mercado” (LANDER, 2006, pg. 36-37)

É a apologia de uma estabilidade política, ideológica, econômica, social que, se defendida na teoria pelos pensadores do conservadorismo, não é passível de exercício prático, pois mesmo sob a mais estável hegemonia neoliberal subjaz um frenético movimento de capitais, pessoas, idéias, lutas políticas intra e interclasses. Mesmo após o natimorto decreto da morte da história por Fukuyama e seguidores menos explícitos, a conflitividade segue existindo, persistente e surpreendente a cada novo levante, rebelião, movimentos e propostas que surgem do embate e correlação de forças políticas – e aqui se fala principalmente das sociedades latino-americanas pós-coloniais². Neste campo, assim como em outros espaços da vida social já comentados, a onipresença do eurocentrismo, as noções do moderno e da história ocidental como parâmetros superiores serviu como norte – e é esta uma referência cardeal já bastante significativa – para a teorização e mesmo a ação política, conseguindo *“constranger uma alta proporção das lutas sociais e dos debates político-intelectuais do continente”* (LANDER, 2006, pg. 37), dificultando certo tipo de análise através da imposição de uma normatização ideológica, tanto nos campos do liberalismo como das diversas vertentes do marxismo e nacionalismos de esquerda. No entanto, a distância entre a (im)possibilidade de se pensar uma teoria isenta de contradições, e a (in)capacidade de aplicá-la ao mundo real, freqüentemente obrigou as ciências humanas e sociais produzidas no contexto do pós-colonialismo e das lutas pós-ditatoriais a abandonar preceitos anteriores, criando novos. Nestes termos, são marcos importantes as batalhas ideológicas e bélicas travadas no âmbito da Revolução Cubana – de freqüente estranhamento com a potência soviética, como antes já o fora a China, em 1949; as lutas políticas na Nicarágua sandinista e guerrilhas guevaristas dos anos 60, e mesmo o

² O uso do termo “pós-colonial” aqui não pretende adentrar as acirradas discussões a respeito, nem defender um conceito próprio, mas apenas assinalar aquelas sociedades latino-americanas que, dentro de suas especificidades, tiveram como condição comum a experiência colonial por séculos.

populismo³ traduzido em figuras como Getúlio Vargas, Juan Domingo Perón e Lázaro Cardenas.

Ao negar a possibilidade de se pensar o mundo sem que se esteja falando de um lugar específico, e conscientemente propondo uma dissertação que, em última análise, trata da desigualdade, há que se situar em um lugar não só geográfico, mas teórico, e, porque não, político. É uma necessidade imperiosa de empreender, tateando passo a passo,

“um esforço de desconstrução do caráter universal e natural da sociedade capitalista-liberal. Isso requer o questionamento das pretensões de objetividade e neutralidade dos principais instrumentos de naturalização e legitimação dessa ordem social: o conjunto de saberes que conhecemos globalmente como ciências sociais” (LANDER, 2005, pp. 22)

Utilizando destes questionamentos para se embrenhar, agora sim, nos movimentos sociais bolivianos e na política de gestão da coisa pública na Bolívia, o esforço perpassa a crítica da presente tendência (global) de se naturalizar a natureza enquanto produto passível de compra e venda. O mito da gestão técnica dos recursos naturais – e de outros temas – vem obscurecer e desnaturalizar o homem e mulher comuns, o mercador, o camponês, o trabalhador informal, o operário, o profissional liberal, o indígena, e a humanidade, enfim, enquanto atores participantes de sua própria história e das condições de vida que por eles é experienciada. Este tecnicismo tende a ignorar – não por omissão, mas por opção política, econômica, e muitas vezes étnica – a congruência entre a ação humana e os recursos naturais enquanto relação não comercial, mas vital, biológica, social, mítica, afetiva, e até poética.

³ Apesar de intensos debates em torno do sentido do conceito de populismo, esta dissertação não se pretende – e nem poderia, por questões de espaço – discuti-lo. Aqui utilizamo-lo no sentido mais comum e corriqueiro. Segundo definição do Dicionário Michaelis online: “*populismo* po.pu.lis.mo sm (populo+ismo) Política que se baseia em angariar as simpatias das classes menos favorecidas da sociedade” (<http://michaelis.uol.com.br>).

A partir do momento em que se considera a natureza e os recursos naturais enquanto partes integrantes e eixos de um estudo acadêmico, uma série de considerações sobre usos, tradições e costumes há de ser examinada, assim como as lógicas contemporâneas de utilização e organização dos serviços de água, de gás, de petróleo. Considerando-se o processo vivido pela Bolívia desde 1985, com o início da implementação das políticas neoliberais, até as recentes manifestações e propostas para gestão dos recursos naturais que culminam na Guerra do Gás de 2003 e nas lutas pela expulsão de La Paz da multinacional Águas de Illimani em 2005, a temática é recorrente na agenda política do país, enquanto fator aglutinante para convocações, debates, passeatas, marchas e levantes. Poderia se pensar em um recorte maior, caso fosse possível neste espaço propor uma análise das nacionalizações ocorridas no processo da Revolução Boliviana de 1952, porém cabe aqui se deter nas mudanças nos discursos dos movimentos sociais nestes anos mais recentes, e o quanto se distanciam da palavra e da ação governamental, ocasionando freqüentes enfrentamentos nas fissuras da frágil democracia boliviana pós-ditadura.

Esta relação entre exploração do meio (muitas vezes traduzida localmente como ação governamental) e postura dos movimentos sociais nos impõe pensar também no papel que exercem as políticas públicas internacionais e a interferência externa de órgãos mundiais financeiros. Entendendo a necessidade intrínseca do capitalismo de explorar a terra e seus frutos desde sempre, Fernando Coronil aponta que

“Como a produção de matérias-primas na periferia está geralmente organizada em torno da exploração não apenas do trabalho, mas também dos recursos naturais, acredito que o estudo do neocolonialismo requer uma mudança de foco do desigual fluxo de valor para a estrutura desigual da produção internacional. Esta perspectiva coloca no centro da análise as relações entre a produção de valor social e a riqueza natural” (CORONIL, 1997: 32 apud LANDER, 2006)

Trata-se de uma perspectiva bastante condizente com a problemática atual tanto da “*acumulação por espoliação*”⁴ quanto das táticas, estratégias e discursos dos movimentos sociais, indígenas, *vecinales* e comunitários bolivianos, por acrescentar o elemento da terra, palco e fator das disputas e ações políticas, ao centro da discussão.

Será necessário, inicialmente, um breve discorrer sobre os recentes processos históricos deste país vizinho e do continente latino-americano, em um contexto comum à maioria, que é o das recentes redemocratizações e as necessidades e contradições do modelo autoritário “de exceção” e do autoritarismo democrático enfrentado também muitas vezes contraditoriamente pelos movimentos sociais latino-americanos.

Posteriormente, no segundo capítulo, pretende-se analisar as condições da implementação paulatina da flexibilização das leis laborais e de exploração e privatização de recursos naturais. Encerrando o texto, um debate sobre o conceito de “*acumulação por espoliação*”, proposto por David Harvey em seu livro “*O Novo Imperialismo*”, e a possibilidade de sua utilização, mediante algumas ressalvas, para o caso boliviano, em particular, e latino-americano, no âmbito mais geral.

Não se assuste, pois, o leitor, caso leia opiniões e análises provenientes de autores desconhecidos, ou cujos idiomas originais não fazem parte do repertório comum dos cursos de línguas. Seguramente, esta dissertação traz premente algumas marcas do tempo e do espaço: conhecer e ter curiosidade sobre o processo político boliviano nos primeiros anos do séc. XXI é uma experiência concretamente distinta de conhecê-lo em 1980, por exemplo, e nos traz diferentes perguntas. Mudanças na cultura política global e, porque não, local nos dizem bastante respeito – mesmo àqueles que se dizem apolíticos. Da mesma forma, se interessar pela luta popular na Bolívia, a partir de experiência estudantil em uma universidade pública brasileira e fluminense, também marca, nos seus caminhos e descaminhos, facilidades e dificuldades, esta busca. Estas e outras questões de cunho acadêmico e pessoal interferem nas escolhas deste texto: construir uma análise do tema proposto a partir da metodologia exposta, que tem como consequência secundária afirmar a possibilidade de se conversar e trocar conhecimento, travar debate “historiográfico” com

⁴ “Acumulação por espoliação”, conceito este que será devidamente explorado no capítulo 3 (três) desta dissertação, através de análises do geógrafo marxista David Harvey a respeito do que chama de “novo imperialismo”.

nossos colegas, conhecidos ou não, doutores ou não, acadêmicos ou *callejeros*. São estes últimos, aliás, tema, suporte e inspiração desta dissertação.

CAPÍTULO 1 - América Latina - Redemocratizações

1.1 – A democratizar a “democracia”

(...)
*É um trem riscando trilhos
Abrindo novos espaços
Acenando muitos braços
Balançando nossos filhos*

*Lo que brilla con luz propia
Nadie lo puede apagar
Su brillo puede alcanzar
La oscuridad de otras costas*

*Quem vai impedir que a chama
Saia iluminando o cenário
Saia incendiando o plenário
Saia inventando outra trama*
(...)

(Pablo Milanés e Chico Buarque de Hollanda, em
“Canción por la Unidad de Latinoamerica”)

Ao se pensar no desenrolar das redemocratizações latino-americanas, a partir de meados dos anos 70 e década de 80 do séc. XX, é conveniente e frutífero pensar na relação de forças que delineou os limites dos processos políticos, assim como a definição das posteriores regras do jogo “democrático”. Apesar do declínio da opção pela luta armada no continente sul-americano a partir destas décadas⁵, o terreno de combate político dentro dos marcos da democracia representativa foi preenchido formal e informalmente por movimentos sociais, partidos, grupos políticos e ONG’s das mais variadas matrizes políticas. Tratava-se de uma necessidade imperiosa de reordenamento de forças, perante as derrotas dos movimentos guerrilheiros nos anos anteriores, mas também de uma opção

⁵ Referimo-nos diretamente à luta guerrilheira na América do Sul, com a exceção do Sendero Luminoso no Peru e alguns outros casos e ações isoladas, pois no caso da América Central, estas décadas marcaram justamente o emergir da opção da via armada, seus conflitos, vitórias e derrotas. Não é possível, portanto, generalizar as experiências, por exemplo, de El Salvador, Guatemala, Nicarágua e Honduras nesta caracterização.

consciente de setores populares pela ampliação das garantias democráticas e aprofundamento da democracia não apenas como método, mas como experiência cotidiana. Este repensar de tática e estratégia se deu, obviamente, com particularidades e maior ou menor grau de conflitividade e enfrentamento – com a participação parlamentar ou através da política das ruas, das greves e dos piquetes. Dentre as experiências mais variadas no continente, da guerrilha nicaragüense às greves e fundação do PT no Brasil, é mister pontuar que o processo de lutas pós-ditatoriais na Bolívia, após as radicalizadas ações guerrilheiras e kataristas, sofreu um grande revés a partir da estabilização de um governo eleito segundo as regras da democracia formal – o de Victor Paz Estenssoro (1985-1989), após sucessivos governos militares e após o breve mandato de Hernán Siles Zuazo⁶.

No entanto, esta dinâmica de refluxo das forças populares não é, em meados dos anos 80, caso particular boliviano, podendo ser observada em outros processos e condições. Houve uma tendência – e é ainda uma questão cotidiana – da sociedade a se dividir na adesão a duas visões bastante antagônicas de democracia: uma que leva em consideração apenas a normalização das regras de eleição e governabilidade (na qual se imbuíram, além de setores neo-conservadores, parte da esquerda latino-americana) e outra que tenta preencher a democracia não apenas de suas leis básicas de funcionamento, mas de conteúdo político no âmbito das relações sociais e de produção (BORÓN, 2002, p. 7-10). É a contradição que José Nun enuncia entre a “democracia governada”, formal, e “democracia governante” (NUN, 1989, p. 61), qualificada pelo próprio como “genuína”, mas que preferimos denominá-la aqui como “aberta”, “a ser preenchida”, para que se possa olhá-la como processo e não correremos o risco de fetichizar a democracia enquanto proposta, e destituí-la do substrato da história. Muitos dos setores profundamente envolvidos com as lutas pela redemocratização aderiram a esta primeira visão – a “democracia governada”. Conseqüentemente, por se embrenharem em um projeto que, em última análise, não lhes reservava espaço, e, pelo contrário, desenvolvia leis e um aparato ideológico contrários à política não-institucional, à contestação e à organização não-

⁶ Já são iniciadas, ainda no governo de Hernán Siles Zuazo, iniciativas governamentais com o propósito de ajuste fiscal e austeridade, para fazer frente à grave crise econômica. Apesar disto, o marco mais freqüente dos estudos sobre a sociedade boliviana ao se encarar a questão do neoliberalismo é o governo seguinte, de Victor Paz Estenssoro. Este estudo não fugirá à esta escolha, por considerá-la pertinente para os recortes cronológicos aqui estabelecidos.

eleitoral dos subalternos, perderiam a autonomia de ação enquanto movimentos sociais, além de forneceram, pela omissão e por escolhas políticas, subsídios e artilharia para o lado oposto da balança, dificultando a articulação, através do isolamento, daqueles que se pautavam (ou se pautam) por outros parâmetros. No calor da hora, as redemocratizações seriam entendidas e interpretadas torpemente como “a derrota da economia nas mãos da política” (BORÓN, 2005, p. 11), o que refletia, de fato, a possibilidade das sociedades de encararem a si mesmas sem o poder onipresente da mão forte estatal, que de certa forma sublimava ou ocultava a onipotência e onisciência dos grupos e forças econômicas nacionais e internacionais dos mercados liberalizados. Estes sofreram, de maneira geral, nas nascentes democracias, processos em que se institucionalizou a liberalização dos anos ditatoriais através de leis trabalhistas, medidas e relações bilaterais e multilaterais, forjando uma pauperização que contrastava com a imagem dos sonhos e esperanças pensados no âmbito das lutas pela democracia. Apesar das marchas, passeatas e greves gerais, neste contexto, contarem com a presença de amplos setores vinculados ao mundo do trabalho, a pauperização pós-democratização trazia consigo um dilema: sob a premissa da democracia, aceitava e impunha severas restrições orçamentárias nos gastos sociais. Sob a promessa da incorporação das massas à cidadania, a política de ajustes excluía grandes setores da população do acesso aos bens e serviços mais essenciais.

Foi justamente sobre esta demanda mais concreta – a de acesso à uma cidadania plena, substantiva – que se deram as lutas iniciais na Bolívia (e outros países) após os períodos militares. Temas como as privatizações e suas conseqüências no bolso e na vida do cidadão comum, as dificuldades de acesso a serviços públicos de saúde, problemas de moradia urbana e questão agrária no campo, foram capitalizados como fatores aglutinantes para os movimentos que já poderiam agir com relativa liberdade de ação nas nascentes democracias.

Atílio Borón observa, sobre as atuais democracias e o democratismo, que são necessárias e permanentemente válidas as críticas oriundas da esquerda e dos socialistas sobre a incongruência entre os “*predicados igualitaristas e democráticos... [e] suas premissas práticas classistas e autoritárias*” (BORÓN, 2005, p. 14). É justamente o medo e crescente alarmismo perante um militante ativismo democrático e os esforços para democratização dos espaços públicos da sociedade que aterroriza e faz reagir prontamente o

mundo da tecnocracia, dos negócios e da economia. Sob a lógica da livre circulação de mercadorias e da pronta e eficaz exploração do mundo do trabalho, queda a democracia intocável, mas somente até o ponto em que é possível exercê-la através do autoritarismo e da exclusão das massas do processo político decisório. Se, e nos casos em que, setores da sociedade são chamados à participação – seja através de governos progressistas, de cima para baixo, ou através de grupos de pressão com o peso da organização política dos subalternos - logram certo espaço enquanto fator decisivo na opinião nacional, é neste momento em que, em nome da democracia, se propõe/impõe a primazia do argumento autoritário: o tecnicismo, a gestão técnica, a “paz” e a “estabilidade”.

As mais recentes discussões sobre movimentos sociais, recursos naturais e gestão da coisa pública na Bolívia – principalmente após a queda do último governo militar, em 1978, e o advento das políticas neoliberais da Nueva Política Económica de 1985 – tendem a perpassar, no senso comum, na opinião pública, na grande mídia e nos jornais e bocas populares, estes argumentos acima mencionados, seja afirmando-os e preenchendo-os com sentido, ou negando-os, realizando um contraponto ao discurso amplamente hegemônico. O tema da paz, da estabilidade, da gestão técnica ou do controle popular são pontos-chave para a discussão da história política recente da Bolívia contemporânea, tão marcada por golpes de Estado, levantes populares e sangrentos confrontos de rua. Assim sendo, necessitaremos estabelecer aqui uma breve delimitação contextual do período estudado: da retomada da visibilidade nacional das forças populares após o baque sofrido pela Nova Política Económica à denominada “Guerra do Gás” de 2003.

Quando se teve notícias de uma reorganização dos movimentos sociais bolivianos – e as marchas dos povos indígenas do Oriente nos fins dos anos 80 são importantes indícios desta retomada – claramente houve mudanças paradigmáticas nas táticas e estratégias de luta, assim como na própria distribuição geográfica e étnica dos conflitos. Embora sejam estas questões diretamente relacionadas com o desenrolar da história na sociedade boliviana, convém estabelecer aqui, em prol de uma mirada contextual, a cultura política das esquerdas latino-americanas a partir da segunda metade do séc. XX, e, principalmente, no último quarto deste século, em que as bases da organização política já sofriam graves abalos, mas também reordenações importantíssimas para os

próprios movimentos. Podemos falar de um quadro da cultura política qualitativamente distinta, após alguns marcos de ruptura epistemológica, daquela das primeiras décadas do século.

Às condições de tensão mundial vividas pelo bombardeamento ideológico típico da Guerra Fria, há respostas a partir de solo latino-americano que por vezes desafiam o leque de respostas oferecidas pelas redes de alianças e influências das potências estadunidense e soviética. Se a existência de um exemplo de construção de outro tipo de sociedade a se vivenciar existe na URSS, e não deixa de ser um importante parâmetro, na prática é a experiência guerrilheira chinesa, culminando em 1949, que dá mais subsídios práticos para as lutas nesta parte do mundo. Este período se caracterizaria por um acirramento da luta de classes no continente, com motivações antiimperialistas e revolucionárias. É notável o surgimento de diversas frentes de resistências às ditaduras, guerrilhas e diversos movimentos sociais que serão importantíssimos para a derrubada e derrocada das ditaduras latino-americanas. A guerrilha do Sendero Luminoso no Peru, a rebeldia de Camilo Torres na Colômbia, a Revolução Nicaragüense de 1979, as guerrilhas urbanas e mobilização popular contra a ditadura militar na Bolívia, Brasil, Argentina, Uruguai, além das FARC, presentes desde 1964 no cenário político latino-americano, marcam esse panorama.

Alguns destes movimentos da segunda metade do século XX trazem consigo certas peculiaridades, influenciados diretamente por heterodoxias do marxismo como o foquismo proveniente da prática dos revolucionários cubanos em Sierra Maestra, as proposições de Régis Debray, Franz Fanon e alguns ideólogos do desenvolvimentismo nativo. Além disso, um descontentamento com os caminhos tomados pela Revolução Russa torna premente uma crítica ao autoritarismo e ao culto à personalidade mesmo entre grupos intelectuais e movimentos notoriamente marxistas. É notável também a influência da teologia da libertação, legitimada pelas Conferências Episcopais de Medellín (1968), na Colômbia, e surpreendentemente apoiada pelos jesuítas. Tratava-se de uma novidade “*ao mesmo tempo intrigante e perturbadora para os da velha tradição esquerdista, basicamente seculares e anticlericais*” (HOBSBAWM, 1995, p. 438).

Certamente este levantar de vontades e forças populares não se deu sem que os princípios da moral burguesa fossem questionados, com maior ou menor intensidade, por um processo de descentralização das demandas e bandeiras. Principalmente nos tempos libertários de maio de 68, em que boa parte das ortodoxias marxistas foi questionada – e ao mesmo tempo parece que o marxismo ganha força através justamente das críticas que lhe são feitas - novas forças sociais como feministas, gays, grupos anarquistas, ambientalistas, defensores de direitos humanos, associações de vizinhos e de jovens vieram à tona. Apesar das muitas e freqüentes críticas que são feitas a essa “fragmentação” dos coletivos políticos, que estaria contribuindo para uma setorialização das demandas e conseqüentemente um enfraquecimento de uma possível força política unificada segundo padrões estritos de classe, e, dessa forma, eminentemente revolucionária, não se pode analisar estas novas agrupações sem considerar seu potencial prático de organização e luta. Tendo a concordar com Atilio Borón quando este comenta que

“... estes [novos movimentos sociais] expressam uma realidade distinta, mas não contraditória, ao continuado protagonismo das classes sociais, e a correta apreciação de suas potencialidades transformadoras não tem por que ser feita sobre a base de subestimar as possibilidades que ainda conservam as segundas. As reivindicações dos vizinhos dos bairros populares, das mulheres, dos jovens, dos ecologistas, dos pacifistas e dos defensores dos direitos humanos não podem ser plenamente compreendidas se não são integradas no marco mais compreensivo do conflito social e da dominação burguesa” (BORÓN, 1994, p. 228).

O fato de que a sociedade boliviana tenha se complexificado nas últimas décadas, tanto no que tange à sua inserção no comércio e política globais quanto no que diz respeito a suas demandas e movimentos sociais, longe de servir como freio às lutas, lhes dá um impulso distinto. Há, no entanto, interpretações que igualam a complexidade, descentralização das lutas e precarização do trabalho à derrota das forças populares. Destas proposições, podemos apreender o peso que tiveram nas ciências humanas e sociais os

movimentos trabalhistas da primeira metade do século. Tamanho é este peso que muitas vezes já não se vislumbra possibilidade de movimento – no sentido mais *stricto* do termo – minimamente distinta dos marcos da visão teórica e metodológica que contemplou o mundo do trabalho em boa parte do séc. XX. É um processo de ataque ao fim da história enquanto proposto por ideólogos do conservadorismo, mas aplaudido enquanto “fidelidade aos textos originais”, enquanto luta “autêntica”. Processo infeliz este, que transforma livros e teorias surgidos como ímpeto de libertação – e por isso devem ser reconhecidos e estudados – em grilhões pro próprio avançar teórico e prático das forças populares.

Prescindiremos, portanto, de análises da sociedade contemporânea em que as mudanças de fins do século XX – e sua complexidade - sejam consideradas como o pressuposto de uma impossibilidade atual de mudanças. Quando se considera que é justamente o movimento da história que traz a letargia e a apatia, e não as condições específicas desta história e a relação de forças e disputa de projetos à qual está condicionada, perde-se um importante componente das ciências humanas que se pretendem não apenas ciência, mas instrumento de luta: a capacidade de formular questões de acordo com seu próprio tempo, de acompanhar e criticar, no campo da contra-hegemonia, o discurso hegemônico contemporâneo. É o que se dá quando se explicita que

“la sociedad se ha complejizado, las distancias sociales han crecido, así como las regionales...la acción coletiva tiende a fraccionarse y a multiplicar sus demandas e intereses, fenomeno que no se expresa em um incremento de la capacidad de acción y menos en una maior representación política...En síntesis, la sociedad misma se complejiza y pierde capacidad de acción sobre sí misma” (CALDERÓN, 1999, p. 89)

Antes de se deixar impor à própria boca este derrotismo em termos de política, convém adestrar bem olhos e ouvidos para uma percepção aguçada do pensamento político presente nestas formulações. Mais do que nunca, não é a complexificação da política em si que traz o fracionamento e a perda da capacidade de ação, mas o modo como aquela é vivida, entendida. Pode trazer à ação, como é o caso das recentes rebeliões e

levantes latino-americanos, novos atores anteriormente alheios à luta *callejera*, como é o caso das classes médias empobrecidas na Argentina *piquetera* de 19 e 20 de dezembro de 2001. Os movimentos sociais – no plural – não são, portanto, estéreis, nem significam a simplificação da política, como se tenta fazer crer a cada segundo tanto na academia quanto nas ruas. Ao se fragmentarem as demandas a partir da década de 70, os movimentos sociais suprem e cumprem justamente a função de complexificação da política, embora no campo contra-hegemônico. Antes de serem fator de estagnação, são, a despeito da fraseologia dos conformistas,

“una complejización de la política y, sobre todo, del sistema de relaciones entre los sujetos políticos – tanto entre quienes componen el movimiento social como contra los que se enfrentan – y por eso son formas de recreación organizativa y de la vida social a través de una conflictiva relación con el resto de la sociedad civil y el Estado”
(HOFFMAN, 2006, p. 65)

Não há que se confundir a estratégia de ação local ou específica, que vem sendo arranjada dentro de perspectivas globais e contra-hegemônicas por diversos movimentos na América Latina, com o agir e pensar defendido pelos entusiastas da Terceira Via – sendo Anthony Giddens um importante representante desta. Apesar do invólucro aparentemente comprometido *“na auto-organização e envolvimento das populações com as questões ligadas às suas localidades, no trabalho voluntário e na ideologia da responsabilidade social das empresas”*, nestes parâmetros, percebe-se que *“permanecem intocadas, contudo, as relações de exploração, que estão longe de serem abolidas no mundo contemporâneo, sobretudo nos países capitalistas periféricos”* (NEVES, 2005, p. 15).

Quando Lúcia Neves utiliza seu arsenal gramsciano de análise para entender a atual “pedagogia da hegemonia” como instrumento do capital, constata igualmente que a complexificação da sociedade e recentes mudanças no modo de produção capitalista trouxeram consigo uma possibilidade de alargamento da participação política - *“apesar de obviamente limitada”*. A ampliação das condições de cidadania ativa vem requerer dos

governos “democráticos” – questão premente na América Latina do século XXI - o esforço de superar a contradição entre a democratização dos espaços ditos democráticos e a “*apropriação privada da produção da vida*” (NEVES, 2005, p. 20).

É neste espaço do alargamento de possibilidade de participação no âmbito público que podemos melhor enquadrar perceber as forças populares – e principalmente indígenas - bolivianas a partir de meados da década de 80. No entanto, como se poderia pensar em um primeiro momento, não se trata simplesmente de adequar a vivência indígena às instituições da democracia liberal, mas de tratar de lograr capacidade de decisão nas políticas públicas, na gestão dos órgãos públicos e dos recursos naturais, além de garantir a vida social segundo os padrões e instituições de cada *ayllu*, *marka*. Apesar de algumas retóricas mais radicais que dizem respeito a um retorno a um mítico *Qullasuyu*⁷, o que tem prevalecido é a negociação – dada obviamente mediante luta cotidiana – de espaços e possibilidades de (sobre)vivências. Apesar do texto da Constituição Boliviana – que data de 1995, com reformas posteriores - prever em seu primeiro artigo o caráter multiétnico e pluricultural do Estado, estas condições continuam a ser demandas constantes dos movimentos sociais, mesmo sob o governo Morales-Linera, por não garantidas. Apesar do reconhecimento formal em diversas instâncias – até mesmo na OIT⁸ e ONU⁹ – é porto seguro afirmar que

“se habla de multiculturalidad y de ciudadanía inclusive de los pueblos indígenas, pero esto se sigue haciendo bajo el supuesto que la ciudadanía es una condición que se les reconoce en tanto participan de las instituciones liberales de representación y mediación”
(HOFFMAN, 2006, p. 30)

⁷ Trata-se da parte sudeste – uma das quatro regiões, ou suyus – do antigo império Inca, habitada pelo povo *Qulla*, ou *Colla*.

⁸ Convenção n. 168 da OIT, adotada em 1989, sobre “Povos indígenas e tribais em países independentes”.

⁹ A ONU aprovou, em 13 de setembro de 2007, a “Declaração dos Povos Indígenas” (RADIOBRAS/Agência Brasil).

Poderíamos ampliar esta problemática do conceito de cidadania – restritíssimo – de forma a englobar a tentativa de ação daqueles que, através de suas organizações, partidos, movimentos, se organizam para garantir a própria sobrevivência e/ou interferir nas decisões e nas políticas públicas. Estando as atuais instituições de representação fetichizadas como as únicas possíveis, é conclusão lógica que qualquer movimento que se utilize de caminhos não previstos tende a ser catalogado como não-representativo, autoritário ou antiquado, mesmo quando é apoiado ou formado por amplas maiorias, como é o caso, na Bolívia, dos recentes fenômenos de participação em massa em prol da nacionalização do gás em 2003, e da redução de preços/controlado comunitário dos serviços de água em 2000.

No entanto, em conflito feroz com a grande mídia e a dita “opinião pública”, os movimentos sociais bolivianos puderam, a partir de fins dos anos 80, contrabalançar o peso da hegemonia neoliberal nos corações e mentes de sua população. A emergência de um forte movimento indígena, a reorganização de setores vinculados ao mundo do trabalho e o advento de certa participação popular nos grandes temas nacionais mediante uma inserção gradual, às vezes pontual e espontaneísta, mas constante, são referências importantes que podemos recuperar através de uma mirada à articulação política subalterna/subalternizada da Bolívia no último quarto do séc. XX.

Desta maneira, o ressurgir de movimentos populares com influência direta no rumo dos países e do continente em si nos faz pensar na deficiência prática dos diversos governos de lidar com gritantes demandas sociais internas e ditames econômicos internacionais. As conquistas dos movimentos populares puderam trazer a tona, em um momento em que a democracia recém reconquistada se viu obrigada a levar adiante medidas de certo caráter democratizante (como o reconhecimento da liberdade de expressão, das populações indígenas e territórios originários, educação bilíngüe, mudanças constitucionais que garantem o mínimo de condições humanas e “cidadãs”), as imposições econômicas vêm a tona como um paradoxo e um indicativo para o acirramento dos conflitos. Como salienta Atílio Borón,

“a história passada e recente da América Latina demonstra de forma absoluta que a vitalidade da sociedade civil e o caráter avassalador do movimento popular – ‘ressuscitados’ depois de prolongados períodos autoritários – podem originar situações nas quais o frágil e precário equilíbrio político-institucional das nascentes democracias seja alterado colocando em perigo a governabilidade do sistema” (BORÓN, 1994, p. 26)

Se uma reificação da democracia liberal como palco da política prevaleceu desde a redemocratização recente de vários países da América Latina, em que os movimentos populares entravam na análise apenas como elementos “anti-sistêmicos”, já se percebe que qualquer análise mais coerente com a realidade política do continente deve levar em conta a influência mútua das “ruas” nas políticas oficiais e vice-versa. Já se torna claro que

“a imagem otimista e iluminista da irreversibilidade da democracia deve ser substituída, portanto, por uma visão muito mais realista e dialética que nos torne sensíveis diante da fragilidade e da provisoriedade da correlação de forças sociais sobre as quais descansa” (BORÓN, 1995, p. 18-19).

É a partir deste patamar – da correlação de forças, das forças populares em movimento – que podemos partir para a compreensão da sociedade boliviana e dos conflitos não apenas por recursos naturais, mas de paradigma, que perpassam este país. Faz-se necessário uma observação das concepções – advindas da memória dos povos indígenas ou da tradição ocidental da esquerda - que conduziram e conduzem a cultura política boliviana nas suas constantes reconstruções.

1.2 - Em movimento: sociedade e conflito na Bolívia (1970-1985)

*"Quem é que rouba a esse homem /
o cereal que ele planta?,
quem come o arroz que ele colhe
se ele o colhe e não janta?.
Quem faz café virar dólar
e faz arroz virar fome
é o mesmo que põe a bomba
suja no corpo do homem
Mas precisamos agora
deter o sabotador
que instala a bomba da fome
dentro do trabalhador"*

(“A Bomba Suja”, de Ferreira Gullar, em “Dentro da Noite Veloz” – 1962-1975)

Para se pensar algumas das questões que estão presentes na atual cultura política boliviana, e mais especificamente naquela identificada, às vezes de modo fluido, e outras diretamente, com as tradições da esquerda andina e/ou latino-americana, há que se fazer um breve recuo para observar a formação do que hoje se visibiliza como um projeto popular, indígena e antagônico à hegemonia neoliberal. Embora exista grande convergência entre os momentos e processos históricos da cultura que se pretende universal e aquela boliviana (e esta denominação já é uma forma de generalizar um processo histórico que é plural), há momentos da invenção, de um espectro de teoria e prática que não estão dados, mas são criados e recriados a partir das condições específicas do lugar.

No caso boliviano, especificamente, é forte, inclusive nos conflitos atuais, a presença do simbolismo das lutas indígenas durante os processos de independências latino-americanas. Fazem parte do discurso corriqueiro de algumas organizações indígenas

principalmente aymaras e quéchuas, e são reapropriadas também, com distintos graus, por aqueles setores ligados ao sindicalismo tradicional ou às organizações de bairro e de vizinhos.

Não obstante a resistência cotidiana da mão de obra indígena no período colonial, convém explicitar aqui a relevância do que ficou conhecido como *General Sublevación* (1780-1781), levante liderado por alguns caudilhos ao longo da América Espanhola. Três líderes indígenas se destacam – e foram destacados pela história posterior: *Tupac Amaru*, *Tomas Catari* e *Tupac Katari*. Sob o reinado de Carlos III, então rei de Espanha, o levante se deu nos vice-reinos do Alto e Baixo Peru e ainda em Nova Granada, embora fossem as áreas de Cuzco, Chayanta, Oruro e La Paz os pontos centrais do conflito. Marcou o território andino de maneira indelével, ainda que se tente, pelo olvido da história, ou pela negação da política subalterna, ocultar – na Colônia ou na atual República - a presença indígena e as urgentes necessidades de sobrevivência e melhores condições de vida. Quando muito, a exploração na historiografia se explicita apenas pelos seus aspectos mais gritantes, ou mais peculiares (não menos abomináveis), consagrados pelos livros didáticos e docência do atual Ensino Médio: a *mita*, a *encomienda*, a *pongueaje*.

Se há que se destacar um motivo direto para a *General Sublevación*, pode se indicar o aumento repentino de diversos tributos, instaurada pelos funcionários burbônicos de Carlos III. Visavam “*arbitrar fondos para la defensa Del Império ante los claros propósitos de expansión de las monarquias britânica y lusitana em los territórios de América*” (SALINAS, 1992, p.40). Apesar dos fins mais imediatos do levante serem o protesto contra os abusos dos corregedores injustos, a abolição das aduanas, a oposição aos tributos e a modificação ou extinção da *mita*, algumas possibilidades foram vislumbradas tanto pelos caciques e população envolvida quanto pela elite governamental. Se houve rebeliões anteriores que também se direcionaram a estas demandas mais pontuais, a de 1780-1781 chegou a apontar para algumas posições independentistas, com projeto próprio¹⁰.

¹⁰ Há intenso debate na comunidade de historiadores andinos sobre as versões “fidelistas” e “independentistas”, ou seja, se Tupac Amaru realmente almejava um projeto político de independência (e sabe-se que travou contato com as novas idéias de letrados limenhos e cusquenhos recém-chegados da Europa e ilustrados espanhóis) ou se representava mais uma necessidade de reforma do regime de dominação espanhola (SALINAS, 1992, p. 45-47).

Embora Jose Gabriel Condorcanqui – posteriormente adotando o nome de Tupac Amaru - fosse natural de Tinta, província a 100 km ao sul de Cusco, outras rebeliões locais se filiam ao quadro da *General Sublevación*. Tomas Catari, nascido em Chayanta, distrito aymara ao norte de Potosí, durante os anos de 1777 a 1781, ao ser despojado de seu cargo de cacique por um mestiço, Blas Bernal, começa a acusar este de tributar duplamente a população, se valendo deste padrão duplo de cobrança para entregar somente uma parte à Coroa, guardando o restante para si e para o corregedor local Joaquín Alós, que havia autorizado a transferência ilícita do cargo. Alós ordena que Catari seja preso – o que foi cumprido. Esteve encarcerado diversas vezes, em meio a intervenções dos camponeses, ordens judiciais e arbitrariedades das autoridades, até que começou a exercer, por seu prestígio como líder indígena, funções de governo local - porém invocando sempre o nome do monarca espanhol (SALINAS, 1992, p. 58-60). Catari foi capturado e morto após o assassinato do cacique Bernal por indígenas. Serviria então de mártir para o levantamento de milhares de indígenas liderados por Damaso e Nicolas, irmãos de Tomas, que pretendiam rumar até a sede da Audiência Real. Este exército rebelde foi derrotado antes que tomassem Chuqisaqa.

Também um importante caudilho, e o que mais nos interessa neste presente trabalho, é Julian Apaza, posteriormente chamado de Tupac Katari. Em relação aos dois outros líderes citados anteriormente, detém a peculiaridade de ser homem comum, analfabeto, morador da província de Sica Sica, próxima a La Paz, longe de aspirar a qualquer cargo de cacique. Seu rápido ascenso como líder não é muito bem explicado, e surpreendeu “*tanto a los suyos como a las autoridades que habrían de enfrentársele*” (SALINAS, 1992, p. 72). Toma para si o nome de Tupac Katari, se apropriando desta forma de nomes de ascendência nobre¹¹, a qual não tinha por nascimento. Em seu nome funde os de Tupac Amaru e Tomás Catari, como quem indica sua ligação e iniciativa de continuar a luta dos outros dois maiores caudilhos da *General Sublevación*. Este fator não deixa de indicar, principalmente para aqueles que, vivendo nos séculos seguintes, conhecem a posteriori este processo, um motivante sentido de continuidade. Apesar de tomar em conta a liderança de Tupac Amaru, expõe em sua atuação uma retórica bastante

¹¹ Katari, em aymara, significa “serpente”, “víbora”, assim como “Amaru” em quéchua.

direcionada à “nação aymara”¹², que não se encontra em Amaru, por este liderar uma rebelião essencialmente quechua e cusquenha.

Em Sica-Sica, Sorata e proximidades, com o advento do levante de Tupac Amaru e outros caudilhos, localmente já se organizava uma resistência contra a dominação espanhola. Com o acirramento dos conflitos, Tupac Katari conseguiu reunir, em pouco tempo, milhares de indígenas com o objetivo de tomar a cidade de La Paz, para posteriormente expandir o levante indígena até acabar com a presença espanhola nos demais territórios do Alto Peru.

Por demais importantes são a localização e as características topográficas da cidade de La Paz: trata-se de um vale incrustado entre serras vizinhas (a cidade de El Alto) e era¹³ importante ponto das rotas comerciais entre Cusco, Arequipa, Potosí, Chuqisaqa, Arica e Buenos Aires. A cidade de *Nuestra Señora de La Paz* tinha então por volta de 25.000 habitantes, enquanto o exército rebelde indígena reunia 40.000 indivíduos ao começo do cerco que durou nove meses (SALINAS, 1992, p. 75). Há, hoje, no *Museo Costumbrista de La Paz*, um quadro¹⁴ de Florentino Olivares, de 1888, cópia do original - perdido - de um pintor anônimo contemporâneo ao cerco, em que podem ser observadas diversas questões referentes à organização espacial e às investidas contra La Paz, como as muralhas construídas ao redor da cidade e a movimentação militar. No lado indígena, se nota a movimentação em El Alto:

¹² Cabe lembrar que os indígenas aymara ou “colla” (termo que dá origem ao Qullasuyu), predominantes na região ao redor do lago Titicaca, não se subordinavam ao império incaico até aproximadamente 70 anos antes da conquista espanhola, portando, obviamente, especificidades culturais e políticas em sua organização e retórica.

¹³ Continua sendo trecho de uma importante rota comercial entre Bolívia e Peru.

¹⁴ Ver anexos 1, tropas em La Paz esperando o ataque aymara, no quadro de Florentino Olivares.

“las apretadas filas de los combatientes aimaras, con sus picas en alto y banderas formando como un muro desde el filo de la montaña. Contigua a aquellos se alzan las horcas de las que penden los enemigos capturados, entre elevadas tiendas de campaña coronadas también de banderas. Por las laderas del cerro se despliegan hileras de tropas que bajan hacia la ciudad, primero en grupos dispersos en movimiento ordenado y rápido hacia las posiciones que ocupan las dos largas formaciones de ataque detenidas como a la espera de las órdenes del caudillo. En el centro de la segunda línea aparece un grupo a caballo, en medio del cual, de semi-perfil se ve al propio Tupac Katari acompañado de Bartolina Sisa” (SALINAS, 1992, p.69).

Através desta descrição, podemos perceber a intensidade do cerco, que durou 209 dias e ocasionou a morte de cerca de 10.000 habitantes de La Paz, nos combates ou por fome e doenças. O caráter eminentemente indígena neste levante específico expressa muito de sua posterior reapropriação: o mito de Tupac Katari, indígena aymara, pobre e analfabeto, que em sua rebelião *“no contó con aliados criollos ni mestizos, salvo casos excepcionales, y éstos, forzados. Fue pues una rebelión exclusivamente indígena y campesina, gestada en el propósito de poner fin a la dominación española”* (SALINAS, 1992, p.79). Dizem, e isto não pode senão ser encaixado na categoria de boato – o que certamente não deixa de ter algum significado, nem que seja no campo da apropriação coletiva – que, ao ser capturado após a derrota de seu exército, e antes de lhe prenderem pelos quatro membros a quatro cavalos, desferiu profeticamente, em aymara: *“a mi solo me matareis, pero mañana volveré y seré millones!”* - frase contundente e que marcaria a futura atuação de alguns líderes aymaras. Este caráter de mito político que a figura de Tupac Katari viria a ser é um dado importante para compreender aspirações, movimentos e idéias posteriores, já no séc. XX.

Com alguma licença poética, pode-se dizer que assim ocorreu na década de 1970 – período no qual Katari realmente “volvió”, embora não aos milhões, mas na ideologia política de alguns milhares, e de movimentos que reivindicavam a filiação a esse líder e seu histórico levante. Esta afirmação do indigenismo (“katarismo”, como ficou

conhecido) veio a levantar barricadas contra parte das políticas levadas a cabo pelo MNR e demais governos a partir da Revolução Nacionalista de 1952. O processo de 1952 é incisivo porque cria, em meio a uma forte mobilização popular contínua, um organismo de poder dual, ou co-governante, que se exemplifica na fundação da COB e a tendência trotskista de suas direções, incluindo o mítico fundador da FSTMB e COB, Juan Lechín. Esta condição afirmaria para a COB, e para as organizações populares, uma proximidade com o governo que povoou o imaginário da população, e engendrava – ou melhor, organizava de modo institucional – as relações conflitivas entre governo e sociedade. Além disso, as minas de Patiño, Hoschild e Aramayo são nacionalizadas. O setor mineiro consegue, através de uma guerra civil permanente e prolongadas mobilizações, facilitadas pela sua concentração territorial em distritos proletários, ter sob seu controle uma parte importante da produção e do território base desta produção (MERCADO, 1967, p.124). Apesar da proeminência dos mineiros, René Zavaleta Mercado, importante sociólogo e então membro do MNR, contemporâneo dos eventos então ocorridos, atenta, com sensibilidade, para a relativização do conceito de proletariado, que, na Bolívia, tende a se concentrar na mitificação do mineiro:

“lo que en una generalización se llama proletariado es, en realidad una suma de grupos y subgrupos sociales que participan de las características de esa clase moderna [...] y cuando se habla de obreros de la panificación o de las construcciones por cierto se menciona a sectores que oscilan entre un proletariado propiamente dito y un peón artesanal” (MERCADO, 1967, p126).

Além disso, algumas demandas de ampliação dos direitos civis são atingidas. Além de uma campanha intensa pelo fim na prática – pois formalmente já existiam proibições desde fins do séc. XIX - da *mita*, observa-se que

“respondendo à pressão da maioria indígena e das classes trabalhadoras, assim como das mulheres de classe média, o novo governo, dirigido pelo partido Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), estendeu o direito de sufrágio, anteriormente limitado à classe de proprietários alfabetizados, para todos os bolivianos e ainda ampliou os direitos sociais objetivando condições de vida razoáveis” (KOHL, 2003, p.3)¹⁵

Também a reforma agrária levada a cabo em 1953 introduz importantes modificações no campo. A introdução do sindicato rural em terras camponesas e indígenas marcaria a posterior organização dos ayllus e marcas, seja através de suas congruências ou discrepâncias com a estrutura tradicional destes. Os sindicatos absorvem – e provavelmente foram passos necessários para seu relativo êxito - algumas características do poder indígena: todo adulto casado é membro do sindicato por natureza, e a “dirigência” não é eleita, mas formada por membros rotativos, que vão ocupando diversos cargos. Todo membro terá sua vez de assumir cargos de direção. Mesmo os líderes tradicionais, como corregedores, *jilaqatas*, *mallkus* atuam também e tem sua influência e poder nos sindicatos. Desta maneira, o sentido de serviço à comunidade (e não de poder sobre a comunidade) é reforçado nas assembléias (ALBÓ, 2002, p.19-20). Entretanto, ao mesmo tempo em que propiciava um organismo de coesão às muitas comunidades, a reforma de 1953, muitas vezes ao expropriar as *haciendas* de áreas de colonização, trabalhou no sentido de devolver as terras às famílias camponesas na forma de pequenas propriedades familiares individuais. Esta transformação do status da terra, e dos modos em que se vivencia o território, interferiu de tal forma no cotidiano, que estimulou (e estimula) entre as comunidades diversos conflitos a respeito dos limites de propriedades e mesmo uma nova concentração de terras, baseada na compra de propriedades individuais de pequenos agricultores que não tinham como cultivar seus próprios lotes – causando desta forma também certa divisão interna nas comunidades tradicionais (ALBÓ, 2002, p.23).

¹⁵ Texto traduzido do inglês pelo autor desta dissertação. Segue o texto original: “*responding to pressure from the majority indigenous and working-class populations, as well as middle-class women, the new government, led by the National Revolutionary Movement (MNR) party, extended suffrage, previously limited to literate property owners, to all Bolivians and broadened social rights through the ‘reasonable living’*” (KOHL, 2003, p. 13)

Apesar de algumas dificuldades no campo, o campesinato se converteu em uma das principais bases de apoio do MNR governante, assegurando, dessa maneira, uma massiva votação para este partido nas diversas eleições locais, além do apoio constituído por “*regimientos populares*” armados com velhos fuzis *Mauser* oriundos da Guerra do Chaco (ALBÓ, 2002, p. 118). Apesar do papel de destaque que conseguem os camponeses com a Reforma Agrária, nota-se no pensamento social sobre 52 que não se reconhece neste setor um caráter protagônico proeminente, como demonstra o certo desprezo com que Zavaleta Mercado analisa o papel do camponês neste processo: o camponês “*defende su tierra pero no la cobertura política de su tierra ni sus intereses posteriores como clase*” (MERCADO, 1967, p. 67), sendo assim – ainda segundo Zavaleta – um elemento conservador na luta de classes.

O MNR, fortalecido com a Revolução Boliviana de 1952, governaria até 1964. Em 1964, após o presidente Victor Paz Estenssoro propor uma emenda na Constituição para que pudesse se reeleger como candidato único (e se reelegeria), uma junta militar liderada pelo General René Barrientos, disposta a limar do processo político o MNR, frágil e dividido, toma o poder. Este conseguiu obter certo controle sobre os caminhos e opções políticas dos sindicatos rurais, através do Pacto Militar Campesino, assinado por muitas organizações campesinas e indígenas. Obteve sua máxima popularidade entre os quéchuas de Cochabamba, mas também bastante apoio entre a população aymara. Usava-se nos escritos e pronunciamentos oficiais uma retórica nacionalista de esquerda, confusa, porém eficiente para os propósitos estabelecidos¹⁶. Não à toa, os camponeses de maneira geral, e principalmente os da região de Cochabamba, condenaram a guerrilha do Che em 1967, quando esta era considerada, pelo general, governo e boa parte dos camponeses, uma aventura estrangeira nos assuntos internos do país (ALBÓ, 2002, p. 118). Os mineiros e a FSTMB, ao contrário, que eram, segundo as teses de Pulacayo de 1946, a “vanguarda revolucionária” boliviana por excelência, confirmaram seu apoio à guerrilha. O setor mineiro realmente viria a se destacar dentre as organizações populares¹⁷, pois, como observa Zavaleta Mercado em um aporte pertinente

¹⁶ Para mais informações sobre o Pacto Militar-Campesino, ver CHIAVENATO, Julio José. *Bolívia com a pólvora na boca*. SP: Editora Brasiliense, 1981.

¹⁷ Regis Debray, no seu conhecido livro “Revolução na revolução” também observa esta característica da sociedade boliviana de 1952, assim como o caráter de vanguarda do setor mineiro, devido às possibilidades

para o contexto da Revolução Nacionalista, eles – os mineiros – e também os militares, que na mais das vezes estão no lado de defesa da ordem,

“[...] son, en efecto, los dos grupos mejor colocados desde un punto de vista estratégico, los más ricamente dotados para la acción directa. La disposición de armas y de la fuerza de las armas por los unos y el control de las zonas decisivas de la producción [...] por los otros, hacen que estos grupos sociales sean en Bolivia las claves del poder concreto” (MERCADO, 1967, p. 107)

Aos poucos esse pacto entre camponeses e o Governo Militar se dissolveu, frente ao descontentamento com a política oficial e forte repressão exercida por este último em relação aos sindicatos e organizações sociais. Um marco deste rompimento dos setores populares com o governo militar foi o massacre brutal da *noche de San Juan*¹⁸ de 26 de junho de 1967. Após a anunciada política de austeridade financeira de Barrientos, com congelamentos e cortes nos salários e ainda demissão de trabalhadores, os mineiros do complexo de *Catavi e Siglo XX*, ao norte de Potosí – a “vanguarda revolucionária” da COB, resolve intensificar suas atividades sindicais, com ocupação e controle de minas (ALBÓ, 2002, p. 39). Logo a repressão governamental chega, com o propósito oficial de averiguar as relações entre o complexo mineiro e a guerrilha do Che, e controlar possíveis movimentos de guerrilha nesta região, desencadeando em grande repressão, prisão de dirigentes e um saldo de 27 mineiros mortos.

Estes e outros acontecimentos possibilitaram a alguns setores camponeses que percebessem e aprofundassem, na prática das suas vivências sindicais, o afastamento tanto do MNR quanto do novo governo militar. A experiência indígena quéchua e aymara sofreu forte tentativa de homogeneização, ao serem assimilados às forças produtivas como

características do trabalho dentro das minas, como, por exemplo, o acesso quase irrestrito à dinamite e pólvora. Com os acontecimentos de febrero de 2003, no “*impuestazo*”, no entanto, essa naturalização do contraponto entre os mineiros e militares/policiais - estes últimos como forças naturalmente reacionárias - iria se tornar um problema para sociólogos e historiadores.

¹⁸ Em “*El Coraje Del Pueblo*”, filme de 1971, o cineasta boliviano Jorge Sanjinés apresenta uma comovente versão dos trágicos acontecimentos desta noite.

campesinos em sindicatos rurais. Estes últimos, apesar de serem devidamente adaptados por seus membros, carregavam características alheias àquelas da vivência originária andina. Não se postulava, com o advento do discurso nacionalista do MNR e da retórica nacional-militarista dos governos militares, a condição indígena de grande parte da população nacional, e as demandas e características que lhes eram específicas.

A partir de fins dos anos 60, houve o esboço de alguns grupos de estudos formados por pensadores aymaras, dentre eles Genaro Flores - tido como um dos fundadores do katarismo – que teve decisiva influência nos rumos dos movimentos populares. Nestes coletivos, buscavam uma análise, a partir do olhar aymara, das causas da discriminação. Não escapou das ferozes críticas o pacto militar-campesino, ao qual algumas entidades rurais e urbanas ainda estavam atadas (ALBÓ, 2002, p.185). Este movimento tem um rápido crescimento, principalmente entre os aymaras de Oruro e La Paz, recuperando a imagem do caudilho Tupac Katari e as idéias de auto-governo aymara e de difusão da cultura originária, através de publicações em aymara, radiodifusão e outros meios. Este grupo katarista conseguiu, através de fundos próprios das comunidades aymara, fundar uma rádio comercial, criando assim o “*Central Cultural Tupaj Katari*”, e através dela, catalisar o apoio de suas bases. Conseguiram, desta forma, um lugar na *Confederación Nacional Campesina*, chegando aos postos máximos desta organização em julho de 1971 (ALBÓ, 2002, p. 118). Porém, com o golpe de Hugo Banzer neste mesmo ano, as relações endurecem e muitos dirigentes são presos ou perseguidos, e as transmissões radiofônicas proibidas; apesar disto o katarismo mantinha sua influência na luta contra o governo militar e na desmoralização e destruição do Pacto Militar-Campesino. A aliança entre militares e camponeses se enfraquecia perante o autoritarismo cada vez maior, gerando massacres seguidos, como o de quéchuas em 1974. Em 1979, a *Confederación Nacional Campesina* (anteriormente inscrita ao pacto já comentado) é assumida novamente por kataristas, que conseguem impor à organização lideranças kataristas, incorporam outras correntes. A entidade é renomeada *Confederación Sindical Única de Los Trabajadores Campesinos de Bolívia*, CSUTCB, de forte caráter étnico, recuperando em seus discursos e prática a figura e a história política de Tupac Katari. As demandas étnicas e sociais, de educação bilíngüe, autonomia parcial das autoridades tradicionais, rádios próprias, preços melhores para seus produtos agrícolas, e outras demandas foram incorporadas pelos partidos indígenas criados

a partir de 1978, em que se começa a estabilizar – apesar de sucessivos golpes de Estado até 1982 – um governo democrático na Bolívia. Devido a um artigo da Constituição Boliviana à época, a candidatura de qualquer cidadão, inclusive em âmbito municipal, teria que ser mediada por algum partido¹⁹, o que obrigou muitos indígenas a entrarem em acordos com os partidos tradicionais para que pudessem se candidatar, ou que formassem seus próprios partidos (ALBÓ, 2002, p. 190). Apesar dos fracos resultados eleitorais e de insípida organização interna e apoio logístico, estes partidos conseguiram introduzir na agenda política nacional questões e temáticas de defesa dos interesses indígenas. Dividiram-se os esforços em duas principais correntes: a primeira de enfoque classista, aberta ao diálogo, mas atenta às questões étnicas. Como se costumava escutar de membros dessa corrente, em que sobressaía o MRTK (Movimiento Revolucionario Tupaj Katari), teria que se “*mirar la realidad ‘con los dos ojos y avanzar ‘con los dos pies’*” (ALBÓ, 2002, p.120-121): perceber a dimensão classista da realidade, dada a necessidade de se aliar a outros setores explorados e conseguir garantias econômicas e melhores salários, mas também observar atentamente a opressão que sofrem as diversas etnias e nações oprimidas. A segunda vertente, da qual sobressai a experiência do MITKA (*Movimiento Indio Tupaj Katari*), chamada “indianista”, se baseia em certa oposição histórica, observada na própria trajetória do caudilho que dá nome ao movimento, entre indígenas e os *q’aras*²⁰. Sendo assim, rejeitam o enfoque de classe e igualmente o marxismo, como estrangeirismos – assim como denunciam o caráter opressor dos políticos q’aras tradicionais, tanto de esquerda quanto de direita. Apesar de uma base política reduzida, travam grande intercâmbio com organizações indígenas internacionais (ALBÓ, 2002, p.121).

Certamente a influência katarista também chegou aos países vizinhos, principalmente no departamento de Puno no Peru, e também nas áreas não andinas da Bolívia. Em 1981 foi criada a CIDOB – *Central Indígena Del Oriente Boliviano*, hoje em

¹⁹ Se a mediação de partidos nas eleições pode parecer uma questão natural, no território boliviano esse aspecto constitucional é fonte de debates e controvérsias.

²⁰ Nome genérico aymara e quechua para designar os brancos e mestiços. Literalmente, quer dizer “nu”, “pelado”, o que pode deixar entrever certa concepção dos brancos como “selvagens”, que não cumprem as normas sociais e culturais básicas.

dia chamada *Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia*²¹, que conseguiu através dos anos aglutinar praticamente todos os povos das terras baixas bolivianas, incluindo a APG – *Asemblea Del Pueblo Guarani* – fundada um ano depois da CIDOB.

Igualmente a COB soube se organizar durante estes últimos anos de ditadura militar, e, após o ascenso do governo democrático da UDP, *Unión Democrática y Popular* - uma coalizão de alguns partidos de esquerda – tentou reestabelecer o co-governo estabelecido após a revolução de 1952. Apesar do inicial apoio ao sistema democrático e consequentemente ao governo da UDP, esta rapidamente se dividiria em inúmeros grupos políticos internos, e a COB - também dividida - rapidamente começou a estabelecer um cotidiano de bloqueios, greves gerais e reivindicações por melhores salários. A coalizão formada pela UDP,

“caught between increasing opposition of right-wing parties, pressures from the labor movement for jobs and living wages, and an external debt inherited from the military government [...] was unable to reverse the economic crisis and halt astronomical inflation [...] elections were called a year earlier than planned, in 1985” (MEDEIROS, 2001, p. 407).

A crise e suas consequências criaram uma situação-limite, e a saída arquitetada para a crise marcaria profundamente as décadas vindouras, não só pelas demissões em massa, programas de austeridade e cortes em gastos sociais como na reestruturação da sociedade e dos movimentos sociais em si. Pode-se perceber, em todo este processo, uma dificuldade da COB em se impor como interlocutora dos setores populares organizados – papel que lhe coube durante mais de uma década anteriormente. Se uma parte razoável dos movimentos sociais, percebendo os sinais da democratização, se posicionaram rumo a um preenchimento dos cargos institucionais, por outro lado, os governos puderam imprimir, em tempo recorde, a diminuição dos programas e gastos

²¹ Este nome, certamente mais pretensioso, oculta o fato de que esta organização continua sendo representativa apenas na região do oriente boliviano, onde o poder de influência da CSUTCB não é tão grande.

sociais e uma série de reformas nos campos fiscais, estruturais e trabalhistas sem a ferrenha oposição de amplos setores populares que, no olho do furacão, perderam parte de sua capacidade organizativa. O capitalismo periférico na América Latina pós-ditaduras se reestruturou a partir da crise da dívida, do paradigma da austeridade e da brutal guinada à liberalização dos mercados – o que se deu, obviamente, mediante uma conflitividade latente, porém cada vez mais visível.

1.3 – Da NPE à reorganização dos movimentos populares (1985-2003)

*"En la lucha de clases /
Todas las armas son buenas /
Piedras noches poemas"*

(Paulo Leminski, 1983, p. 76, no "Caprichos e Relaxos")

Não apenas na Bolívia, mas ocorrendo de forma profunda neste país, as décadas de 80 e 90 foram marcadas pela implementação e consolidação do modelo neoliberal, do corte de investimentos sociais dos Estados e da regulação econômica pelo livre mercado. Entretanto, os anos 90 também marcaram o emergir de um novo protagonismo nas lutas populares: as organizações indígenas e de bairro. Os guaranis do oriente boliviano, o zapatismo no México, a CONAIE no Equador e a emergência de lutas cocaleras no Peru e dos piqueteros na Argentina trouxeram à tona a discussão do futuro dos movimentos sociais e dos caminhos políticos possíveis depois da queda da referência soviética. Se muitas das discussões e divergências políticas e acadêmicas partiam do exemplo e da experiência da URSS como parâmetro para as discussões sobre revolução, autonomia, partido (ou ausência dele), burocratização, personalismo, na América Latina algumas mudanças no panorama político vieram modificar um pouco o *locus* das discussões, trazendo não mais as comparações com o modelo soviético, mas um estudo das novas possibilidades, concepções, práticas.

Estas questões se fazem sentir com força na Bolívia de fins do século XX, pois a própria fragilidade da "democracia pactada"²² pós-ditaduras, e sua incapacidade de lidar com os principais temas nacionais e demandas sociais se torna cada vez mais aparente. Por outro lado, andar, nestes primeiros anos do século XXI, pelas ruas de La Paz, Sucre, Oruro, Potosí e outras localidades é constatar, através dos comentários expressos em

²² Termo muito usado cotidianamente para se referir à democracia boliviana pós-1985, pactada entre os partidos políticos, que assim, mediante negociações entre as elites e seus representantes, evitavam os frequentes golpes de Estado e asseguravam a normalidade democrática. Segundo Luis Tapia *"la llamada democracia pactada...depende de las negociaciones entre élites y está ligada al reparto de cargos"*. (TAPIA, Luis. 2000, p. 28)

conversas e muros pixados, cartazes colados, eventos sobre os grandes temas nacionais, a capacidade de debate e formulação própria dos que se organizam coletivamente. Percebe-se uma rearticulação dos movimentos sociais e uma capacidade de formulação própria que contrasta com as dificuldades impostas à organização dos subalternos em meados da “década perdida”, nos primeiros passos de retorno à normalidade institucional sob governos civis.

Com o fim das ditaduras militares, a partir do final dos anos 70 e início dos anos 80, a democracia representativa liberal se consolidaria na América Latina como o marco das disputas políticas, e mesmo muitos dos principais atores e movimentos políticos de resistência à ditadura se inseriram no processo eleitoral. Na Bolívia, apesar do impulso inicial e protagonismo dos movimentos sociais e sindicatos no processo de redemocratização, a participação política se canalizou através da democracia representativa, tendo em vista as condições formais das liberdades recém restauradas e a intensa organização partidária direcionada para o preenchimento de cargos institucionais.

Este período é marcado pelo retorno ao poder do MNR, eleito em 1985, tendo à frente como presidente o mesmo Victor Paz Estenssoro de 1952, anunciando, logo ao início de seu governo, a NPE – *Nueva Política Económica* - através do Decreto 21060 de agosto de 1985. A NPE preconizava, assim, uma reestruturação do setor mineiro estatal (OSTRIA, 2001, p. 285-286). Determinou mudanças internas na COMIBOL (*Corporación Minera de Bolívia*, companhia estatal de extração de hidrocarbonetos), o fechamento de diversas minas consideradas não-produtivas, a privatização de outras e causou o desemprego de aproximadamente 30.000 mineiros. Tendo em vista o aumento súbito de desempregados, houve migração em massa para as grandes cidades urbanas, como El Alto, e para os trópicos de Cochabamba, nas regiões de plantio de coca (ENRIQUEZ, 2002) onde os ex-mineiros procuravam emprego²³.

²³ Era uma realidade comum, para os ex-mineiros, a dificuldade de se conseguir um novo emprego. Não raras eram as vezes em que eram discriminados por sua condição de *relocalizados*, como são chamados: é comum na Bolívia, principalmente na Bolívia Andina, o provérbio “*sangre de minero, semilla de guerrillero*”. Se este provérbio já havia sido, para os mineiros, motivo de orgulho, isso mudaria com a NPE, e, neste contexto de flexibilização e desemprego, tratava-se de um obstáculo a mais para a obtenção de empregos. (JEPPENSEN, 2004)

Há que se concordar com Gustavo Rodriguez Ostría quando este coloca que “*en el transcurso, sin embargo, estaba la necesidad estatal de dispersar una cultura contestataria, reafirmar la autoridad estatal y dar fin a ‘la dualidad de poderes’*” (OSTRIA, 2001, p. 286) como condição para implementar as políticas de cunho neoliberal que se seguiram ao decreto 21060. Eram, afinal, tempos de uma COB bastante influente, que tentava, ainda que com dificuldades, se impor perante o governo e o processo político.

Após o início da NPE, com a COB e FSTMB já bastante desestruturadas, pegas de surpresa pelas mudanças econômicas estruturais de flexibilização, o movimento popular, e certamente os olhares da esquerda mundial voltaram suas atenções para os indígenas, cocaleros, organizações étnicas e algumas de base agrária. Em 1988, Felipe Quispe, que já havia militado junto ao MITKA e dentro do movimento katarista – na ala mais indigenista - embora não fosse uma figura de maior destaque dentro dessas organizações, teve presença marcante no Congresso Extraordinário da CSUTCB de 1988, em Potosí, como líder da *Ofensiva Roja de Ayllus Kataristas*, grupo político que agrupava aymaras das comunidades, mineiros e ex-mineiros e ainda marxistas urbanos. Muito difundido foi seu livro escrito na época, xerocado por toda a Bolívia, denominado “*Tupac Katari vive y vuelve, carajo!*”. Com atuação de alcance reduzido, mas refletindo as características de atuação urbana do *Sendero Luminoso* no vizinho Peru, surge o *Ejército Guerrillero Tupaj Katari*, braço armado da *Ofensiva Roja*, que chega a realizar alguns atentados às redes elétricas, oleodutos e escritórios governamentais, porém sem maiores conseqüências, e muito aquém da violência empregada na atuação do *Sendero* (ALBÓ, 2002, p. 80)²⁴.

O destaque que têm as organizações étnicas revela certa influência do katarismo – apesar deste, enquanto movimento estar bastante dissolvido – nas comunidades tanto quéchuas como aymaras, e ainda os guaranis. A partir de finais dos anos 80 e início dos 90, o eixo político do país, que até então se concentrava nas organizações urbanas como a COB e os sindicatos mineiros, começa a dar lugar a uma abordagem mais étnica da questão social, e têm destaque neste processo as organizações políticas do oriente boliviano. Se no plano interno isto pode ser entendido como uma influência direta do

24

discurso katarista, que aos poucos ampliaria seu alcance e inclusive teria penetração nas próprias cúpulas governamentais, pode-se perceber que a queda do muro de Berlim e os conflitos étnicos surgidos entre os países do Leste Europeu trouxeram esta discussão para a ordem do dia. Tornou-se mais fácil discutir este tipo de questão, tanto no âmbito cultural quanto político, sem implicar uma aproximação de abordagens tidas como chauvinistas, “racistas” ou separatistas. Causas como o reconhecimento de etnias e de suas especificidades políticas, econômicas e culturais puderam trazer à tona novos atores políticos e inclusive a decisiva participação dos guaranis e demais povos do oriente boliviano, até então pouco incisiva, na política nacional. Nota-se que estas causas foram sendo adotadas pelas mais diversas organizações – inclusive as de caráter mais fortemente classista e menos étnico, como a COB, e até mesmo pelos próprios partidos convencionais. Esta ruptura demonstra que:

“con la demanda de territorio, la noción de propiedad colectiva, grupal, comunalista, compartivista y transindividual sobre el espacio y sus recursos se introdujo con fuerza en los imaginarios de construcción social de una Bolivia paralelamente jalonada por el empresarialismo de mercado y el inversionismo competitivista del contexto neoliberal mayor, que desde mediados de los 80 también marca la historia boliviana.”(ORTEGA, 2000, p. 30)

Dessa forma, percebe-se que as lutas bolivianas também ganham um novo dado em sua geopolítica: os movimentos andinos, certamente vigiados de perto e de certa forma desestabilizados pela NPE, ganharam novo ímpeto ao empreenderem uma busca de alianças e reforçarem identidades mais amplas em conjunto com as lutas do oriente:

“la previa centralidad discursiva en torno a la identificación clasista-campesinista de la CSUTCB [...] en los años 70, además de su monopolio organizacional durante buena parte de los 80 a través de una red de federaciones departamentales, regionales especiales y provinciales y de organismos sindicales locales, se vinieron abajo en los 90, porque el protagonismo dominante en los movimientos indígenas se desplazó geográficamente de los Andes al oriente.”
(ORTEGA, 2000, p. 27)

Em 1989 o “*Proyecto de Ley de Pueblos Indígenas Del Oriente, Chaco y Amazonia Boliviana*”, elaborado pela CIDOB, é apresentada ao presidente Victor Paz Estenssoro, e no ano seguinte ao presidente Jaime Paz Zamora, que ratificou o Convênio 169 da OIT, referente a direitos indígenas – porém só após a realização da “*Marcha por la Dignidad y el Territorio*” em 1991, impulsionada pela *Central de Pueblo Indígenas del Beni* (CPIB) e CIDOB. Após quarenta dias de marcha, os indígenas orientais chegaram ao ponto mais alto da cordilheira, a 4.700 metros de altitude, sendo recebidos pela CSUTCB, onde foi selado um pacto permanente, ocorrendo o sacrifício ritual de uma lhama consagrando tal relação. Deste ponto até a sede do poder na capital La Paz, a marcha de milhares de indígenas, aymaras, quéchuas e guaranis unidos desta forma pela primeira vez, seguiu sob aplausos e carinho de setores da população urbana (ALBÓ, 2002, p. 188).

No contexto destes acontecimentos percebe-se o que pode ser classificado como uma tímida, mas significativa ruptura epistemológica do discurso colonial institucional: após as grandes marchas indígenas do início dos anos 90, o aymara Victor Hugo Cárdenas, antigo militante katarista e membro do MRTK-L²⁵ aceita a proposta de se candidatar como vice-presidente de Gonzalo Sanchez de Losada (MNR), sendo escolhido depois de alguns estudos de grupos focais realizados pelo MNR (ALBÓ, 2002, p. 70). Vencem a eleição nacional em 1993, e Cárdenas se propõe, em pronunciamentos públicos, a governar através do código inca de “*ama suwa, ama lulla, ama qhilla*”²⁶. No entanto,

²⁵ O “L” ao final da sigla MRTK foi adicionado após sua fundação, para se diferenciar depois de uma cisão do partido em 1985.

²⁶ “Não roube, não minta, não seja preguiçoso”. Os kataristas de então costumavam adicionar à estes um quarto preceito “ama llunk’u” – não seja servil.

ainda em 1993 é apresentado pelo governo o *Plan de Todos*, reinterpretando algumas conquistas da revolução de 1952 – já agora sob forte influência de uma política econômica de austeridade e contenção em gastos sociais. É exemplo preciso destas re-interpretações a nova política de terras do governo: se em 1952 se considerava terra vaga, desocupada, aquela que era improdutiva, agora a terra sujeita à expropriação estatal e assentamento de colonos era aquela em que o proprietário não pagasse seus impostos anuais (KOHL, 2003, p. 342). Não mais é a função social o parâmetro primeiro da expropriação, mas a rentabilidade para a máquina estatal. As mudanças principais recaem em sete pontos, a ver: reforma constitucional; privatização de empresas estatais através da Lei de Capitalização; descentralização fiscal e administrativa através da Lei de Participação Popular (LPP) e Lei de Descentralização; nova “reforma agrária” através da Lei do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA); reforma do sistema judicial; reforma educacional e reforma previdenciária (KOHL, 2003, p. 340). Além do fato de serem reformas que vão de encontro à nova política econômica introduzida em acordos com o FMI para a República da Bolívia em 1985, estas podem ser compreendidas também como reformas que tratam de estabelecer uma nova “cidadania” no país, novas relações entre governo e sociedade. Há algumas alterações constitucionais que podem ser compreendidas como resultado direto das fortes pressões dos movimentos sociais e organizações étnicas, incisivas a partir dos anos 70 e 90, já que, como observam Ortega e Barrios:

“si partimos del hecho de que hasta 1994, el concepto jurídico de pueblo indígena y originario no existía en el orden constitucional y jurídico dominante, su inclusión y pleno reconocimiento es resultado de la larga lucha indígena que ha modificado la naturaleza política y social de la nación, definida ahora como multiétnica” (ORTEGA, 2000, p. 19).

Apesar de perceberem no decorrer de sua análise todas estas importantes mudanças que não são apenas formais, mas rupturas com um discurso colonial e civilizatório no âmbito institucional, estes e outros autores parecem enfatizar a iniciativa estatal, ou, no máximo, o esforço indígena de ascender à esfera estatal. Subestima-se

sutilmente as propostas de autonomia e o caráter revolucionário das formas de organização de alguns movimentos indígenas nesta época de freqüentes mobilizações, e vinculam demasiadamente os ganhos de reconhecimento dos indígenas a um impulso estatal. Feitas estas ressalvas, há que se pontuar que o impulso dos movimentos em arrebatado do Estado conquistado no campo do reconhecimento formal foi, para além de um passo pioneiro e seguido por outras organizações indígenas do continente, um importante estímulo para posteriores demandas, como, por exemplo, o atendimento bilíngüe nas instituições públicas. Com o devido cuidado acima pontuado, pode-se dizer que

“El carácter jurídico de las demandas/propuestas indígenas de reconocimiento estatal de la diversidad étnica y los usos y costumbres propios de cada pueblo, la concomitante propuesta de concebirlos como sujetos colectivos de derecho y la petición de territorios formalmente reconocidos como propiedad y patrimonio de ellos, todo ello, explicado en los desgloses de detalle de una agenda compleja, no es otra cosa que una propuesta orientada al diseño y ejecución de lo que llamaremos una política estatal de la pluralidad” (ORTEGA, 2000, p. 30)

Dentre estas mudanças constitucionais, os partidos convencionais se recusam a aceitar a emenda que legalizaria a participação de candidatos independentes nas eleições municipais. São os limites das reformas institucionais, no que tange à relação de forças entre elites, governo e movimentos indígenas/populares. Assim como a inesperada aliança entre Victor Hugo Cárdenas, aymara, e Gonzalo Sanchez de Losada, branco que fala espanhol com forte sotaque norte-americano, surgiram, a partir desta negativa inicial, todo tipo de articulação entre partidos tradicionais e indígenas, e a criação de partidos ligados à luta cocalera no Chapare e Yungas.

Na região do Chapare, em Cochabamba, os *cocaleros* ganhavam certa atenção internacional por parte tanto das esquerdas quanto da mídia em geral. O movimento já detinha certa expressão a partir da violenta repressão sofrida durante o governo de Victor Paz Estenssoro, em meio à “Guerra Contra as Drogas” da administração Reagan nos

Estados Unidos, com freqüentes incursões de técnicos e soldados norte-americanos à zona do Chapare. É destas circunstâncias precisamente que Evo emerge como líder principal dos produtores da folha de coca. Conseguiu aglutinar boa parte das associações e sindicatos locais na “*Coordinadora de Productores de Coca*”, que passou a ser então uma das principais forças do movimento popular, principalmente após a desestabilização do setor mineiro com o decreto 21060 de 1985. A organização agrupa principalmente comunidades quéchuas do altiplano, e tem uma relação bastante estreita com a CSUTCB, predominantemente aymara. Quando das alterações constitucionais promovidas pelo governo MNR/MRTK-L, especialmente a *Ley de Participación Popular* (LPP), que promovia mudanças significativas, previa a autonomia municipal para decidir gastos e investimentos, e o controle autônomo destas gestões por representantes eleitos pelas comunidades, Evo decidiu participar das eleições municipais. Neste sentido, foi criado o partido ASP – *Asemblea Soberana Del Pueblo*. O partido não foi, porém, reconhecido pela Corte Eleitoral, por alguns problemas jurídicos e questões formais. Ainda assim puderam se candidatar “*bajo la cobertura de otro partido ya legalizado y lograron la mayoría en el área rural del departamento, con control de bastantes alcaldías rurales, incluidas todas las del Chapare/Chimoré*” (ALBÓ, 2002, p. 78).

A CSUTCB era zona de influência direta de Evo Morales, disputada arduamente com Alejo Véliz, militante campesino do altiplano, e que teria apoio de partidos preocupados com a hegemonia cocalera dentro da organização. Ao se dar o congresso da CSUTCB em 1998, este foi interrompido pela impossibilidade de se resolver um impasse, e, convocado um novo congresso, “de unidade”, neste foi eleito o legendário Felipe Quispe, “El Mallku”²⁷. Apesar desta suposta unidade, setores contrários ao Mallku, liderados por Hugo Morales – irmão de Evo – dirigente da federação departamental de Oruro da CSUTCB começa a formar alianças para substituir Quispe.

Em meio a disputas políticas dentro da CSUTCB, ocorre a chamada “Guerra da Água”, em abril de 2000, em que ganha visibilidade o fabril Oscar Oliveira, um dos porta-vozes do movimento, e certamente dos mais eloqüentes. Este levante popular é reconhecido, desde então, como um divisor de águas – com perdão do trocadilho – para os

²⁷ Críticos alegam que Quispe não cumpriu, em sua comunidade, certas obrigações comunais que poderiam lhe levar até o cargo de Mallku. Entretanto, ele começou a se auto-denominar assim.

movimentos sociais bolivianos. Denotou a capacidade da população boliviana, após o refrear das lutas da COB, de impulsionar mudanças e rechaços aos assuntos públicos decididos à sua revelia, às suas custas – além de conseguir angariar redes de apoios, diretos ou indiretos, nacional e internacionalmente.

A intenção governamental de construir alguns diques e barragens e ceder os serviços de água à transnacional “*Águas Del Tunari*” não encontrou eco ao encontrar de frente a economia popular, e menos ainda quando foram anunciadas altas taxas e impostos à população antes mesmo dos serviços estarem implementados. A Guerra da Água possibilitou um avivamento dos movimentos populares bolivianos, sendo considerada a primeira vitória mais consistente após as reestruturações de 1985²⁸, reconhecida pela própria COB (que conseguiu, percebendo as mudanças no contexto político, se reconstruir, com a ajuda de outras organizações filiadas e não-filiadas). Este evento traz consigo algumas re-interpretações – dadas na prática, obviamente – do padrão da organização civil boliviana em movimentos populares:

“as estruturas sindicais que foram veículo principal de protesto desde a Revolução de 1952, tiveram apenas um papel marginal, e organizações territoriais como as associações de vizinhos e comitês de água potável emergiram como os porta-vozes das atividades de protesto” (ASSIES, 2003, p. 15)²⁹

A *Coordinadora por el Agua y la Vida*, organização formada em rede, agrupando diversas organizações fabris, territoriais, camponesas, indígenas, pôde superar os problemas encontrados pela flexibilização das leis de trabalho, estruturando alianças entre setores chave. Além das questões mais tradicionais de demandas salariais, sindicais e

²⁸ Depoimento de Cláudio Rocha Ramirez (assessor cultural da COB) em mini-DV. Arquivo pessoal do autor. Este versão foi ainda confirmada por Jaime Solaris, secretário executivo da COB em conversa pessoal deste com o autor na sede da COB em La Paz, março de 2003.

²⁹ Tradução pessoal do original em inglês. Segue o texto original: “*the trade-union structures that since the 1952 Revolution had been a major vehicle of protest played only a marginal role, and territorial organizations such as neighborhood associations and potable-water committees emerged as the main carriers of protest activity*”

cooperativas, a *Coordinadora* também discute, em assembleias conjuntas, questões próximas ao consumo e direito do consumidor, atraindo para si indivíduos que não necessariamente tem em sua vida experiência em sindicatos ou organizações populares, mas que, através desta vivência coletiva, adquirem certa consciência da importância da organização coletiva (ASSIES, 2003, p. 34).

As mobilizações sofreram dura repressão governamental, e, com o Estado de Sítio decretado, 33 pessoas foram mortas. A lei 2.029 previa o licenciamento dos serviços de água para empresas privadas em cidades com mais de 10.000 habitantes, e preconizava que a provisão dos serviços fosse “financeiramente auto-sustentável”. Após a Guerra da Água, a *Coordinadora por el Agua y La Vida*, surgida em meio aos protestos, foi admitida como interlocutora junto ao governo, e assim a lei foi debatida e alterada – e o projeto de privatização dos serviços de água e a própria empresa Aguas de Tunari afastados.

Diante do Estado de Sítio decretado por Hugo Banzer, houve, como lembrado anteriormente, manifestações de apoio, em forma de bloqueios de estrada, tanto pelos cocaleros do Chapare convocados por Evo Morales como por produtores agrícolas e cocaleros dos Yungas, convocados por Felipe Quispe. Em novembro do mesmo ano de 2000, seria criado por este último, tendo em vista as eleições e a coesão e força dos movimentos sociais alavancados pela CSUTCB no altiplano, o partido MIP – *Movimiento Indígena Pachakuti*, no povoado de Peñas, no mesmo dia e lugar em que foi morto Tupac Katari 209 anos antes.

Em 2001 foi convocado novo congresso da CSUTCB, no departamento de Oruro, área de influência direta de Hugo Morales, e de Evo, indiretamente. Neste congresso se desconheceu o mando de Quispe, e foi nomeado para secretário executivo Humberto Choque, também de La Paz. Entretanto, os partidários de Quispe não reconheceram como legítimo este congresso, já que o próprio Mallku, de última hora, se vendo em minoria, pediu que fossem remarcadas as datas e não compareceu. Assim, a “Única” se divide, com duas direções que seguem também caminhos políticos diferentes, embora o Mallku ainda fosse inegavelmente a força predominante dentro da organização.

Seguiram em 2001 os bloqueios pelo altiplano e pelos vales cochabambinos, e Quispe chegou a dizer que eram “ensaios para a tomada aymara do poder” (ALBÓ, 2002,

p. 87). Os conflitos se intensificaram a partir de janeiro de 2002, com a promulgação do Decreto 26.415, que declarava ilegal a comercialização interna da folha de coca produzida no Chapare e previa punições drásticas para os infratores, com o projeto “coca cero”. Seguiram-se bloqueios por Cochabamba, Chapare, e posteriormente La Paz, Yungas e Oruro, quando Quispe resolveu, mesmo já tendo declarado seu apoio, mobilizar as bases camponesas da CSUTCB. Houve mortes tanto do lado policial quanto dos manifestantes, e Evo foi expulso de seu cargo parlamentar, por ser considerado responsável pelas mortes – o que só fez aumentar sua popularidade entre setores historicamente excluídos da sociedade boliviana. Apesar disso, mesmo expulso, começou negociações com o governo, junto com outros dirigentes cocaleros e da *Coordinadora por el Agua y la Vida de Cochabamba*. O Mallku não aceitou participar das negociações (ALBÓ, 2002, p. 92).

O resultado das eleições de 2002 demonstrou o vigor das organizações cocaleras e demais sindicatos de esquerda: apesar da vitória da coligação MAS-NFR-UCR, com Gonzalo Sanchez de Losada e Carlos Mesa como vice, o MAS, com Evo Morales, conseguiu uma votação bem próxima a da coligação vencedora, elegendo diversos membros para cadeiras no Congresso, junto com o MIP. Logo ao começo do mandato de *Goni*, se iniciam os conflitos com os cocaleros, com uma violenta repressão governamental aos bloqueios de rotas – conflito que chegaria a um acordo mediado pela Igreja e pela *Defensoría Del Pueblo*. A estratégia, no entanto, utilizada pelo MAS e pela própria COB foi incorporar a um movimento nacional toda e qualquer oposição ao governo, por menor que fosse o grupo, sindicato ou organização.

Em fevereiro, após ser anunciado um projeto de taxaço sobre a renda da ordem de 12.5%, no intuito de reduzir o déficit fiscal governamental, houve um imenso rechaço popular ao chamado “*impuestazo*”, manifestado através dos jornais, de marchas e do anúncio pela COB e MAS de grandes marchas para o dia 13 de fevereiro. Antes que ocorressem as marchas, porém, os policiais de La Paz (e também divisões de Cochabamba, Oruro e Santa Cruz), que também tinham demandas corporativas próprias – e são o setor de pior remuneração na administração pública (LINERA, 2003, p. 83-84) - resolveram se amotinar. Como relata um editor de uma conhecida editora de esquerda de La Paz, o conflito direto teve início quando, ao meio-dia do dia 12 de fevereiro

“una manifestación de alumnos del colegio Ayacucho logró ingresar a la plaza Murillo y apedreó las ventadas del Palacio Quemado. La guardia presidencial respondió con gases y los policías amotinados replicaron la ofensiva desde la esquina de la Cancillería”
(QUIROGA, 2003, p. 44)

No dia seguinte, em que estavam previstas as marchas do MAS e da COB, estas foram rapidamente dispersadas pela forte presença militar na cidade de La Paz, bastante militarizada principalmente em seu centro urbano. Isso, porém, não impediu que fossem queimados e saqueados prédios públicos, sedes dos partidos governantes e também lojas comerciais de elite. A cidade de El Alto, também militarizada, presenciou tentativas de tomada de locais de importância simbólica como a fábrica da Coca Cola e a Aduana, porém os manifestantes foram dispersados a tiros pelo Exército, vitimando muitos dos que ali estavam (QUIROGA, 2003, p. 44).

Esta diversidade de ações e protagonistas em apenas dois dias de confronto direto, em que o cargo máximo do poder esteve vago por 48 horas, levou às mais diversas interpretações do ocorrido: fala-se tanto em levante popular como em sublevação espontânea, e ainda em jornada de vandalismo, ação da multidão urbana ou ainda tentativa de assassinato do presidente e golpe de Estado. No entanto, muitas destas interpretações devem ser desconstruídas: foi requisitado, por exemplo, à OEA que enviasse um grupo para estudar e esclarecer as muitas dúvidas quanto aos *“hechos de terrorismo”* ocorridos naqueles dois dias de batalhas *callejeras* entre as duas forças estatais de monopólio das armas. O relatório da OEA (OEA, 2003), no entanto, apesar de trazer importantes informações de balística, incrivelmente não menciona a participação civil nos confrontos, as marchas e a repressão sofrida em El Alto e La Paz, dizendo se tratar de um complô de grupos de oposição para atentar contra a vida do presidente Gonzalo Sanchez de Losada. Até mesmo o relatório preparado por Eduardo Gamarra, a pedido da USAID – *U.S. Agency for International Development*, órgão do governo norte-americano - reconhece a participação civil nestes acontecimentos, apesar de concentrar sua atenção no MAS e desta maneira, justificar os avanços militares nas regiões cocaleras em prol da “democracia

boliviana”. Também consta no relatório requisitado pela USAID a interpretação das jornadas populares em *febrero* como delinquência, ou mesmo delinquência juvenil. Se, na introdução ao relatório, Eduardo Gamarra anuncia que suas opiniões não necessariamente coincidem com as de USAID ou do Governo dos Estados Unidos, vemos bastante semelhança entre a retórica oficial norte-americana e o relatório de Gamarra, que de certa forma trata de criminalizar, ou pelo menos envolver em uma área delitiva os movimentos sociais:

“los disturbios del 12 a 14 de febrero revelaron la presencia abrumadora de lo que parecían ser pandillas urbanas de jóvenes dedicadas a realizar actos de vandalismo contra cualquier propiedad privada a la vista. Esto también dió crédito a la presunción de que la movilización social en Bolivia parece estar ligada de cerca con el estallido de las olas delictivas”. (GAMARRA, 2003, p. 30)

Este relatório peca ainda – por ignorância ou deliberadamente - por focar tão somente a oposição partidária do MAS e MIP, justamente em um momento no qual a política institucional tem sido largamente abandonada; as próprias divisões internas no MAS se devem à essa distância entre as ruas e as instituições governamentais, e Felipe Quispe, líder máximo do MIP, renunciou, no início de 2004, a seu cargo no Congresso Nacional. Os resultados das eleições de 2002 parecem negar o conteúdo deste relatório de 2003, no que se refere à *“disminución del apoyo para todos los actores políticos”* mesmo no que se refere à oposição e sua *“declinante popularidad”* (GAMARRA, 2003, p. 11). Mesmo se considerássemos uma declinante popularidade dos partidos políticos – e o MAS não parece se encontrar nesta situação, apesar da crescente crise de representatividade e disjunção entre seu braço político institucional e sua política sindical e *callejera*³⁰ – ainda

³⁰ Esse distanciamento é posteriormente reconhecido no próprio relatório requisitado pela USAID. O desligamento do Mallku ao seu cargo, inclusive, é seguido por uma declaração sua, que consta no relatório (pág. 26) de que os indígenas não reconhecem a legitimidade da jurisdição do Estado. Isto parece ir de encontro com a percepção, também presente no relatório, de que é notório o aumento das situações comunitárias em que “se faz justiça com as próprias mãos” (pág. 39), recuperando assim antigas tradições

assim são desconsiderados os principais atores políticos atuais: COB, CSUTCB, CONAMAQ, FEJUVE, CIDOB e demais organizações.

Também entre as análises provenientes de setores da esquerda, algumas posições devem ser observadas mais a fundo, já que apontam para um espontaneísmo e uma fúria quase instintiva que não permitem visualizar as intenções políticas quando da depredação de prédios e locais públicos ligados diretamente ao poder estatal, e por isso de forte simbologia política. Quando Álvaro Garcia Linera comenta, em relação ao indivíduo que participou dos eventos de *febrero*, que

“en la constitución de este sujeto urbano, no fueron ni los sindicatos, ni las comunidades, ni los gremios, ni siquiera los vecinos, los que dieron lugar a esas masas plebeyas que se descolgaron hasta las calles, edificios gubernamentales y comercios urbanos. Esto supondría una organización de organizaciones previamente constituidas, que fue el caso” (LINERA, 2003, p. 88-89)

Linera acaba por destituir o sujeito de suas contradições e de suas motivações e idéias políticas, descontextualizando aquele que, não estando filiado a organizações, participa e comparte uma visão de mundo comunitária, e fazendo parte de setores historicamente explorados na história boliviana, é também um ser político e próximo, no contexto da constante mobilização política recente, às idéias e organizações sociais que de uma maneira ou outra têm diretrizes políticas semelhantes às suas. Linera parece perceber esta dialética do indivíduo em uma sociedade constantemente mobilizada, apesar de apenas apontar sumariamente a questão – que consideramos talvez tão central quanto a presença das grandes organizações:

andinas de vigilância comunitária, linchamentos a alcaides e políticos e julgamentos populares em praça pública.

“sin embargo, ao menos en el caso de Bolívia, este amontonamiento de individualidades está marcado por un tipo de politización, tal vez heredado por el pasado sindical y comunal o por influencia de movimientos sociales activos” (LINERA, 2003, p. 90)

Qualquer que seja a interpretação dada para o *febrero* boliviano, pensamos que o enfrentamento das duas forças estatais encarregadas de manter a ordem democrática estabelecida marca gravemente a crise da administração de Goni, em curta duração, e, à média duração, a crise de representatividade das instituições governamentais tradicionais frente às mudanças sociais, políticas e econômicas na sociedade. Concordamos com Linera quando diz que o Estado *“ha perdido el monopolio del capital de reconocimiento y hoy, al menos por un tiempo, se está atravesando un periodo de transición de las estructuras cognitivas de adherencia y movilización de masa”* (LINERA, 2003, p. 83-84).

Portanto, pode se falar de uma crescente crise de representatividade do sistema político boliviano, que se intensifica ainda mais nestes primeiros anos do séc. XXI. Os partidos políticos tradicionais, através de um sistema de divisão pactuada do poder, sustentaram o processo de redemocratização pós-ditadura militar, porém não sustentam ou incentivam nenhum tipo de relação direta com sua base de possíveis representados.

Este afastamento de partidos governantes e ampla maioria da população agravaria os intensos conflitos do ano de 2003, que seguiu sob a tensão do árduo confronto de idéias e projetos políticos sumamente antagônicos. Certamente a rápida e surpreendente articulação política de setores *callejeros* da elite (ou partidários de seus rumos e ambições) de Santa Cruz de La Sierra e outros departamentos da *“Media Luna”*³¹ foi fator decisivo para um endurecimento da luta política e do próprio vocabulário em voga nas principais publicações bolivianas. Em setembro os conflitos se acirrariam, com reforço dos bloqueios de estrada, ameaças de greve geral, repressão governamental e o advento, nos seus dias finais, e no início de outubro, da chamada *“Guerra do Gás”*.

³¹ Denominação que compreende a região dos departamentos de Santa Cruz de la Sierra, Beni, Pando e Tarija.

Pode ser apontado como o ponto de ruptura, neste contexto, o anúncio feito pelas principais organizações sociais (COB, Coordinadora Del Gas, MAS, CSUTCB e outras) de uma mobilização geral para o dia 19 de setembro. O lema central era a recuperação e nacionalização do gás – o que se constitui em um aprofundamento das demandas, que anteriormente se encaminhavam apenas no sentido de que o gás natural não fosse exportado através de um porto chileno – e Goni havia justamente anunciado esta intenção. No dia seguinte, porém, na província de Sorata, próxima a La Paz, o governo envia o Exército, dirigido pelo ministro Sanchez Berzain, para liberar estradas bloqueadas e “resgatar” turistas norte-americanos que ali estariam presos. Nos enfrentamentos, seis vítimas camponesas cairiam (VILLA, 2004, p. 9). Este massacre potencializou o sentimento anti-governamental presente na comunidade, no altiplano e na Bolívia como um todo, e foi convocada uma reunião ampliada da COB para que se arquitetasse respostas ao acontecido em Sorata, que se concretizou na Greve Geral convocada para o dia 29 de setembro. Foi, porém, pouco contundente, e somente na seguinte semana a greve e os bloqueios se avolumaram, com a paralização total de El Alto a partir do dia 8 de outubro, já com o lema da renúncia de Goni, além da recuperação do gás. Se até então o foco principal da resistência ao projeto de venda do gás é El Alto, é somente após a brutal repressão nesta cidade, o “Masacre de El Alto” ocorrido no final de semana de 10-11-12 de outubro, com dezenas de mortos, que a classe média paceña e organizações de La Paz decidem apoiar concretamente o *paro indefinido*.

A partir dos dias 14 e até o dia 17, dezenas de milhares de pessoas oriundas de diversos locais do Departamento de La Paz e de outros departamentos ocuparam as principais ruas da capital, e neste dia 17, Gonzalo Sanchez de Losada, já abandonado, em meio aos conflitos, pelo NFR e pelo vice-presidente Carlos Mesa, renunciou, frente a centenas de milhares de pessoas marchando e vigiando por todo o dia as proximidades da Praça São Francisco e Palácio Quemado.

Há algumas informações e interpretações sobre o levante que se sobressaem: o foco da mobilização popular se deu em La Paz e, principalmente, em El Alto, o que já rende à cidade certa aura de resistência, e favorece uma interpretação com enfoque na cidade rebelde, e ainda no que se diz “rebelião aymara”. Mesmo análises menos “étnicas” se preocupam em observar como esta cidade foi importante em todo o processo de luta

popular contra a privatização do gás. A cidade de El Alto, subúrbio industrial de La Paz, extremamente pauperizado e favelizado, tem aproximadamente 80% de sua população de origem aymara, sendo que boa parte desta trabalha em setores informais. Sendo assim, convém fazer uma pequena observação sobre as características populacionais e profissionais da cidade, que serão interessantes para perceber detalhes de algumas interpretações do caráter dos movimentos populares desta cidade.

Segundo estatísticas do Instituto Nacional de Estatísticas da Bolívia (INE), vinculado ao Ministério da Fazenda, e levando em conta que são dados governamentais, de 1992 para 2001, a população total do Departamento de La Paz - epicentro dos conflitos – que sobrevive de trabalho informal (*trabajador por cuenta propia*) subiu de 32.1% para 40.01% da população economicamente ativa (PEA) em 2001 (INE, 2004, p.142), sendo a PEA calculada em 933.678 do contingente populacional total de 2.347.131 pessoas (INE, 2004, p. 130). Dentro deste mesmo período, há que se levar em conta um aumento considerável do chamado “terceiro setor”. Segundo nos demonstra outro gráfico estatístico (INE, 2004, p. 148), 33,43% da PEA do Departamento de La Paz trabalhava na agricultura, pecuária ou pesca em 1992. Em 2001, este número já diminuiu para apenas 27,90%. Já os trabalhadores do terceiro setor e comércio informal, se em 1992 correspondiam a apenas 10,91%, em 2001 já são 18,82%, e pode se especular que na ocasião da “guerra do gás”, esta porcentagem já tenha se acentuado bastante, acompanhando uma tendência que pode se dizer global. Em El Alto especificamente, dentre um contingente de 212.731 habitantes da PEA (INE, 2004, p. 150), 40.97% são pessoas em condição de trabalho informal, sem salário fixo, carteira assinada ou direitos empregatícios. Em La Paz, estão na mesma condição 31,15% de sua população economicamente ativa (INE, 2004, p. 166), avaliada em 311.589 habitantes (INE, 2004, p. 150). Estas porcentagens sobem bastante nas províncias mais distantes e nas províncias rurais do Departamento de La Paz.

Quanto à origem étnica, se levarmos em conta os dados governamentais a respeito da língua falada, podemos ver que, no Departamento de La Paz, 60,93% da população fala pelo menos uma língua nativa, seja ela o aymara, quéchua ou outras (INE, 2003, p. 148)³². Este número seguramente é maior na cidade de El Alto, considerado um

³² Deve se considerar ainda que esses dados governamentais seguramente não alcançam alguns vilarejos mais afastados. Há também o fator da forte discriminação contra o falante de aymara ou quéchua, que pode

reduto aymara. Quando o critério para a identificação étnica é a auto-identificação, 77,46% da população do Departamento de La Paz se diz indígena, com 68,44% se identificando como aymaras (INE, 2003, p. 162).

Tendo em vistas esses dados, podemos fazer algumas projeções. Primeiramente, o perfil de trabalho da população de El Alto e La Paz, composta majoritariamente por trabalhadores de serviços, comerciantes informais, engraxates e outros, muitos ex-mineiros ou operários de maneira geral e prejudicados com as leis de flexibilização do trabalho, pode iluminar algumas questões quanto ao ascenso de organizações baseadas no território, nas organizações de vizinhos e no papel significativo da Coordinadora Nacional del Gás (ESPINOZA, 2004, p. 19), surgida anos antes da “Guerra do Gás”. Ao mesmo tempo, há uma reordenação no papel e nas características da COB, passando de um forte sindicato centralizado, tendo em vista a vasta massa de trabalhadores empregados na indústria boliviana antes de 1985, à uma “coordenadoria” de sindicatos menores, porém ainda com forte poder simbólico de convocação, que atinge mesmo a setores não sindicalizados, sindicatos não filiados e até aqueles com os quais mantém relações conflituosas, como a CSUTCB.

A importância e dinamismo da relação entre pequenas organizações, vizinhos organizados e os grandes sindicatos lhe conferem um poder de pressão e aglutinação de forças que já influi diretamente nas políticas públicas e organiza com certa autonomia territórios indígenas e urbanos, sendo o exemplo maior desta organização a própria cidade de El Alto. Sendo assim, há de se concordar com Atilio Boron, quando este percebe que *“uma parte importante destes novos atores contribuiu com suas demandas e iniciativas para solapar a estabilidade da dominação burguesa, e seu concurso haverá de ser importantíssimo para viabilizar a transformação da sociedade atual”* (BORÓN, 1994, p. 229) e, para além disso,

influenciar a resposta daqueles que, dominando o castelhano, podem omitir sua origem indígena, o que gera discrepâncias nestas estatísticas.

“mais além da possível radicalização destas exigências de autonomia e identidade, da afirmação dos interesses setoriais e da propagação de ideologias pontualmente anti-sistêmicas, a simples proliferação no número de grupos e setores excluídos ou marginalizados implica, em termos práticos, um aumento nos níveis de conflitividade do capitalismo em um contexto marcado pela declinante eficácia e efetividade dos aparatos estatais e uma erosão de suas margens de legitimidade” (BORÓN, 1994, p.231).

Quanto aos indicativos de identificação étnica, os dados nos permitem visualizar a forte composição étnica do Departamento de La Paz – um dos de maior população indígena, juntamente com Oruro, Potosí e Cochabamba. Não se sustenta a interpretação de uma “rebelião aymara” apenas porque se deu neste espaço geográfico, mas pode apontar direções interessantes quando se percebe que, durante o levante, a identificação étnica dos manifestantes possibilitou algumas construções identitárias de muito simbolismo e força para os que ali estavam, como as *whipalas* aymara tremulando na mão daqueles que foram sempre de uma forma ou de outra negados pela bandeira oficial boliviana, através de preconceitos étnicos ou tentativas de incorporação, como “campesinos”, à “ação boliviana”. Estes símbolos de identidade étnica indígena, e particularmente aymara, nos permitem averiguar a identificação e participação nas lutas e resistência *callejera* de setores que não necessariamente estão presentes nos sindicatos urbanos e também não se consideram campesinos, como foram classificados e incorporados à composição nacional na Revolução de 1952, mas sim indígenas. O próprio caráter de “cidade aymara” de El Alto, organizada em resistência para se recuperar o gás que, objetivamente, se encontra em território guarani, também é um marco que permite pensarmos o levante como tendo, entre seus canais de participação e identificação, uma possibilidade de reconhecimento do poder organizativo e decisório das maiorias indígenas exercendo pressão, ou até mesmo contraposição direta ao poder estatal.

Como afirma Oscar Olivera, apesar das críticas crescentes à posição do MAS e sua adesão tardia ao levante, podemos observar, quanto aos novos movimentos

sociais bolivianos, que *“además de la unidad, lo interesante es la subordinación de los dirigentes a las decisiones de la mayoría. Hay que tomar en cuenta que no todas las personas que forman la Coordinadora están afiliadas a una organización sindical”* (ESPINOZA, 2004A, p.19). Esta abordagem permite compreender como, diante das condições precárias advindas da flexibilização das leis do trabalho na Bolívia, há uma presença marcante da população nas ruas. Segundo relata Claudia Espinoza, jornalista da Revista Pulso, *“la ciudad de El Alto se había convertido en un inmenso cabildo con reuniones a cada tres esquinas”* (ESPINOZA, 2004B, p. 31), sendo as ruas vigiadas por brigadas constituídas por setores tão diversos como

“la FEJUVE, COR (Central Obrera Regional), Federación de Gremiales, Federación de Trabajadores de Carne, comerciantes, vecinos, residentes de las 20 provincias paceñas, docentes, estudiantes normalistas de Warisata y de la UPEA (Universidad Pública de El Alto), desocupados y comunarios” (ESPINOZA, 2004C, p. 22).

Roberto de La Cruz, dirigente da Central Obrera Regional de El Alto, de certa autonomia retórica em relação à direção nacional, também aponta importantes questões em relação à importância étnica e camponesa aliadas à participação urbana dos vizinhos de El Alto:

“Hay una coordinación entre sectores bajo el principio aymara de no traicionarnos...En un ampliado de la Federación de Campesinos de La Paz, donde sólo querían bloqueo de caminos, discutimos cómo era posible que en el campo la gente siga cocinando con bosta de animales, mientras Goni quiere regalar el gas? Esa discusión fue clave para que los campesinos reaccionaran y se empiecen a sumar...Siendo la mayoría aymara em la ciudad de El Alto, fue fácil tomar contacto y engancharlos en la lucha. Son los padres que están en las comunidades y son los hijos que están en la ciudad. El discurso que unifica es siempre en torno a Tupaj Katari y Bartolina Sisa” (ESPINOZA, 2004C, p. 24).

Esta intensa mobilização popular se tornaria um importante referencial para a luta política no continente, e um sintoma bastante significativo do tipo de demandas societárias no capitalismo periférico frente à exploração interna e externa. Além disto, o enfrentamento de milhares nas ruas pela nacionalização do gás e não exportação aos EUA marca um câmbio de estratégia dos movimentos sociais, que passaram a considerar em suas metas assuntos como a organização, (auto) gestão e suprimento de serviços básicos à sobrevivência. Esta “nova tradição” que reúne dezenas de milhares em prol de gestões mais democráticas das políticas públicas, ou mesmo da auto-gestão de recursos naturais, é uma importante mudança de rumo: o público não é, necessariamente, o estatal.

A partir destas e outras questões levantadas, o outubro boliviano de 2003, surpreendente, suscitou diversas esperanças, mas também dúvidas entre a esquerda mundial. A rápida concentração e mobilização de massas frente a um forte aparelho repressivo possibilitou diversas interpretações, dos mais variados matizes ideológicos, e perceber as nuances da chamada “Guerra do Gás” é olhar para a esquerda levando em conta seus prévios enganos, seus caminhos nem sempre vitoriosos, e a capacidade de se reinventar daqueles que são considerados por muitos como o que há de mais estático: os povos originários, a esquerda latino-americana (e o frutífero e tenso diálogo entre estes).

CAPÍTULO 2 – Recursos naturais: a “acumulação por espoliação” e as tradições políticas bolivianas

2.1 – *Capitalización*: privatizações para dar e vender

*"En qué idioma cae la lluvia
sobre ciudades dolorosas?"*

(Pablo Neruda, no "Livro das Perguntas", poema LXVI)

*"Como pode a propaganda ser a alma do
negócio /
Se esse negócio que engana não tem alma?"*

(Nação Zumbi, na música "Propaganda")

Se na virada do séc. XIX para o XX, o setor privado mundialmente dava as cartas como princípio organizativo da economia e da produção, as crises de inícios do século XX trouxeram o Estado de volta ao centro enquanto agente econômico, produtor e regulador global. Se isto se deu claramente em âmbito teórico, a ponto de se cristalizar enquanto explicação corrente e vigente da “história geral” destes séculos, também ocorreu na prática, como tendência após o colapso dos pilares do liberalismo nas décadas de 20 e 30. Este processo, de maneira geral, foi acompanhado, em termos de gestão pública, pela propriedade estatal de núcleos estratégicos da economia em termos de exploração dos recursos naturais e da responsabilidade por campos da vida e reprodução social como educação, saúde, moradia, trabalho, além da estrutura comunicacional que possibilitava a reativação dos mercados internos (HOFFMAN et al, 2006, p. 44).

Esta retomada do Estado, enquanto agente diretamente responsável pela formulação e intervenção econômica e política, na Bolívia foi possibilitada e aprofundada através das mudanças institucionais provenientes da Revolução de 1952, de caráter nacionalista, antiimperialista e modernizante. Neste processo, o descontentamento de mineiros, camponeses e outros setores nacionalistas organizados da sociedade boliviana engendrou um governo dual, viabilizado pela presença nacional-modernizante dos quadros advindos do MNR e a influência do campo de esquerda/socialista capitaneado pela COB e FSTMB, cristalizado na figura de Juan Lechin, dirigente sindical trotsquista destas duas organizações até 1987.

Durante o governo do MNR, que se prolongaria até o golpe de estado do general René Barrientos, o tensionamento entre as tendências mais conservadoras do MNR e o poderoso movimento sindical possibilitou algumas importantes vitórias populares, como a tímida reforma agrária levada a cabo em 1953. Comunidades indígenas foram “campesinizadas”, com a introdução do sindicato agrário e da categoria de “campesino” sobrepostos às formas tradicionais de poder e hierarquia indígenas. Embora a redistribuição de terra tenha sido efetiva, o foi em pequena escala, facilitada pela proliferação de ocupações de terras por indígenas no ocidente (Potosí, La Paz, Oruro, Cochabamba, Sucre), mas com proporções ainda menores no Oriente boliviano, de forte caráter agrário-latifundista. No ocidente, através da divisão das comunidades tradicionais em pequenas parcelas individuais, criou-se a categoria da propriedade privada individual, alheia à anterior organização das terras coletivas. Posteriormente, a impossibilidade da subsistência devido ao tamanho reduzido das parcelas levaria a uma reconcentração de terras, nas quais os beneficiados pela reforma agrária eram obrigados a vender suas pequenas propriedades, e sobreviviam de seu trabalho nas mesmas terras que já lhes havia pertencido coletivamente e, depois de 1953, individualmente (COSTA NETO, 2005).

Se o status da terra foi modificado através de uma reforma agrária que se sustentava na noção de propriedade privada individual, outros recursos naturais foram alçados à categoria de alicerces do desenvolvimentismo posto em prática. Assim se deu com a nacionalização do estanho, a criação da COMIBOL (Corporación Minera de Bolívia) e com a importância dada à YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos), cujas receitas deveriam reverter em melhorias na condição média de vida do homem comum e na

modernização tecnológica em indústrias nacionais e estatais. Em 1955, o novo Código de Petróleo, no entanto, minava esta aspiração, pois, diante das pressões internas e externas e das carências financeiras para levar a cabo as ações governamentais, abriu-se a possibilidade de investimentos estrangeiros na YPF, com prioridade concedida à Bolívia Gulf Company, subsidiária local da Gulf Oil Company, americana.

Durante este período, apesar das dificuldades financeiras e do apelo ao capital estrangeiro, o Estado se fortaleceu enquanto estância máxima da ação política e econômica. Com isso, a manutenção da nacionalização dos recursos naturais e sua importância enquanto bens nacionais era, para muitos, orgulho e bandeira de luta.

Em termos de cultura política, o legado de 1952 é pensado como um momento de formação da tradição nacionalista boliviana, além de período em que o sindicalismo alcançou status de co-governante, formou milícias populares e participou intensamente da discussão e formulação das políticas públicas no país. O Estado, intervencionista, levou a cabo a política de substituição de importações, dando preferência às indústrias nacionais mediante barreiras alfandegárias que protegiam a produção interna diante da competição estrangeira. Empréstimos a baixos juros e controles rígidos sobre as divisas procuravam garantir a soberania do Estado e da indústria nacional diante de qualquer fragilidade a curto e médio prazo (KOHL e FARTHING, 2007, p. 110). De acordo com Kohl e Farthing,

“Un 70% de la economía boliviana estaba todavía en manos del Estado en 1985, por medio de 158 empresas de propiedad estatal...el sector estatal fue ampliado durante el periodo de las dictaduras militares, cuando se convirtió en una fuente importante de clientelismo político. Varias de estas empresas estatales aportaban ingresos significativos al Estado, en particular a la crecientemente importante empresa de petróleo y gas, Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), fundada en 1937 cuando se nacionalizó la Standard Oil después de la guerra del Chaco” (KOHL e FARTHING, 2007, p. 114-115)

Esta tradição, após anos de governo *movimientista* e de presidentes (e golpes) militares, foi revista, repensada, reestruturada. Apesar do intenso processo de lutas e negociações que compreende o período entre o engendrar deste Estado e as políticas neoliberais a partir de finais da década de 70, convém pensar a partir das derrotas populares em âmbito mundial. O advento de um consenso mundial acerca das soluções políticas de mercado, das fortes crises latino-americanas, e de uma série de governos que não mais pensavam prioritariamente em termos de Estado mas de finanças, empresas, capital e investimentos. Tratava-se de

“...un modelo económico alternativo que se adscribía a la lógica del libre comercio y a la globalización. Posteriormente conocida como el Consenso de Washington, esta orientación política comprendía el 'libre ' comercio, la privatización, la apertura de los mercados nacionales y recursos naturales al capital internacional, además de la institucionalización de tasas de cambio flotantes en vez de fijas”
(KOHL e FARTHING, 2007, p. 111)

Pensadores como Frederick Hayek, Milton Friedman e Francis Fukuyama foram reconhecidos como articuladores dos fundamentos teóricos desta ideologia. Propunham, grosso modo, a correspondência entre a liberdade dos intercâmbios na democracia de mercado e a satisfação dos indivíduos, mediante informação perfeita dos preços. Estes mercados funcionariam em estado perfeccionado diante de governos democráticos, sendo esta combinação não só mais eficiente como também desejável socialmente (KOHL e FARTHING, 2007, p. 46-47; FUKUYAMA, 1992; FRIEDMAN, 1962; HAYEK, 1944)

Ponto pacífico na construção do arcabouço teórico destes e outros pensadores do neoliberalismo, e na vontade expressa de governantes e formuladores de políticas públicas das grandes instituições financeiras mundiais foi a necessidade de “diminuição do Estado”, após décadas de difíceis mas importantes conquistas das forças populares e classes médias. Seguramente houve resistência ao(s) projeto(s) privatizante(s),

que não obtiveram, entretanto, muito êxito, pelo menos inicialmente, em contrabalançar a influência mundial do neoliberalismo do “Consenso de Washington”.

Na América Latina especificamente, há de se notar o fator da existência de diversas ditaduras cruzando o continente, que impuseram por décadas seu peso à formação cultural e ao imaginário da sociedade. Esperava-se, após longos períodos de censura e controle social, a possibilidade de liberdades, por mínimas que fossem, e a mão do Estado – embora fosse apenas a face visível de um processo também privatizador e bastante facilitador ao capital externo e interno – serviu como uma luva, sendo catalizadora de certa ojeriza à cotidiana presença estatal dos períodos de intensa repressão. Há que se concordar com Kohl e Farthing quando dizem que

“el discurso democratico efectivamente logró que el neoliberalismo fuera más digerible para las elites nacionales, las poblaciones locales que perciben la democracia como algo clave para mejorar sus vidas y la gente en los países industrializados del Occidente. En cierto sentido, esta ha sido una táctica clásica de hacer morder el anzuelo y girar: fomentar el apoyo al neoliberalismo mediante la explotación de los deseos de democracia, privilegiando entre tanto a las élites pudientes nacionales e internacionales a costa de la mayoría” (KOHL e FARTHING, 2007, p. 62)

E é justamente nos governos posteriores aos ditatoriais/militares que se observa com mais precisão a implementação dos caminhos institucionais para a privatização de empresas públicas e recursos naturais. Com uma economia bastante fragilizada, o advento de um planejamento que alterasse tanto as regras do jogo como foi a estruturação do neoliberalismo na Bolívia, tornou-se mais aceitável. Sabe-se que o PIB foi reduzido anós após ano desde 1981, e a inflação disparou, chegando em uma das taxas mais elevadas do mundo (SACHS, 1987). A única atividade econômica intermitente e de maior impacto era o comércio girando em torno da coca e cocaína, cujo centro era a região semitropical do Chapare, ao leste do departamento de Cochabamba, e cujo lucro entre

produção e venda quase igualava as exportações legais do país (DE FRANCO e GODOY, 1992).

A implementação da NPE – Nueva Política Económica – em 1985, através do decreto 21060, tinha por finalidade explícita recuperar o apoio do FMI, Banco Mundial e BID, que haviam sido retirados durante o governo anterior da coalizão de esquerda UDP (1982-1985). Através da pressão das grandes instituições financeiras multinacionais e da presença no palácio de Victor Paz Estenssoro, líder do governo de 1952, levou-se adiante o programa de “saneamento” das contas bolivianas, e adoção de diversas medidas drásticas que adaptavam as disposições revolucionárias da década de 50 às “necessidades” econômicas globais de fins do século XX.

Além de reduzir drasticamente o número de empregados públicos e demais gastos estatais, os subsídios governamentais para o setor industrial foram retirados. Basicamente formado pela indústria têxtil e processadoras de alimento, este setor caiu em uma profunda crise, com mais de 120 empresas fechadas. Os salários reais diminuíram, em 1986, a menos de dois terços dos níveis do ano anterior, e o desemprego cresceu assombrosamente: aproximadamente dez mil funcionários do Estado e vinte e cinco mil professores rurais perderam seus postos – além da demissão em massa de trinta mil mineiros das empresas privatizadas (KOHL e FARTHING, 2007, p. 125-126).

Tratava-se de um pequeno – e bem sucedido para alguns, a se olhar o montante surgido de negócios escusos, privatizações e corrupção - laboratório do receituário neoliberal. A inflação galopante de aproximadamente 12.000% ao ano caiu rapidamente, em questão de meses, para um índice trimestral de 9%, referente ao 2º trimestre de 2006 (KOHL e FARTHING, 2007, p. 111), e permaneceu baixa nos anos seguintes. O período compreendido entre 1986-1990 apresenta a mesma tendência. Apesar da inflação anual de 1986 apresentar um índice de 276%, os anos seguintes mantêm uma média da ordem de 15%, conforme dados do INE – *Instituto Nacional de Estadística*³³. Concomitante, e com peso forte nesta “estabilização” foi a dolarização das contas bancárias

³³ O site www.ine.gov.bo, do INE – Instituto Nacional de Estadística, permite consultas on-line dos índices de inflação mensal, trimestral, anual e demais variações do índice de preços ao consumidor, e a média apresentada é apenas uma aproximação realizada pelo autor deste texto.

dentro do país (DUNKERLEY, 1990, p. 31), gerando assim uma percepção de melhoria imediata, de “*milagro boliviano*”, nome com que foi batizado popularmente este processo.

Estes índices econômicos, que não necessariamente refletiam o bem-estar das maiorias nacionais, foram matéria-prima de intensa propaganda governamental, de modo que a macroeconomia (ou pelo menos os índices e dados que ali interessassem) fosse instrumento da construção de hegemonia do discurso neoliberal entre a população como um todo.

Kohl e Farthing demonstram que a dolarização estava diretamente relacionada à economia da droga (cocaína, principalmente) e esta, à atividade governamental, de modo que a tácita legalização da abertura de contas em dólares pelo Banco Central, sem necessidade de maiores requisitos ou averiguações para tal, possibilitou a lavagem de dinheiro do tráfico (2007, p. 129). De acordo com Léons e Sanabria,

“...estos ingresos tuvieron un impacto significativo sobre las economías regionales de Cochabamba y Santa Cruz. Los ingresos por la coca de los campesinos cocaleros sostenían cerca de 50.000 familias, el mismo número de familias que habían sido directamente desplazadas por la NPE. Las estimaciones globales del número de gente que trabajó en los cultivos de coca durante este periodo rondaban entre 120.000 y 500.000 (LÉONS e SANABRIA, 1997: 18-20)”

Desta forma, a NPE e suas conseqüências em termos de deslocamentos espaciais possibilitaram um reagrupamento da força de trabalho migrante em novos espaços. Se Cochabamba e Santa Cruz receberam principalmente trabalhadores que seriam empregados nos cultivos, La Paz também recebeu outros que inflariam os índices do trabalho informal neste Departamento, e principalmente na cidade de El Alto, que durante este período teve intenso crescimento demográfico. Até 1988, o peso da economia informal foi ampliada até chegar a quase 70% da força de trabalho nas cidades (KOHL e FARTHING, 2007, p. 111).

De maneira geral, os impactos da NPE na economia boliviana não se traduzem em criação de emprego a níveis minimamente consideráveis, pois os investimentos – de acordo com a situação prévia à NPE, e com a tradição de se investir em projetos cujo retorno seja volumoso e, principalmente, rápido – foram especulativos, em sua maioria (CARREÓN e PINTO DE LOZA, 1997). Com capital proveniente principalmente de empresas estrangeiras, as iniciativas do setor privado eram, em sua maioria, inseridas no contexto dos contratos de risco compartilhado, de forma que em situações contrárias, as empresas poderiam sair do país sem problemas e sem maiores prejuízos (KRUSE, 1994, p. 115). O “caso boliviano” era considerado pelas instituições financeiras internacionais e pelo governo dos EUA um êxito total. Muitos eram os motivos para tal: aumento das exportações, respeito às obrigações financeiras, aumento do PIB *per cápita* (embora a distribuição de renda tenha piorado consideravelmente). Como forma de conter a resistência à reestruturação e mantê-la dentro de um espectro de ação previamente determinado, vários foram (e, deve se dizer, ainda são) os micro-projetos em escala local e regional financiados pelas organizações internacionais e ONGs – um padrão mundial de intervenção que têm sido “eficiente” em variados casos, no que se espera deles por parte de seus formuladores: incentivo da política local, “despolitização” e canalização institucional das demandas, negociação ou apaziguamento dos conflitos potencialmente perigosos ao *status quo* (KOHL e FARTHING, 2007, p. 127; ADAMS, 1995). O Banco Mundial criou diretamente um fundo – o *Fondo Social de Emergencia* (FSE) – que financiou pequenos projetos de infraestrutura econômica, social e de assistência, como programas de alimentação escolar e de crédito para o agricultor (GRAHAM, 1992: 1.234), muitos dos quais administrados por organizações não governamentais cujo número multiplicaria de acordo ao fluxo de novos fundos (DURÁN, B., 1990).

Apesar do enorme apoio empresarial ao projeto da NPE, não se deu um crescimento significativo do investimento privado, e os dirigentes empresariais bolivianos, organizados através da Confederación de Empresarios Privados de Bolivia (CEPB) atribuíam, em comunicados, a responsabilidade pelo reaquecimento econômico ao governo, e não ao setor privado (KOHL e FARTHING, 2007, p. 124). Com este tipo de crítica, cabe aqui fazer um pequeno comentário, como contraponto ao argumento de que “o capitalismo não deu certo na Bolívia”, quando se procura diminuí-lo, por sua (falta de) eficiência ou

compará-lo, por exemplo, ao sistema chileno de inícios do séc. XXI. As diferenças estruturais locais dão contornos significativamente distintos aos países que são engendrados pelo capitalismo neoliberal, e se há cisões intra-classes, isso não vem a descaracterizar o pleno domínio do capital enquanto regente das relações sociais, muito embora, no caso do atual Chile, a presença de um mercado interno seja fator importante, e na Bolívia não tanto, sendo caracterizada mais pela extração/comercialização de recursos naturais e exportação de matéria-prima.

No decorrer das mudanças da NPE, portanto, vieram à tona algumas questões e debilidades do processo: a necessidade ideológica de redução do Estado contrastava e esbarrava no sistema de governo baseado em pactos e clientelismo político entre os partidos governantes. Por outro lado, os êxitos neoliberais no país dependiam largamente da economia de produção e exportação de drogas (cocaína). Embora neste processo, nos cultivos, trabalhassem fundamentalmente a maioria indígena do país, a NPE em si não procurou nem criou mecanismos para incentivar a incorporação da população rural e indígena e sua inserção nas redes de redistribuição dos (limitados) ganhos do desenvolvimento do mercado neoliberal (KOHL e FARTHING, 2007, 142-143).

Diante das cisões internas, mesmo empresariais, e da pressão internacional por maiores avanços nas políticas de mercado, as eleições de 1993 confirmaram como presidente o nome de Gonzalo Sanchez de Losada, o “gringo” - chamado assim por ter sido educado nos Estados Unidos, e falar com forte sotaque estadunidense. Havia sido ministro de Planificação e Coordenação do governo de Victor Paz Estenssoro (1985-1989), e diretamente responsável por questões de macroeconomia e pela NPE. Nas formulações do plano de governo (o “*Plan General de Desarrollo Económico y Social*”) lemos, sem meias palavras, que:

“en su nuevo rol, el Estado se excluirá de las actividades productivas y de la intermediación financiera directa, concentrándose en crear las condiciones objetivas para un buen funcionamiento de los mercados, en el desarrollo de infraestructura que induzca el crecimiento de la inversión privada, y en la inversión social en educación básica, el primer nivel de salud y la mejora de las condiciones de habitabilidad” (GOB 1994, 10-1, Plan General de Desarrollo Económico y Social/PGDES).

Estas medidas se coadunam com as propostas governamentais do *Plan de Todos*, que reestrutura a cidadania e suas formas de inserção na vida pública. É introduzida na Bolívia uma descentralização administrativa (a LPP, ou *“Ley de Participación Popular”*, Lei 1.541/94) formulada através de antigas e crescentes demandas regionais e voltada a canalizar os conflitos institucionalmente, ao mesmo tempo em que era limitada a autonomia regional, já que ao presidente caberia designar os prefeitos dos Departamentos. As tentativas de apaziguamento dos movimentos populares através dos canais institucionais são apenas uma das medidas que se dão no sentido de formar uma democracia de mercado, com o mínimo de regulação possível, por parte de um Estado mínimo que não enfrentasse maiores resistências (KOHL e FARTHING, p. 146). O Plano buscou

“de modo consciente la creación de una nueva clase de ciudadanos neoliberales, que no dependieron del Estado para la provisión, aunque fuese de modo inadecuado, de los beneficios de la ciudadanía social, sino que más bien contaran con el gobierno que facilite su participación en los mercados” (KOHL e FARTHING, 2007, p. 170)

No que diz respeito ao campo da educação, a Reforma Educativa (Lei 1.565/94) reestruturou o Código Educativo de 1955, que entendia a educação como um meio de criar cidadãos através de uma educação única, universal, gratuita e obrigatória, *“así como también a su carácter nacional, democrático, revolucionario, anti-feudal, anti-*

imperialista. a su carácter progresista, co-educativa, globalizadora, y científica” (Serrano Torrico, 1995). O novo contexto de 1994, através da reforma, conceituava educação como o mecanismo através do qual se dá ao cidadão boliviano “*las destrezas básicas y conocimientos técnicos para desarrollar sus capacidades e insertarse em el mercado laboral de manera más adecuada*” (GOB, 1994, p. 27). Houve, certamente, algumas mudanças progressistas, mediante pressões de forças populares, como a adoção do ensino bilíngüe (principalmente em espanhol/aymara, espanhol/quéchua, espanhol/guarani, e outras línguas menos utilizadas) e multiétnico, além da incorporação dos pais e estudantes como agentes participativos no processo escolar. Na prática, porém, os poucos recursos destinados à reestruturação curricular e capacitação de professores não permitiu que se desenvolvesse o caráter progressista de parte do texto da Reforma Educativa.

No que diz respeito ao status da terra, a Lei INRA (Ley do Instituto Nacional de Reforma Agraria, Lei 1.715/94) concede proteção à propriedade da terra de camponeses e indígenas, mas ao mesmo tempo promove a criação de mercados de terra “eficientes”. Por um lado, exonera comunidades indígenas e camponeses que trabalham em escala de subsistência do pagamento de impostos de propriedade, concede igual direito às mulheres quanto à posse e herança de terras sem que importe o estado civil, estabelece que as terras abandonadas sejam revertidas ao Estado, e, quanto à estas, só os camponeses e comunidades indígenas possam reivindicá-las. Por outro lado, protege os latifundiários quando considera o pagamento em dia de impostos como parâmetro para se considerar abandonada determinada terra, e não mais o trabalho que nela se dá, como determinava a reforma agrária de 1952. Mesmo os proprietários completamente ausentes da terra podem manter suas propriedades mediante o pagamento de um imposto anual de 1% do valor da terra (e o valor é definido mediante “*autovalúo*”, ou auto-avaliação). Não há na letra da lei qualquer palavra quanto à possibilidade da auto-avaliação ser completamente disparatada quanto à realidade, ao tamanho e valor das terras.

Constitucionalmente, a Bolívia reconhece, através da Carta Magna reformada em 1994, o uso social da terra, e tem artigo específico sobre as comunidades indígenas, seus direitos à terra e aos frutos e usufrutos desta. Consta no artigo 171 que:

“I. Se reconocen, respetan y protegen en el marco de la ley los derechos sociales, económicos y culturales de los pueblos indígenas que habitan en el territorio nacional, especialmente los relativos a sus tierras comunitarias de origen, garantizando el uso y aprovechamiento sostenible de los recursos naturales, y su identidad, valores, lengua, costumbres e instituciones...”

(Constituição Boliviana de 1994, artigo 171).

Entretanto, os direitos dos povos indígenas de controlar por si próprios a terra e outros recursos, apesar de constarem na lei maior do país, são negados através de outras leis – especificamente a de hidrocarbonetos e minerais, que não prevêem o controle local sobre recursos, seja de indígenas ou de qualquer outro grupo.

No que tange mais diretamente às privatizações, embora houvesse já leis e acordos anteriores em áreas específicas, o marco para este processo de exclusão do Estado da intervenção econômica direta é a *Ley de Capitalización*³⁴, promulgada em 1994, como parte da primeira gestão presidencial de Gonzalo Sanchez de Losada. Segundo Kohl e Farthing,

“a capitalización es en realidad una forma de privatización, aun si el gobierno retuvo la propiedad en condición minoritaria en manos de la población boliviana. Los nuevos propietarios tenían un control total de las inversiones y la gerencia, y todos los empleados fueron contratados por empleadores privados en vez de públicos” (KOHL e FARTHING, 2007, p. 174).

Este lei propunha medidas de atração do capital externo, e cria no país um novo agente econômico – as chamadas *“empresas capitalizadas”*, entendidas como empresas privatizadas, mas de conteúdo social. É neste bojo que se dá a privatização da

³⁴ Lei nº 1.544, sancionada pelo Congresso Nacional da Bolívia em 21/03/1994.

YPFB – *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* -, empresa símbolo das propostas de nacionalização do petróleo durante a Revolução de 1952 (QUIROGA, C.V., 2005). Como solução miraculosa para combater a grave crise da dívida, a inflação novamente galopante e o desemprego, foram privatizadas cinco das maiores empresas públicas do país – processo bem distinto de 1985, quando foram privatizadas um número razoável de empresas públicas, mas não as principais. Das seis empresas pensadas por Gonzalo Sanchez de Losada durante a campanha presidencial de 1993, apenas a *Fundición Nacional de Vinto* não foi privatizada, por não receber nenhuma oferta de compra³⁵.

Para o propósito de regulação destas empresas, foi criado em 1994 o SIRESE – *Sistema de Regulación Setorial* – coordenando as atividades de outros órgãos reguladores nas áreas de transporte, hidrocarburos, água e saneamento básico, telecomunicações e eletricidade, de modo que, seguindo as diretrizes do Banco Mundial, os custos de compra e funcionamento das empresas capitalizadas fossem plenamente e rapidamente recuperados. Os investimentos estrangeiros tiveram realmente um incremento principalmente na construção de oleodutos e na exploração das reservas de gás natural, após a venda da YPFB – o que não representava, entretanto, um grande estímulo ao conjunto da economia.

A capitalização, em suas metas e implementação, se norteou por cinco premissas principais, quais sejam: os investimentos realizados pelas empresas capitalizadas teriam, por si mesmas, efeito multiplicador na economia; os empresários nacionais poderiam fazer uso do capital disponível para criar empregos; as administradoras de fundos de pensão usariam os dividendos e o capital proveniente da venda de ações para financiar o BONOSOL, uma pensão vitalícia de aproximadamente U\$250 para bolivianos maiores de 65 anos; o preço das ações das empresas capitalizadas subiria, por conta do aumento de produtividade e dos investimentos em tecnologia; os impostos gerados pelo aquecimento econômico supririam a perda da receita proveniente da produção de gás e petróleo da YPFB (KOHL e FARTHING, 2007, p. 185).

Diante destas premissas, o que não se considerou é que a criação de empregos não está condicionada somente pelo volume de crescimento econômico, mas pela

³⁵ Foi capitalizada apenas em 1999, já no governo Banzer, mas foi rapidamente revertida ao controle estatal novamente em 2002, no governo de Tuto Quiroga, por motivos judiciais (RUBÍN DE CELIS, 2001).

qualidade do mesmo, pela maneira com que se aborda a questão e que tipo de emprego se cria. Ao contrário das atividades estatais, as empresas privatizadas detinham total liberdade para agir como uma unidade em si: aumentar tarifas e maximizar lucros, sem ter que se reportar ou negociar com outros atores políticos públicos, ou subsidiar serviços à baixo custo ou pensar no todo da máquina e no tesouro público antes de qualquer ação.

A empresa estatal de serviços ferroviários – *Empresa Nacional de Ferrocarriles* – foi capitalizada em 1995, e foi dividida em dois ramais: um que percorria os trechos orientais do país, e outro para o ocidente. Ao momento da privatização, tinha prejuízos em torno dos U\$ 4 milhões ao mês (KOHL e FARTHING, 2007, p. 193), e, ao ser comprada pela empresa chilena Cruz Blanca, teve rapidamente lucros astronômicos. O caso foi considerado exemplo do sucesso das privatizações – embora não se considere, nesta avaliação, que a nova rentabilidade foi alcançada através da demissão em massa de 80 por cento da força de trabalho. No entanto, o êxito foi rápido: no fim da década, o trecho ocidental começou a dar prejuízos, e a Cruz Blanca rapidamente vendeu ativos, que incluíam terrenos, estações de trem e até mesmo as próprias vias e pontes ferroviárias. Comunidades que só eram acessíveis através do serviço ferroviário ficaram isoladas. O serviço oriental, mais lucrativo, continuou a funcionar.

Processo análogo se deu com a LAB – Lloyd Aéreo Boliviano – cujos vôos internacionais foram incorporados pela VASP – Viação Aérea São Paulo S/A. A cobertura nacional ficou bastante reduzida, embora a mão de obra boliviana – mais barata – fosse aproveitada. Houve venda do estoque de reposição de peças da LAB, e a imprensa boliviana prontamente acusou a VASP de utilizar estas peças para consertos e reposições em sua própria frota (KOHL e FARTHING, 2007, p. 194).

Já a ENTEL – Empresa Nacional de Telecomunicaciones – a segunda empresa estatal mais lucrativa, foi vendida para a italiana ETI-STET (a Telecom Itália). Novos gerentes foram trazidos da Itália e houve uma grande reestruturação na força laboral. Através da Ley de Comunicaciones – Lei 1632 de 5 de julho de 1995 – foi acordado o monopólio da empresa sobre serviços de telefonia em larga distância durante 6 anos – até 2001.

O caso mais gritante, por se tratar de uma empresa símbolo do desenvolvimentismo e também a mais rentável das empresas estatais, foi a privatização da YPFB – Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos. Inicialmente, a YPFB foi fracionada em empresas a controlar as etapas da exploração, exploração e transporte, conforme o seguinte quadro:

UNIDADES	EMPRESAS ADJUCATORIAS	VALOR CAPITALIZACIÓN (dólares americanos)
Unidad de Exploración y Producción: Empresa Petrolera Chaco	Amoco Bolivian Petroleum Company	306,667,001
Unidad de Exploración y Producción: Empresa Petrolera Andina	Empresa Petrolera Andina	264,777,021
Unidad de Transporte: Transredes Transporte de Hidrocarburos	Enron Transportadora Bolivia Shell Overseas Holding Ltda	263,500,000
TOTAL		834,944,022

(extraído de VILLEGAS QUIROGA, Carlos. Privatización de la industria petrolera em Bolivia: trayectoria y efectos tributarios. La Paz: Plural Editores, 3a Edición, 2004. Cuadro n. 10 - “Estrategia de Capitalización de YPFB”)

Apesar dos ganhos já fabulosos da YPFB “capitalizada”, Goni assinou um Decreto Supremo complementando a Lei de Hidrocarburos, e definindo a diminuição da

taxação dos lucros de 50% para 18%, muito embora as empresas envolvidas já tivessem sinalizado que poderiam pagar taxas mais elevadas, por conta dos baixíssimos custos de produção na Bolívia (QUIROGA, 2004, p. 259-262, KOHL e FARTHING, 2007, p. 196). Estas alterações, bastante simpáticas e convidativas às multinacionais petroleiras, não encontraram igual acolhida entre a população, diante do que era considerada uma venda dos recursos naturais nacionais a preço de banana.

As empresas ligadas aos três setores da YPBF foram as responsáveis pela grande maioria de investimentos provenientes da *Capitalización*, e os lucros sobrepassaram as expectativas iniciais. Cabe ressaltar que, antes da Capitalização, a Bolívia estava a um passo de fechar contrato para a construção do gasoduto que conectaria o gás boliviano com o mercado brasileiro. A YPBF capitalizada colheu estes e outros frutos.

Se alguns destes efeitos foram extremamente produtivos para o mercado global e para as elites econômicas bolivianas, houve também certamente importantes resistências à todo o projeto privatizante. Sabe-se que, além da venda de ativos quando assim se faz necessário, a privatização de serviços públicos e recursos naturais não encontra, de maneira geral, grandes empecilhos para que não sejam subsidiados mercados menos lucrativos, como é o caso das populações rurais e das periferias urbanas. Os impactos sociais desta política econômica afetaram diretamente a população, e mesmo setores da direita se opuseram à venda da empresa, considerada estratégica.

As privatizações no bojo da *Capitalización* trouxeram consigo, para além dos prejuízos em termo de arrecadação estatal e possibilidades de redistribuição ou reinvestimento em infraestrutura, uma bandeira unificada para a qual vários movimentos convergiam, e permitiam uma unidade nacional. Com a impossibilidade de planejamento de um projeto de governo à longo prazo, por gritantes e constantes déficits fiscais, o Estado boliviano, pressionado pelas instituições financeiras internacionais, reduzia ainda mais os serviços públicos e comprometia sua própria estabilidade. Com o desmantelamento de boa parte dos objetivos sociais da Revolução de 1952, o descontentamento de setores populares e indígenas confluíam para um repensar dos paradigmas da esquerda.

2.2 – Gestão de recursos naturais: movimentos sociais e estratégias políticas

“Los amplios horizontes, las utopías y los sueños, son por naturaleza inalcanzables porque están en movimiento constante. Sin embargo, son las imágenes de futuro que permiten construir el presente. Es decir, las utopías se concretan; se sueñan y se viven”.

(Ana Esther Ceceña, “Bolivia: la Guerra por el Agua y por la Vida”, 2005, p. 16)

“Los dirigentes, vecinas y vecinos asistentes plantearon ejercer el derecho a la participación y exigir una planificación municipal con visión integral...según el primer punto del Acta de Compromiso, en referencia al Control Social, que consistirá en: a) YPFB a través de la regional Oruro entregará una copia del informe mensual a la FEDJUVE, que regularmente se entrega a la Prefectura de Oruro y otros informes que solicitará la institución vecinal; b) se realizarán reuniones periódicas con los ejecutivos de la FEDJUVE – YPFB a fin de evaluar los avances del proyecto”

(Controle social das Juntas Vecinales sobre projeto de gás domiciliar da YPFB. PAQTATAQ – Boletim Informativo Mensual dos Distritos 2 e 3 de Oruro. Ano 2, n. 15, Novembro/Dezembro de 2005)

Falar de gestão popular de recursos naturais é falar, de certo modo, de utopias: para quem tenta, imagina ou realiza a possibilidade de manejar aquilo que lhe é essencial à vida. Utopias não no sentido paradisíaco do termo: para os setores subalternizados, por muitas vezes os sonhos mais imediatos versam sobre acesso à água potável, terra para plantar, gás de cozinha, sistema de esgoto, reconhecimento de suas subjetividades. A participação crítica de uma comunidade, como no caso da epígrafe acima, no controle da gestão do serviço de gás domiciliar é uma conquista, e, justamente por isso, transforma a cara da utopia. Caso acreditassem na "política do possível", como é de praxe,

não teriam conseguido empurrar a utopia para um passo além, como quem transforma uma vontade coletiva num projeto político. Ao se falar, adiante, nos movimentos sociais e suas formas de organização, em um contexto de retirada de direitos dos mais elementares, o que se pretende é observar como estas questões cotidianas e territoriais influíram na formação de uma cultura política de luta e mobilização que procura captar subjetividades outras, e integrá-las a um projeto coletivo, antiimperialista, antiprivatizante. Certamente, como nos aponta Ana Esther Ceceña, as utopias estão longe de ser, diretamente, o principal eixo mobilizador. Fica claro que

“...develar las utopías es una tarea de deciframiento que no todos los movimientos realizan explícitamente. Es el caso de algunos que toman cuerpo a partir de un rechazo particular como puede ser la privatización de los servicios de salud o la privatización del agua y otros recursos” (CECEÑA, 2005, p. 19)

Assim são os movimentos da sociedade: não há nada de linear nem pré-definido na luta de classes - nem mesmo a composição destas últimas. Há sempre a necessidade de observar nelas sua formação e constante reformulação ideológica, cultural, política. Em um país com forte tradição mineira como a Bolívia, e marcada profundamente pela revolução mineira e camponesa de 1952, é mister afastar análises que paralisam o campesinato ou o proletariado boliviano no tempo, erigindo-os, por definição, como arquitetos da revolução. Como aponta Thompson, no seu clássico "Formação da Classe Operária Inglesa",

"a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica...[portanto] precisa estar encarnada em pessoas e contextos reais. Além disso, não podemos ter duas classes distintas, cada qual como um ser independente, colocando-as a seguir em relação recíproca. Não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses" (THOMPSON, 1987, p. 10)

É importante ressaltar este aspecto dos conceitos, posto que a permanência, o imobilismo, a negação do tempo e o "fim da história" não pode - não deveria - ser escolha dos subalternizados, ao se pensar em sua emancipação e nos esforços empreendidos em busca da descolonização política e cultural. Por não querer que os conceitos encerrem - ou enterrem - em si mesmos a história, escolhemos aqui pensar a exploração, mas também o mundo, ações e imaginações dos explorados. Sobre esta visão dinâmica da luta de classes, na qual não cabe reificação, Virginia Fontes agudamente aponta que

"Estes movimentos raramente são como exércitos se defrontando, onde cada um conhece bem seu campo e sabe qual o seu papel. Nas lutas de classes, muitas vezes, a maioria dos combatentes está tão ocupada em fabricar e polir armas, assegurar a intendência – plantar, colher, tecer, fiar – proteger e educar dos próximos combatentes e cuidar dos feridos, que mal sobra tempo para se dar conta da batalha na qual estão mergulhados" (FONTES, 2006, p. 232)

Após estas breves considerações, podemos colocar diretamente a questão da luta de classes na Bolívia contemporânea, e que formas tomou, por escolha consciente de quem a trava e pelo peso do tempo e do espaço específicos na vida daqueles que estão inseridos neste processo. O momento escolhido para esta análise obedece a um imperativo maior: é um período de vitórias e reagrupação de forças dos movimentos populares, e considerado como tal tanto pelos que participaram quanto pelas esquerdas mundiais, que voltaram seus olhares para o país. Tratava-se do período imediatamente posterior ao maior avanço do projeto privatista na Bolívia até então. Diante das privatizações das grandes empresas estatais – e da privação de amplos setores sociais dos serviços mais básicos, devido aos aumentos de tarifas de serviços - há um tremor na estrutura da sociedade quanto às suas visões de mundo e à hegemonia do discurso otimista neoliberal. A insatisfação popular, extremamente produtiva quando se trata de mudanças, ou pelo menos de anseios por estas – obrigou setores da população a repensarem seus cotidianos (tanto por ter de

enfrentar protestos cotidianos nas ruas como para participar destes, ou dialogar com os termos postos à discussão).

Há também necessidades claras – e os movimentos organizados percebem isto – de reordenação do discurso dos representantes da esquerda tradicional. Sabe-se que nas duas principais rebeliões do séc. XXI na Bolívia (a “Guerra da Água” de 2000 e a “Guerra do Gás”, de 2003) os tradicionais partidos políticos e organizações operárias de esquerda, embora presentes, desempenharam nos momentos de enfrentamento e mesmo de articulação política, papel secundário frente às organizações de base territorial. Em outras palavras, a hipótese das “massas alienadas” em contraposição aos movimentos tradicionais organizados teve de ser repensada, ou pelo menos as formas de trazer esta população à sua própria desalienação da vida política. Ao descer da poeira, percebeu-se, em grande medida, que a história é dinâmica – e a luta dos explorados, mesmo se apoiada nas tradições, deve se pautar justamente pelo dinamismo, pelas mudanças que lhes tragam benefícios diante da extração cotidiana de sobretrabalho. De certa maneira, o debate sobre propriedade e gestão é um passo que, acompanhando este dinamismo, aprofunda a crítica, não mais dentro de uma estrutura hegemônica pré-existente, como é a demanda de aumentos salariais:

“desde el momento en que se abordando cuestiones estructurales como ser el concepto de la propiedad privada o el derecho del capital a beneficiarse del trabajo, estas demandas forman parte del discurso contrahegemónico” (KOHL e FARTHING, 2007, p. 68)

Com a crescente exploração e suas idiossincrasias no plano mais cotidiano, propor a recuperação dos recursos naturais enquanto lema e instrumento de luta, e não apenas como bandeira a ser conquistada após a conquista do poder, é tanto uma estratégia de sobrevivência como de envolvimento de grande contingente de pessoas na política cotidiana, nas marchas e bloqueios. São possibilidades de encontros, de renovações e de aprendizado (o que fica claro pela recente produção proveniente de novas/os militantes, materializada em uma enorme quantidade de filmes, peças de teatro, grupos musicais e

livros que projetam, encenam, cantam, relatam e, em última análise, multiplicam suas experiências nas últimas rebeliões).

Neste movimento se agrupam as comunidades indígenas, seus saberes tradicionais, reinventados agora como resistência frontal ao projeto de privatização dos recursos naturais, e as demandas baseadas no direito consuetudinário e costumes imemoriais. Conseguem, por exemplo, vitória contundente no decorrer da Guerra da Água, com a anulação do aumento de taxas e expulsão da empresa multinacional “*Aguas de Illimani*” de Cochabamba. Pretende-se, dentro destes marcos, levantar um breve panorama destas lutas a partir do final do séc. XX, quando começam a se articular, com a experiência de Cochabamba, movimentos tanto indígenas quanto populares que propõem outra vivência dos meios em que vivem, assim como o câmbio dos parâmetros governamentais para a exploração e exploração de recursos naturais.

Cabe ressaltar que não se intenciona aqui sacralizar a tradição e os costumes ancestrais, mas entendê-los como instrumentos de luta, através da memória coletiva dos povos – que é dinâmica - e de suas noções de dignidade, bem-estar, respeito. Na articulação em torno da memória de tempos passados melhores, o que está em jogo é a disputa por direitos atuais, por vitórias, ainda que mínimas, que possibilitem uma reordenação mais favorável da configuração de forças políticas, ou mesmo da sobrevivência cotidiana em níveis elementares. Em última estância, o uso da memória “utópica” é também uma das armas no campo de batalha pelo próprio caráter e usos da memória – uns marcados pelo conflito e pela presença das vontades, histórias e personagens populares, outros pelo apagamento profilático destas, em torno de um ideal de nação e memória que não abarque a luta e dignidade dos explorados. Como salienta Hobsbawm, ao estudar, em outro contexto, os movimentos agrários ingleses,

“quando numa aldeia se reivindicam terras ou direitos comuns ‘com base em costumes de tempos imemoriais’ o que expressa não é um fato histórico, mas o equilíbrio de forças na luta constante da aldeia contra os senhores de terra ou contra outras aldeias” (HOBSBAWN, 1984, pg. 10).

Traduzindo em termos mais próximos à realidade boliviana, os direitos de cidadania propriamente ditos, tão em voga nos discursos presidenciais de Gonzalo Sanchez de Losada e reinterpretados à luz do *Plan de Todos*, são definidos pelo “*resultado de las luchas por la distribución del poder y por la organización de las instituciones y recursos que se utilizan en el gobierno de los países*” (HOFFMAN, 2006, p. 50). Ou seja, os próprios direitos de participação política e de acesso a recursos públicos não são dados em si, mas reconhecidos a partir da própria luta pela definição e extensão das margens de reconhecimento da cidadania. O grau de participação popular na gestão pública, longe de ser mero assunto técnico, é histórica e territorialmente manejado, produzido, construído. Trata-se, estrategicamente, de demanda primordial para o entrelaçamento e unidade dos diversos movimentos sociais existentes no país, pois, ao revelar a dimensão jurídica e material da exploração, e ao mesmo tempo expor as vias institucionais como obstáculo e caminho, torna possível uma crítica unificada ao sistema econômico e à política governamental, e facilita a ação nos espaços possíveis, nas ruas e nas negociações oficiais. Embora a participação popular na gestão pública tenha claramente limites bastante recuados sob democracias burguesas, pode intervir no sentido de ampliação dos direitos existentes, e, no caso aqui tratado, garantia de acessos, mesmo que limitados, aos recursos naturais e à terra. O acesso direto ao território enquanto base pra demandas

“habilita para el acceso a otros recursos y a otros procesos sociales de gestión y reconocimiento social. Las estructuras económicas establecen una especie de cierre social sobre un determinado conjunto de condiciones de vida productiva o reproductiva, así como de la vida social y política. El cierre social sobre la propiedad se establece por ley y, en consecuencia, es más difícil de modificar a no ser a través de las transacciones mercantiles por medio de las cuales cambian los propietarios pero no la distribución monopolizada” (HOFFMAN et al, 2006, p. 35)

Se a questão da territorialização dos novos movimentos sociais bolivianos, exemplificada na atuação das comunidades indígenas, camponesas e *Juntas Vecinales* urbanas (de vizinhos), aponta, à primeira vista, para um distanciamento da política verticalizada e institucional, há que se reconhecer o duplo impulso destas políticas. A divisão do país em mais de 300 novas “municipalidades” com autonomia para questões e projetos locais, e o reconhecimento oficial de OTB’s (*Organizaciones Territoriales de Base*) em 1994, através da *Ley de Participación Popular*, como instituições com a prerrogativa de diálogo com o Estado, permite às comunidades atuarem diretamente como grupos de pressão, e interferir na política cotidiana e ainda, simultaneamente, colaborar com a construção de unidades e pactos entrelaçados à dinâmica nacional, ou mesmo continental. O mesmo espaço aberto à construção local de organismos de poder popular é, por outro lado, uma possibilidade a mais para redes de corrupção no espaço das municipalidades. Ainda que os trâmites da política local sejam controlados em sua ação pelos chamados *comités de vigilancia*³⁶, às municipalidades é assegurado, além do debate sobre as prioridades e necessidades de obras públicas, a gestão direta de verbas para que se realizem as demandas. Muitos movimentos populares organizados puderam aproveitar seu acúmulo prévio de discussão neste espaço institucional, e tentar negociar uma agenda política favorável. Como comentam Hoffman, Korthing e Kohl acerca dos caminhos abertos com a municipalização da política e a descentralização administrativa:

³⁶ Órgãos populares de controle sobre as obras públicas. São também regulamentados pela LPP – *Ley de Participación Popular*, e têm a prerrogativa de assegurar a inclusão das demandas prioritárias no *Plan de Desarrollo Municipal*.

“Los tiempos de participación política dependen mucho de la calidad y la cantidad de los lugares o espacios en que se reconoce y se pueden ejercer derechos políticos. La municipalización, por ejemplo, implica una ampliación de los espacios y tiempos de la ciudadanía. Las privatizaciones por lo general los reducen, ya que convierten a los individuos en meros consumidores o sujetos gobernados. Las formas de gestión y autogestión colectiva y pública amplían los tiempos de la ciudadanía a la gestión de los servicios básicos, como el agua por ejemplo” (HOFFMAN et al, 2006, p. 80)

A municipalização e o controle autônomo de representantes das comunidades sobre os gastos locais, através da LPP, entretanto, não são por si garantias de ampliação dos espaços políticos. Assim se deu porque as contradições do período trouxeram à tona a participação popular mesmo em espaços em que esta não era formalmente reconhecida. A política local serviu a esse fim, muito embora tenha sido incentivada como forma de controlar a ação de massas e canalizá-la para limites controláveis. Com certa constância, em muitas comunidades indígenas e/ou rurais em que não havia, previamente ao estabelecimento da LPP e das novas OTB's e municipalidades, nenhuma organização mais coesa e com experiência na participação popular que pudesse ocupar estas novas instâncias, os partidos políticos tradicionais – NFR, ADN, MNR - preencheram rapidamente este espaço. Mesmo assim, em comunidades principalmente do departamento de La Paz, como *Sorata, Achakachi, Ayo Ayo, Patacamaya, Caranavi*, nos ayllus do departamento de *Oruro* ou ao norte do departamento de *Potosí*, a constante tomada e ocupação por indígenas de importantes espaços públicos físicos representativos do poder político estatal, e mesmo das grandes corporações privadas, vêm a negar, por muitas vezes, a hegemonia dos partidos que controlam o espaço local através das prerrogativas estabelecidas pela LPP. As manifestações destes grupos

“han alcanzado un importante grado de desarrollo que se traduce en que en algunos municipios los indígenas están imponiendo su propia dinamica. Las élites locales señoriales que parecían revivir con la Ley de Participación Popular están siendo deslegitimadas por el control y sanción social indígena” (MAMANI, 2005, p. 42)

Contraditoriamente, a iniciativa estatal (dentre outros fatores) engendrou, além da participação de líderes locais no aparato institucional, a articulação de movimentos não-estatais que puderam questionar o sentido do "público" e do "privado". Durante toda a discussão de controle/nacionalização dos recursos, e mesmo através da forte presença estatal desde a Revolução de 1952,

“se identificó lo público con propiedad estatal. Casi paralelamente se eclipsó el otro sentido de lo público como ‘esfera de lo público’, es decir, como un conjunto de espacios organizados en el seno de la sociedad civil para controlar al Estado y los gobiernos e influir sobre ellos” (HOFFMAN et al, 2006, p. 45)

É através destas discussões que os “novos” movimentos sociais bolivianos vão repensando seus espaços, suas concepções, seus paradigmas. As mudanças ocorridas nas características do trabalho na Bolívia – acompanhando tendências globais – influem diretamente também na organização das/os trabalhadoras/es. Não obstante, a noção de propriedade continua sendo um eixo central de debate, não apenas pela necessidade do uso e controle dos recursos naturais, como pela questão da terra e seus frutos. Com o ascenso do movimento indígena boliviano a importante agente na disputa de rumos da agenda pública do país, se incorpora ao universo das esquerdas algumas noções de propriedade (coletiva), ou de manejo desta, que não lhe eram necessariamente interiorizadas. Como comenta Hoffman acerca da Guerra da Água de 2000,

“El movimiento social articuló procesos y sujetos urbanos con procesos sociales que responden a culturas tradicionales comunitarias, esto es, formas de organización y gestión comunitaria con formas asociativas modernas. Esta fusión le dio fuerza al movimiento y logró además incorporar el reconocimiento legal de usos y costumbres en la gestión del agua” (HOFFMAN et al, 2006, p. 278)

No caso de Cochabamba, pode-se destacar a força das organizações *cocaleras*, que, muito embora desviassem da tradição sindicalista boliviana por ter na identificação étnica e cultural forte fator retórico e de aglutinação, traziam aportes importantes dentro de um acúmulo de discussão que derivava diretamente da resistência à intensa militarização de Cochabamba na década de 80 por conta da campanha – de forte apoio militar, logístico e econômico estadunidense - contra os cultivos de coca. Os *cocaleros* conseguiram, através da combatividade de suas lutas e sindicatos, um papel como interlocutor direto da maioria da população cochabambina com o governo. Tiveram papel importantíssimo nas lutas pela recuperação da água privatizada,

“pero sólo como un componente más que da inicio a este nuevo ciclo de protestas al fusionarse a la vez con nuevos actores que se unifican en un nuevo movimiento social, básicamente los regantes y el movimiento urbano de las ciudades, fundamentalmente constituido por barrios de la zona sur y sur este de la ciudad” (HOFFMAN et al, 2006, p. 207)

Este vínculo trouxe consigo uma relação renovada entre diferentes grupos e forças populares de diferentes demandas. A construção de relações próximas entre a *Coordinadora por el Agua y la Vida*, de caráter mais flexível e menos orgânico, com os sindicatos *cocaleros*, já com forte presença no cenário político desde meados dos anos 80,

possibilitou ao cidadão comum, àquele que frequentou e frequenta as marchas, reuniões, piquetes, paros, pensar o país através das lentes de um projeto coletivo:

“El vínculo que logró hacer la Coordinadora entre gestión del agua y transformación del sistema político como punto de partida para lograr lo primero está planteando claramente un proyecto de preservación y recuperación de derechos y por lo tanto de acceso a ciudadanía”
(HOFFMAN et al, 2006, p. 241)

Esta guinada dos movimentos sociais e, particularmente, dos movimentos indígenas, provocou uma maior visibilização das estruturas de poder e dominação a que está amarrada a história oficial dos povos e, gritantemente, a história oficial boliviana – posto que a grande maioria nacional é constituída de povos indígenas. Pablo Mamani, sociólogo aymara que se afirma enquanto parte presente nas mobilizações recentes – o que já é uma ruptura na dita imparcialidade acadêmica – propõe pensar a presença indígena, politicamente, a partir da noção de que

“su condición histórica es el fundamento que sostiene la memoria sobre sus territorios, o lo que se llama la memoria de los territorios. Esta referencia histórica además es un recurso de las memorias de lucha y vivencias culturales, muy fuerte en relación con los contextos neocoloniales de los Estados y sus poblaciones” (MAMANI, 2005, p. 17)

Soma-se a esta percepção a cultura das esquerdas bolivianas, com tradições fortemente ancoradas nas vertentes nacionalistas e socialistas de 1952, e nas experiências mineiras e de co-governo da COB. Se os parâmetros da atuação política são modificados, e a Central Obrera Boliviana perde muito de sua centralidade após a intensa flexibilização do mundo do trabalho, ainda mantém, como esfera de influência, uma série de pequenos

sindicatos e indivíduos que carregam em suas histórias de vida a presença da COB enquanto organização principal em defesa das/os trabalhadoras/es. Muitos destes vieram a militar, ou participar de forma não-orgânica, em atividades promovidas pelas recentes "Coordinadoras", espécies de coletivos voltados a um tema específico, seja a nacionalização do gás, direitos à água, moradia, etc.

Através dos debates, atos, *paros*, marchas e processos autogestionários, não foi apenas a dominação econômica que se pôs em pauta, mas também a subalternização da maioria indígena do país, e os meios que legitimam individual e coletivamente esta dominação. Como sustenta Mamani, a dominação há que se encarar com os dois olhos: fazer o *ayra*³⁷ – ou seja, atacar os aspectos econômico e ideológico ao mesmo tempo, e seus diversos fatores relacionados, que criam e recriam, no cotidiano, a legitimidade e naturalização da exploração. (MAMANI, 2005, p. 10). Nesta revelação das necessidades mais básicas das maiorias do país, e no cotidiano de suas recentes lutas, as formas de organização dos explorados e subalternizados sofreram, como se esperava, ataque constante das burguesias nacionais, classes médias e opinião pública em geral. O assembleísmo como instrumento de poder, as práticas de autogestão, o bloqueio de estradas, a participação feminina nos enfrentamentos, o rodízio de autoridades e a presença não de líderes, mas de porta-vozes, dentre outras características, pela sua combatividade e expressão nacional nas lutas recentes, foram, como um todo, alvo das mais severas críticas, em nome da “viabilidade” e da “unidade” nacional. Da mesma maneira, a organização das comunidades tradicionais em *ayllus*, e toda a discussão em torno dos usos e costumes que daí advém, gera, a partir da visibilização nacional dos povos indígenas, uma grande controvérsia sobre o conceito de "nação", sobre a indivisibilidade nacional e as autonomias indígenas e departamentais. No entanto, foram justamente estas características dos movimentos indígenas – e aqui perdoe-se a generalização em torno de práticas distintas de povos distintos – que puderam garantir vitórias diante de um contexto no qual os sindicatos e a organização dos trabalhadores em geral estavam bastante fragilizados. Questões, por exemplo, como a circularidade e rotatividade espacial do poder nos *ayllus* - um ano concentrado na parcela de cima - *alasya*, o ano seguinte na de baixo – *manqhasaya*

³⁷ Segundo o “*Diccionario o vocabulário aymara*” de 1612 de Ludovico Bertonio, “ayrani” quer dizer “trabajar en dos chacaras o en dos obras en un mismo dia”. Ver BERTONIO, Ludovico. *Diccionario o vocabulário aymara*. La Paz: Biblioteca del Pueblo Aymara, 1993.

(MAMANI, 2005, p. 58) representam, a uma só vez, uma vivência das concepções tradicionais de trabalho e serviços rotativos, e, contemporaneamente, um rechaço às tendências de centralização observadas na política estatal e oficial, além de afirmação de outra maneira de se fazer política. Coincidem, desde matizes distintas, com certa tendência da resistência contemporânea dos povos de tentar superar algumas práticas centralizantes e, mais do que isso, oligarquizantes, advindas de um marxismo bastante petrificado e embrutecido pela experiência stalinista e pós-stalinista do séc. XX. Isto foi importante para aglutinar às lutas a classe média e setores de pouco contato com movimentos sociais, e desconstruir visões pejorativas sobre o indígena, a presença popular nas ruas e a incapacidade da população de regular suas próprias vidas em prol de um tecnocratismo intransigente. Em Cochabamba e na Bolívia como um todo, com e após a Guerra da Água de 2000, e com o acúmulo de discussões, experiências e aprendizados ali vivenciados, teve início um processo de mudanças na compreensão da realidade local e nacional, e das capacidades de interferência direta nela pela população. Isto ocorre depois de intenso período de descrédito dos movimentos sociais organizados diante de reformas neoliberais galopantes: liberalização extrema do trabalho, diminuição de garantias trabalhistas, demissões em massa. Neste sentido, tem grande importância o desmonte, em corações e mentes, da hegemonia do imobilismo, da tecnocracia e da democracia representativa tal qual ela lhes é apresentada (e entendida, muitas vezes, como um misto indigesto de repressão e traição). Através de percepções da presença contestatória indígena e popular não como entrave, mas como impulso de políticas mais próximas às demandas sociais gritantes, os movimentos sociais ganham em poder de convocação e aglutinação.

“Algunos movimientos sociales que son capaces de transformar lo legítimo y aceptado, volviéndolo ilegítimo y no aceptado en la opinión de la mayoría de la población, juegan un papel de espejo en le que se mira la sociedad entera para realizar una autocrítica profunda. La capacidad de producir esta reflexividad contemporánea del movimiento social en la Guerra del Agua radicó en dos grandes eficacias: una, la eficacia práctica de expulsar a una empresa transnacional y, la otra...se han modificado los esquemas con los que las mayorías lee los hechos de la realidad, una verdadera liberación cognitiva de los dominados y gobernados de las clases subalternas”
(HOFFMAN et al, 2006, p. 188-189)

Esta liberação se deu em diferentes níveis. Como comentado anteriormente, há a questão das presenças nas ruas, a visibilidade indígena e o aumento considerável, tendo em vista a década anterior, da participação popular em manifestações, atos, grupos de pressão, debates sobre os grandes temas nacionais e locais. Aqui iremos destacar a participação no que diz respeito a este último ponto. Tanto nos dois grandes marcos paradigmáticos para se estudar este processo (Guerra da Água, 2000, em Cochabamba, e Guerra do Gás, em 2003, em La Paz, El Alto e diversas outras cidades) quanto fora deles, na vida comum dos povos, nos dias que não são de exceção, mas que são também de construção, o cotidiano e suas dificuldades se tornaram ponte para a crítica nacional.

Por se tratar de um caso no qual os envolvidos com o conflito tinham acesso direto ao recurso natural que demandavam, analisaremos aqui com mais detalhes o caso dos enfrentamentos pela reversão da privatização do serviço de água em Cochabamba. Já existiam, de forma previa às privatizações, maneiras de se prover água. Além do serviço público municipal provido pela SEMAPA – *Servicio Municipal de Agua Potable y Alcantarillado* – há a prestação privatizada de pequeno porte através dos *aguateros* (cisternas que comercializam água). Nos bairros de zonas periféricas, normalmente a opção daqueles que não são atingidos pela rede municipal da SEMAPA, são supridos por uma série de serviços autogestionados de água potável, ao qual Hoffman denomina de “*servicios*

publicos no-estatales” (HOFFMAN, 2006, p. 16). São associações de camponeses *regantes* que fazem uso das fontes, mananciais, rios, lagunas e poços para garantir a distribuição de água para suas comunidades. Estão, em sua maioria, organizadas na FEDECOR – *Federación Departamental de Regantes de Cochabamba*.

A privatização da água, e a legislação que lhe fornece sustentação, foram orquestradas de maneira típica. Até que se chegasse aos contratos de concessão, foram necessários vários decretos executivos do Supremo. Em setembro de 1999, foram firmados pelo prefeito de Cochabamba, Manfred Reyes Villa, pelo presidente Hugo Banzer e mais algumas personalidades políticas, os contratos de privatização e concessão dos serviços de água em Cochabamba para a empresa *Aguas del Tunari*, subsidiária da gigante *Bechtel Corporation*, de San Francisco. A ocasião foi marcada pela explosão de foguetes da Central Obrera Departamental, do lado de fora, protestando. Através dos contratos e da nova lei de águas, se proibia e expropriava qualquer outro tipo de organização prévia, seja familiar, individual ou comunitária, que prestasse os serviços em questão. Em dezembro do mesmo ano tiveram início as manifestações. Foi formada a *Coordinadora de Defensa del Agua y La Vida* – modelo de organização que posteriormente seria reeditado em La Paz, no ano 2003, com o mote da nacionalização do gás. A rápida organização e confluência da *Coordinadora* com os anseios da população tornou possível um grande acúmulo de debates na sociedade cochabambina e nacional – materializado em debates nas rádios comunitárias, escolas, sindicatos, cafés, comedores populares, eventos culturais. Estruturalmente, a *Coordinadora* dividia-se em três grandes blocos: resistência e ação direta; análise da lei; apresentação de propostas. Foi conformada uma coesão de ação e análise que se tornaria referência não só para os movimentos *callejeros* de ação local e crítica global como para instituições ONG’s mais pautadas pelo conceito de cidadania e instituições pela defesa da água em todo o mundo. Não apenas se enfrentou o problema através da resistência e defesa de um direito, mas também pela reivindicação de sua ampliação – a *Aguas del Tunari* foi expulsa, o controle voltou a ser público, a legislação alterada para que se incorpore à gestão da empresa pública o controle popular e o reconhecimento às formas tradicionais de usos e costumes. Ao se pensar na importância deste movimento, de forte impacto na hegemonia discursiva neoliberal, pode-se afirmar que

“La cuestión del carácter público de la gestión del agua tiene dos dimensiones o aspectos. Por un lado, se trata de la definición sobre si la gestión del agua debe estar en manos de la empresa privada y, por tanto, si se entrega la empresa concesionaria a criterios de rentabilidad particular... o se mantiene la propiedad y gestión pública del recurso agua a nivel municipal. Por otro lado, el político, lo que está en debate es si la gestión del agua se la confía a especialistas y empleados de una empresa municipal o si se organiza un modelo de gestión que involucre a los consumidores en los procesos de consulta y toma de decisiones sobre inversión, prospección y precios, además de todos los otros aspectos de la gestión del agua” (HOFFMAN et al, 2006, p. 48)

A participação popular local também foi ponto de partida para a articulação das *Juntas Vecinales* da cidade de El Alto, durante a “Guerra do Gás”, em que se pedia a nacionalização deste recurso natural, e sua industrialização no país. Como em outros momentos do ascenso de movimentos populares, o tema do gás foi apenas um aglutinador para diversas demandas setoriais, salariais, sociais, econômicas. No decorrer das lutas, o lema da nacionalização do gás abarcou – e é um aprofundamento das reivindicações – o pedido de renúncia do presidente Gonzalo Sanchez de Losada, resumido no grito popular “*Que se vaya Goni!*”. Difusamente, apareceram também exigências mais ou menos articuladas por modificações profundas no sistema político, desmonte do aparato neoliberal construído por anos no país, revisão de leis e decretos anti-populares.

A FEJUVE – Federación de Juntas Vecinales – teve participação incisiva nos acontecimentos de outubro de 2003. Como aponta Mamani,

“La ciudad de El Alto tiene entre 500 a 520 juntas vecinales, de todas ellas, fácilmente se han articulado unas cuatrocientos juntas vecinales como microgobiernos barriales organizados en comités de movilización y las juntas vecinales y otras formas de organización territorial” (MAMANI, 2005, p. 74)

Ao se referir à organização local como “microgovernos barriais” (em tradução literal do conceito), Mamani tenta abarcar a pluralidade de experiências de gestão que tiveram vez e voz durante o ascenso popular de outubro de 2003. Através de diversos espaços – de discussão, de enfrentamento, de produção cultural – as juntas conseguem congregiar aspectos tanto de produção mais cotidiana (artesanato, pão, plantio de hortas) quanto de organização política direcionada para as demandas sociais de cada junta, grandes marchas, bloqueios de caminhos e, no caso da Guerra do Gás, para resistência direta às investidas do exército, helicópteros, tanques, etc. Consegue, desta forma, contar com indivíduos não necessariamente ligados à COB ou CSUTCB, ou mesmo à política sindical e de esquerda de alguma forma, mas que, morando na comunidade e partilhando dos mesmo interesses e demandas cotidianas, se empenha em uma participação que acaba tendo importância política mais ampla³⁸. Este dinamismo das juntas vecinales, agregando tanto indivíduos sindicalizados e com experiência de lutas sociais quanto vizinhos e eventuais participantes de lutas específicas possibilitou em outubro, e possibilita, um rápido poder de organização para a resistência ou para a coleta e organização das demandas coletivas, que frequentemente ressoam nos salões presidenciais e no Congresso (e ao redor deles, com presença humana maciça).

Ainda que não estivessem diretamente em contato com o recurso que demandavam, pois o gás está no Oriente boliviano, em território guarani, a população do

³⁸ Um bom exemplo são algumas senhoras de El Alto que, durante outubro, se revezavam para o preparo de pão e comida - escassa devido ao cerco - ou preparavam sucos e levavam copos d'água aos participantes das marchas e dos bloqueios. Também há casos de senhoras que, não estando na linha de frente da resistência, aprenderam a preparar coquetéis molotov para utilização dos mais jovens. (Depoimentos de Mônica Apaza, dirigente de Junta Vecinal de El Alto, e Cláudio Rocha Ramirez, assessor cultural da COB de La Paz, em fita mini-dv, em arquivo pessoal do autor deste trabalho).

altiplano diretamente envolvida com a jornada de lutas pela nacionalização do gás levou adiante um intenso processo de gestão de suas vidas, de seus turnos de militância, de articulação com camponeses em prol de que a alimentação, durante o período de militarização, fosse suficiente para todos os que ali estavam nos protestos. Manifestada em diversas estâncias da vida social, as práticas do movimento interferiram diretamente na formulação de políticas públicas, na construção de um campo contra-hegemônico que criou/recriou diálogos e laços internos e internacionais. Em uma condição na qual aymaras e quéchuas lutam por um recurso que está localizado no território guarani, como é o caso do gás, fica demonstrado que a construção do território rebelde pode – e deve ser – não-linear, histórica e espacialmente. Pontuamos junto com Mamani que *“la geografía está siendo convertida en un referente irrenunciable de la identidad en cuanto parte de las memorias y cartografías del poder indígena”* (MAMANI, 2005, p. 119)

Embora este autor se refira especificamente às condições de criação de poder popular indígena, pois fala a partir de sua experiência particular, podemos e queremos ampliar essa afirmação para que abarque as forças contra-hegemônicas como um todo. Além de defender, através de enfrentamento e atos de vontade, a construção de uma história que seja de libertação, dos e para os subalternos, defender suas próprias geografias, suas formas de marcar e ser marcado pelo mundo, é uma necessidade dos que lutam e entendem que, da vida, há que se exigir mais do que ela nos oferece.

2.3 – O conceito de “acumulação por espoliação” na América Latina do séc. XXI

“Para o nativo, a objetividade está sempre voltada contra ele”

(Frantz Fanon em “Condenados da Terra”, p.77)

Este último item da dissertação abordará de maneira mais geral, e como um mero pontapé inicial no assunto, a forma como a exploração é concebida no capitalismo periférico, e de que maneiras se propõe/impõe, em fins do séc. XX e inícios do XXI, a expropriação dos ativos, das “terras comuns” e dos saberes dos povos. Diversas seriam as maneiras para se explorar o tema, mas a análise se pautará pela posição periférica da Bolívia no mercado internacional, e sua relação com a exploração interna visibilizada na fome, na violência, na marginalização, na repressão, no racismo. É a partir destes pressupostos que pretendemos pensar a expropriação e o avanço do neoliberalismo. Adotaremos aqui uma linha de pensamento próxima à discussão do geógrafo inglês David Harvey. Este autor parte de uma releitura de Karl Marx e Rosa Luxemburgo para focar a “acumulação primitiva” em sua fase contemporânea, onde a exploração, fraude e violência - além da predação aos recursos naturais globais - compõem o método principal (HARVEY, 2005). Efetua, entretanto, uma diferenciação entre a acumulação primitiva descrita por Marx e o que denomina “acumulação por espoliação” Segundo o autor, enquanto a primeira abriu caminhos para a reprodução expandida do capital, esta última é potencialmente destruidora destas rotas já abertas.

Em suas análises, divide – grosso modo, como forma de compreensão e apreensão da realidade – a segunda metade do séc. XX em duas grandes fases do capital, e, conseqüentemente, da organização política e resistência de esquerda: a primeira abarca o auge da reprodução expandida, no período entre 1945 e 1970; a segunda abrange o período pós-1973. Embora enxergue neste último a acumulação por espoliação como contradição

principal na organização imperialista atual, aponta a relação constante entre estes dois, já que, na opinião do autor,

“Segue-se pois que as lutas no plano da reprodução expandida e o da acumulação por espoliação, se acham organicamente ligados, entrelaçados dialeticamente...pois que as lutas no plano da reprodução expandida (que recebeu tanta ênfase da esquerda tradicional) têm de ser vistas em relação dialética com os combates à acumulação por espoliação, que constitui o foco primordial dos movimentos sociais que se abrigam no âmbito dos movimentos antiglobalização e pela globalização alternativa” (HARVEY, 2006, p. 144)

Harvey nos possibilita, ao se pensar a Bolívia e a América Latina, uma interessante mirada para este processo em que formas alternativas de produção e consumo, como as indígenas, são suprimidas; terras comunais são forçosamente revertidas em propriedade privada individual; dívida nacional, privatizações e desvalorização dos ativos contribuem para a exploração que reverbera no dia-a-dia do trabalhador comum. Embora as conseqüências materiais da exploração e da expropriação sejam mais evidentes – pelo menos assim o é para quem a observa de fora – os espaços e autoafirmações da vida subjetiva também são afetados, ao passo em que é imposto, às vezes direta, às vezes subrepticamente, a partir do mercado e dos valores com ele identificados, as regras de conduta, a cor de pele padrão, a língua a ser falada e respeitada, e, por muitas vezes, até mesmo os modelos e a agenda de uma possível – ou consentida - resistência. Se a expropriação não é só material, mas abrange também modos de organização dos subalternizados (principalmente através da ação de ONG’s culturais, ambientais e mesmo de política local), é conclusão lógica afirmar que este terreno das práticas sindicais, associativas, indígenas e camponesas são alvo freqüente dos impulsos por destituí-las de seu caráter constestatório. Isto ocorreu mediante tremendos esforços de privatização, diminuição do Estado e das garantias de direitos civis e trabalhistas asseguradas por

décadas de lutas e embate de idéias, além, é claro, de intenso controle midiático que assegurasse o constante propagandear do receituário hegemônico. Sob estas e outras ocasiões, antes que a coerção, também é possível, e muitas vezes desejável, que a exploração seja baseada em grande parte no consenso dos explorados.

Neste sentido, Pablo Mamani afirma a necessidade de vincular a expropriação econômica com aquela subjetiva. Referindo-se à questão da terra e das concepções/visões de mundo, afirma que

“La colonia y la república han desterritorializado la territorialidad de los ayllus, markas y suyus de acuerdo a la colonialidad de su poder. Así estos territorios se han vuelto estáticos, rígidos y antihistóricos para los indígenas...la desterritorialización del territorio neocolonial del Estado significa...reconstituir o restituir el concepto del territorio indígena no como una memoria del pasado sino como una actualización inteligente y descolonizadora” (MAMANI, 2005, p. 59).

Importante ressaltar que a expropriação predatória – material e subjetiva – é condição *sine qua non* do capitalismo, embora, como faz questão de frisar Harvey, de maneiras distintas e em maior ou menor intensidade, segundo as questões e relação de forças de cada época. Ao se pensar na década de noventa do séc. XX, e na exportação do Consenso de Washington pelas capitais e rincões do mundo, percebe-se um nítido avanço do setor financeiro em sua necessidade de vínculo com a expropriação desenvolvida em espaços da vida social ainda passíveis de maior mercantilização. Segundo o autor, o capitalismo necessita constantemente de algo fora de si mesmo, externo, para incorporar aos seus domínios, expropriar e acumular: *"o capitalismo pode tanto usar algum exterior preexistente (formações sociais não-capitalistas ou algum setor do capitalismo - como a educação - que ainda não tenha sido proletarizado) como produzi-lo ativamente"* (HARVEY, 2006, p. 118). Neste ponto, há que se discordar de Harvey quanto à maneira em que coloca o problema, que é real, mas, creio, não nestes termos. O que se expropria, no atual estágio do imperialismo, não são fatores externos ao capitalismo, mas justamente, e

em grande proporção, os mais frágeis elos da cadeia do capital, mesmo que estes elos (indivíduos, comunidades, cidades) não sejam, ou não se pensem como impulsionadores conscientes do capitalismo. São expropriados se e quando assim for necessário para que sejam mantidos os baixos custos dos insumos (força de trabalho, matéria-prima, exploração da terra)³⁹. Isto pode se traduzir na exploração da força de trabalho de um país asiático, na política econômica submissa de algum governo latino-americano, na expropriação de saberes tradicionais de povos andinos, ou mesmo de novos saberes da sociedade urbana e tecnológica⁴⁰. Não se trata de algo externo ao capitalismo, como se a cada expropriação, um idílico paraíso na terra, distante e indiferente ao capital, desmoronasse diante da primeira mordida na maçã.

Embora se fale da diminuição do Estado, não caberia aqui, e é necessário explicitá-lo, sorrateiramente invisibilizar o papel da burguesia nacional, mas entendê-la a partir da extrema submissão - e não dependência, por se tratar de escolhas políticas - das demandas e vontades governamentais e das elites econômicas ao capital internacional. Apesar da onipresença do setor financeiro como importante agente da exploração, cabe ao Estado o papel de incentivar e promover este estado de coisas, através do monopólio do uso da força e de suas prerrogativas na criação de um corpo jurídico adequado a estes propósitos.

Não obstante serem as indagações quanto ao capitalismo neoliberal o ponto forte e base da investigação de David Harvey, também nos interessa o compromisso que o próprio sustenta em observar as formas de luta que surgem contra a acumulação por espoliação. No universo da prática das organizações políticas de classe, das associações de trabalhadoras/es, isto significa, notavelmente, reconhecer que a vida - e a luta de classes - não parou com as modificações do capitalismo global, e que o desmonte de grandes sindicatos e a incorporação de outros à máquina estatal, não foi o suficiente para que cessassem as lutas, confrontamentos, resistências, e algumas vitórias. Harvey salienta, entretanto, que as lutas contra os efeitos da acumulação por espoliação são bastante

³⁹ David Harvey explora a discussão sobre as tendências do capitalismo à crise. O debate recai entre a teoria da sobreacumulação, e a do subconsumo. Não adentrar-se-á na questão aqui, mas é valioso o tema e sua discussão.

⁴⁰ Há, a esse respeito, nos marcos da intensa produção tecnológica, controvérsias sobre o uso do software livre, como o Linux, e como, a quem (ou a que) pode servir este conhecimento gratuito.

distintas daquelas que são especificamente efetivas contra os efeitos da reprodução expandida do capital.

Com as privatizações e avanço da hegemonia do neoliberalismo a partir de fins de década de 80 e início dos 90 no mundo inteiro, e em particular na Bolívia, mais do que nunca, se dá um intenso alijamento da população em geral do processo decisório nacional. Se, por um lado, as grandes demandas e prioridades são decididas oficialmente por burocratas estatais e mercados internacionais – na figura de seus agentes – por outro, o galopante desemprego e avanço das formas de expropriação daqueles que já nada possuem – através de fundos de pensão, endividamento, sistema bancário, etc – se intensifica. Mais do que nunca, *“el régimen de propiedad es clave en la demarcación de los incluidos y los excluidos. El acceso a propiedad productiva habilita para el acceso a otros recursos y a otros procesos sociales de gestión y reconocimiento social”*. Mediante as alterações que foram se gestando, durante estes anos recentes, no status jurídico da terra e dos recursos naturais, e sua rapinagem materializada nas facilidades, garantidas pelo Estado, de instalação das grandes corporações multinacionais, também se dificulta o processo, na escala local, de acesso ao território, de gestões populares, autogestões e participação pública nas temáticas nacionais.

Levando em conta as recentes condições específicas bolivianas de imposição de mudanças na propriedade coletiva e formas de manejo dos recursos naturais, pontuar-se-á que as privatizações - que Harvey considera o “braço armado“ da acumulação por espoliação (2005, p. 130) - e demais aspectos da expropriação, também engendram, pela extrema pauperização, uma série de combates relacionados à acumulação por espoliação, não necessariamente progressistas, com as quais a esquerda tradicional teve que dialogar (HARVEY, 2005, p. 139). Certamente a forte presença indígena no país, e sua luta por reconhecimento e dignidade gerou alguns momentos contraditórios e concepções de futuro que, ao engessar o passado, dão razão ao autor acima mencionado. No entanto, tendo ou não caráter emancipatório, a existência destas lutas afirmam o fato de que

“en países con un pasado colonial, particularmente entre gente consciente de este legado, la distribución de beneficios de aquellos procesos, como ser la extracción de los recursos naturales o la falta de oportunidades de la mayoría étnica, proporciona múltiples oportunidades para que surjan las contradicciones entre las ideologías hegemónicas y la realidad material” (KOHL e FARTHING, 2007, p. 69)

Apesar disto, nem sempre a contradição afirmada acima resulta em lutas diretamente contrahegemônicas. Podem até confluir e interferir nesta direção, conforme analisa Atílio Borón (1994, p. 227-229), mas apenas em certos contextos. Não se trata tampouco da luta de todo um povo contra a opressão, pois é preciso considerar que a capacidade de intervenção dos que se organizam é que costuma pautar a espontaneidade dos que se junto a eles se levantam, e não o contrário.

Neste ponto, ademais, há que se pontuar que, a partir das recentes experiências de luta na América Latina, tem emergido no campo das ciências sociais de conceitos homogeneizantes como a “multidão” de Negri e Hardt, que não dão conta da explicação dos enfrentamentos recentes. Embora tenha sido parte constante das explicações do sociólogo boliviano Álvaro García Linera⁴¹, ao tratar os embates pela nacionalização da água e do gás natural, o conceito funde e confunde experiências diversas, frutos da vontade, organização e cultura política nacional, continental e mundial, colocando-as sob o manto do espontaneísmo das grandes massas abstratas e sem rosto.

David Harvey não se aprofunda nas resistências. Aponta para os movimentos anti-globalização, ou de globalização alternativa, sem entretanto se aprofundar nas questões internas destes movimentos. São analisados sob a ótica de sua relação com a acumulação por espoliação. Pode, entretanto, ser bastante útil aos que estudam a Bolívia contemporânea, ao apontar diretamente para a colisão entre costumes e práticas tradicionais com a expropriação de ativos e orquestração de crises programadas nos países periféricos. A abertura forçada de mercados funciona, segundo Harvey, através de um misto de coerção

⁴¹ Atualmente vice-presidente do país, no mandato de Evo Morales.

e consenso, e é garantida e estimulada por atuação e interação entre ONGs, governos e organismos multinacionais.

Diante deste panorama, embora não observe demoradamente as questões internas dos novos movimentos contra a acumulação por espoliação, o geógrafo aponta para o enfrentamento do que considera seu principal dilema: necessitam, segundo ele "*sair da nostalgia com relação ao que se perdeu*" e "*preparar-se para reconhecer os ganhos positivos a ser obtidos da da transferência de ativos que se pode conseguir por meio de formas limitadas de expropriação*", além de discriminar "*entre os aspectos progressistas e regressivos da acumulação por espoliação*", se empenhando em dirigir os primeiros rumo à uma meta mais generalizada, porém em consonância com as particularidades dos movimentos locais. Com estes aportes, é possível se pensar não só em termos de análise, mas em termos de proposição prática para - e dentro dos - movimentos, o que é não só proveitoso como necessário.

CONCLUSÃO

Escrever sobre o que nos é recente tem implicações para o historiador e seu trabalho. Este presente texto, além de suas imperfeições e alguns acertos no âmbito acadêmico, trouxe para o autor uma possibilidade imediata de construir uma interpretação para o presente. Pisando em terreno tão dificultoso, mas necessário de trilhar quanto é o das recentes lutas populares e transformações sociais, às vezes nos assombra a impressão de fragmentação. Difícil perceber o todo, difícil o trabalho de relacionar assuntos, temas, grupos, pessoas, teorias, posições políticas. Enquanto a produção sobre o assunto “América Latina”, ou “recursos naturais” é novamente intensa⁴² (livros, jornais, boca-a-boca, programas televisivos), pequeno é o esforço em dar inteligibilidade, a partir de uma posição crítica e contrahegemônica, às lutas populares. Mais do que dar inteligibilidade, é necessário formular as interpretações tendo em vista a necessidade imperiosa de se contrapor ao conformismo, ao obscurantismo e à tendência, na academia mas também muitas vezes internalizada pelos subalternizados, de se naturalizar as relações (e as desigualdades) sociais.

Na sociedade boliviana, a luta por mudanças calhou por dividir caprichosamente o século XX ao meio. A revolução de 1952 formou, com experiência direta de intervenção na realidade, uma cultura operária que, já na primeira metade do século, se criou em meio à desconsideração total dos direitos indígenas, à existência oficial da *pongueaje* e ao recrutamento militar obrigatório na guerra do Chaco. Embora esta cultura operária tenha se modificado através do exercício do poder - no co-governo com o MNR - e das decepções com tal experiência, muito fica para as décadas e séculos seguintes. Se, aos olhos da história, o transcorrer de um século não significa muito, o "breve século XX" foi, ao longo de suas intensas experiências políticas, menos breve do que pode parecer à primeira vista. Sobretudo suas últimas três décadas, que são as mais diretamente abordadas neste texto, forjaram pouco a pouco uma cultura política que traz consigo não somente a marca da mudança, mas o peso da história. Pode-se mencionar diretamente a

⁴² Isto seguramente tem muito a ver com a retórica dos governos populares eleitos nos últimos anos do séc. XX e na primeira década do séc. XXI, que trouxe à tona a dinâmica continental. Torna-se impossível, hoje, desconhecer, para qualquer um, a existência da Venezuela e seus campos de petróleo, a importância do gás boliviano para o Brasil, a indústria da coca e da cocaína na Colômbia e no Peru.

experiência soviética, e a burocratização e desmoronamento desta diante do gradual estabelecimento da hegemonia discursiva do assim chamado "mundo livre" - batalha que atravessou o século XX, chegando ao XXI já materializado em outra geografia.

Um mapa das resistências à hegemonia neoliberal seguramente terá que incluir a Bolívia contemporânea. Tida pelos organismos financeiros internacionais, durante boa parte da década de 90, como exemplo positivo de implementação das medidas privatizantes, liberalização dos mercados e flexibilização do trabalho, se transformou em referência quando o assunto versa sobre mobilizações e capacidade popular de incidir sobre assuntos públicos. O mundo que se prometia livre provou não ser tão livre quanto parecia. Liberdade - mas nem tanta assim - para as mercadorias, para o comércio, as finanças e a exploração. Por outro lado, uma clausura proibitiva para o fluxo de pessoas (especialmente pobres e indígenas) e idéias (aquelas que se destinam a romper grilhões). Não foi o suficiente para impedir a organização de diversos movimentos sociais, agrupações, coordenadoras e juntas de vizinhos que, apesar da dificuldade imposta pelos avanços do neoliberalismo, souberam tomar a iniciativa após anos de perdas, caminhando surpreendentemente do luto à luta.

Cabe percorrer este caminho com os olhos atentos de quem percebe que não só de flores vivem os movimentos sociais de Potosí, Cochabamba, La Paz e outros nomes que nos acostumamos a escutar com um misto de curiosidade e admiração. Algumas questões que não foram abordadas no corpo desta dissertação merecem uma atenção detalhada de outros trabalhos. A mais premente, na opinião deste, tem a ver com a relação entre os movimentos sociais que emergiram das lutas bolivianas recentes com o governo eleito de Evo Morales e Alvaro Garcia Linera. Neste sentido, há que se pensar também na política e economia continental que se configura a partir do conflito. Isto é explicitado, por um lado, pela reorganização de movimentos populares fortalecidos após período de refluxos em toda a América Latina, e, por outro, pela trama de relações entre governos provenientes da esquerda histórica e aqueles mais diretamente alinhados à ortodoxia neoliberal.

São questões para o futuro, é certo, mas que, como outras, se desenham no presente, e pedem participação ativa: para que não se permita o monopólio da política aos de sempre, e para que não seja horizonte dos que lutam a cáustica visão do nunca.

BIBLIOGRAFIA

ALBÓ, Xavier. Pueblos índios em la política. La Paz: Plural Editores, 2002

ASSIES, William. David Versus Goliath in Cochabamba: Water Rights, Neoliberalism and the revival of Social Protest in Bolivia. In *Latin America Perspectives*, Issue 130, vol. 30, n. 3, maio de 2003. Londres: SAGE Publications, 2003. Acessível através do portal CAPES do Governo Brasileiro.

BORÓN, Atílio A. Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1994.

CARREÓN, Milton José; C. PINTO DE LOZA, Carolina. Patrón de inserción internacional, competitividad y política de abertura en la economía boliviana. La Paz: CEDLA, 1997.

CALDERÓN, Fernando. El Nuevo Estado y la integración social. Reflexiones a partir de la experiencia boliviana. In: *Nueva Sociedad*, no. 159 – enero-febrero de 1999. Caracas, 1999.

CECEÑA, Ana Esther. Bolivia: La guerra por el Agua y por la Vida. Buenos Aires: Editora Madres de Plaza de Mayo, 2005.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, CLACSO, 2005. p. 105-133.

COSTA NETO, Canrobert. Políticas Agrárias na Bolívia (1952-1979) – Reforma ou revolução?. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

DE FRANCO, Mario; GODOY, Ricardo. “The economic consequences of cocaine production in Bolivia: historical, local and macroeconomic perspectives” in *Journal of Latin American Studies*, 1992.

DUNKERLEY, J. *Political transition and economic stabilisation: Bolivia, 1982-1989*, ILAS Research Paper 22. Londres: University of London, 1990.

DURÁN, B. Jesus. *Las nuevas instituciones de la sociedad civil*. La Paz: Huellas SRL, 1990.

ENRIQUEZ, Juan Carlos. “Sección 2 – Informes Nacionales, Capítulo 4 – Bolívia” in *Minería, Minerales y Desarrollo Sustentable en América del Sur*. Minería, Minerales y Desarrollo Sustentable en América del Sur. Santiago do Chile: CIPMA, 2002.
Disponível na Internet em: <http://www.wbcsd.org/> (acesso em 13/02/2008)

ESPINOZA, Claudia. “Los ‘cabreados’ vuelven a las calles” in *Gas: debate nacional*. La Paz, Ediciones Pulso S.A. , 2004A

ESPINOZA, Claudia. “*Villa Ingenio, una historia de masacre y terror*” in *Gas: debate nacional*. La Paz, Ediciones Pulso S.A., 2004B.

ESPINOZA, Claudia. “*El Alto: la ciudad rebelde y sin límites*” in *Gas: debate nacional*. La Paz, Ediciones Pulso S.A. , 2004C.

FONTES, Virgínia. *Sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980* in Lucia M. W. Neves e Julio C. F. Lima, *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006

GAMARRA, Eduardo A. *Evaluación de la vulnerabilidad de conflicto en Bolivia*. Florida: Florida International University, Latin American and Caribbean Center, 2003.

GARCÍA LINERA, Álvaro. Crisis estatal y muchedumbres en acción. In “Para que no se olvide: 12 y 12 de febrero 2003”. La Paz: Plural Editores, 2004.

GOB (Gobierno de Bolivia). Plan general de desarrollo económico y social de la República: el cambio para todos. La Paz: Ministerio de Desarrollo Sostenible y Medio Ambiente, Secretaría Nacional de Participación Popular, 1994.

GUZMÁN, Gustavo. *Gas por Chile quiere decir gas para Chile?* in Gas: debate nacional. La Paz, Ediciones Pulso S.A. , 2004A.

GUZMÁN, Gustavo. *El negocio del gas, con fondo de mar.* in Gas: debate nacional. La Paz, Ediciones Pulso S.A. , 2004B.

GRAHAM, Carol. The politics of protecting the poor during adjustment: Bolivia's Social Emergency Fund” in World Development, 20, 1992.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos (O Breve Século XX). SP: Cia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (Org). A Invenção das Tradições. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1984.

HOFFMAN, Sabine et al. La Reconstrucción de lo público: Movimiento social, ciudadanía y gestión de agua en Cochabamba. La Paz: Muela del Diablo Editores, 2006.

INE. Bolívia: Características de la Poblacion por Departamento, censo 2001, série 1, volume 4. La Paz, 2004. Disponível online no site oficial do Instituto Nacional de Estadísticas: www.ine.gov.bo

INE. Características Sociodemográficas de la Población en Bolivia, censo 2001. La Paz, novembro de 2003. Disponível online no site oficial do Instituto Nacional de Estadística: www.ine.gov.bo.

JEPPESEN, Anne Marie Ejdesgaard. Using the past to construct present identities: memories of bolivian ex-miners. in E.I.A.L – Estudios Interdisciplinarios de America Latina y El Caribe, vol. 15, n. 1 – janeiro-junho de 2004. Tel-Aviv: Universidade de Tel Aviv, 2004. Disponível no site do grupo: <http://www.tau.ac.il/eial/>

KOHL, Benjamin. Restructuring Citizenship in Bolívia: El Plan de todos in International Journal of Urban and Regional Research. Volume 27.2. Oxford: Joint Editors e Blackwell Publishing, 2003.

KRUSE, Tom. The politics of structural adjustment and the NGOs: a look at the bolivian case. MRP Thesis Project, Cornell University, 1994

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, CLACSO, 2005. p. 21-55.

LÉONS, Madeline Barbara; SANABRIA, Harry. Coca, cocaine, and the Bolivian Reality. Nova Iorque: State University of New York Press, 1997.

MAMANI, Pablo. Geopolíticas Indígenas. El Alto: CADES (Centro Andino de Estudios Estratégicos), 2005.

MEDEIROS, Carmen. *Civilizing the popular? The Law of Popular Participation and the design of a new civil society in 1990s Bolivia* in Critique of Anthropology, vol. 21, n. 4. Londres: SAGE Publications, 2001. Acessível através do portal CAPES do Governo Brasileiro.

- MERCADO, René Zavaleta. Bolívia: El desarrollo de la conciencia nacional. La Paz: Editorial Amigos del Libro, 1967.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org). A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.
- NUN, José. La rebelión del coro. Estudios sobre la racionalidad política y el sentido común. Buenos Aires: Nueva Visión, 1989.
- OEA: La Organización de Estados Americanos sobre los hechos de febrero de 2003. Informe preparado por la Secretaría General de la OEA, maio de 2003. La Paz: Oficina de la Secretaría General de la OEA, 2003.
- ORTEGA, Ricardo Calla & Barrios, Ramiro Molina. “Primera Parte – Los Pueblos Indígenas y la construcción de una sociedad plural” in ORTEGA, Ricardo Calla et alli. Cuaderno de Futuro n. 5 – “Movimientos Indígenas y Pactos de Gênero” , La Paz, Bolivia: PNUD, 2000.
- OSTRIA, Gustavo Rodriguez. Los Mineros de Bolívia en una Perspectiva Historica. N. 24, janeiro-abril. Toluca, México: UAEM (Universidad Autônoma Del Estado de México), 2001. Pp. 285-286. Disponível online em: <http://convergencia.uaemex.mx/> ou através do portal da CAPES, do Governo Brasileiro.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da Edição em português. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, CLACSO, 2005. p. 9-16.
- PRONAGOB, PNUD, ILDIS. La seguridad humana em Bolívia. Percepciones políticas, sociales y economicas de los Bolivianos hoy. La Paz: PNUD, 1996.
- QUIROGA, José Antonio. Antecedentes y contexto da la crisis de febrero. In “Para que no se olvide: 12 y 12 de febrero 2003”. La Paz: Plural Editores, 2004.

- RUBÍN DE CELIS ROJAS, Pedro. La capitalización de Bolivia: la estafa del siglo. La gran chhlada de Huanuni y Vinto. La Paz: Editorial de los Diputados, 2001.
- SACHS, Jeffrey. *The Bolivian hyperinflation and stabilization* in “American Economic Review”, n.77, 1987.
- SALINAS, Jorge Siles. La Independência de Bolívia. Caps. III e IV. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.
- SERRANO TORRICO, Servando. Refoma Educativa, Ley n. 1565, 7 de julio de 1994. Cochabamba: Serrano, 1995.
- TAPIA, Luis. “*Primera Parte – Condiciones, problemas y capacidad de proyecto de la representación politica*” in MEALLA, Luis Tapia & ROCA, Carlos Toranzo. Cuaderno de Futuro n. 8, “Retos y dilemas de la representación politica”, La Paz, Bolivia: PNUD, 2000.
- THOMPSON, E.P. A Formação da Classe Operária Inglesa, vol. 1 - A Árvore da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VILLA, Pedro. *Bolívia: uma revolução operária e socialista em curso*. In Revista Marxismo Vivo, n.8. São Paulo: Xamã, PSTU, 2004.
- VILLEGAS QUIROGA, Carlos. Privatización de la industria petrolera em Bolivia: trayectoria y efectos tributarios. La Paz: Plural Editores, 3a Edición, 2004.

ANEXO

1 – Quadro de Florentino Olivares exposto no Museo Costumbrista de La Paz

(disponível em: <http://www.presidencia.gov.bo/libro/E.jpg>)

